

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

**CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE
CATANDUVA/SP**

João Liberato de Carvalho

ARARAQUARA
2014

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

**CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE
CATANDUVA/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade

Orientado: João Liberato de Carvalho

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

FICHA CATALOGRÁFICA

C324c Carvalho, João Liberato de

Caracterização do programa de alimentação escolar da rede pública de ensino no município de Catanduva/SP/João Liberato de Carvalho.- Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2015.
136f.

Dissertação (Mestrado)- Centro Universitário de Araraquara
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

1. Políticas públicas. 2. Programa Nacional de Alimentação Escolar. 3. Merenda escolar. 4. Segurança alimentar e nutricional. 5. Entraves e eficácias. I. Título.

CDU 504.03



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301-7100

www.uniara.com.br

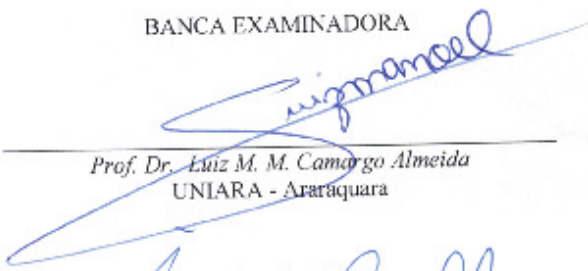
FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: *João Liberato de Carvalho*


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara - UNIARA - como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz M. M. Camargo Almeida
UNIARA - Araraquara



Prof. Dr. Angelo Luiz Fazani Cavallieri
UFSCAR - São Carlos



Profa. Dra. Janaina Florinda Ferri Cintrão
UNIARA - Araraquara

Araraquara - SP, 27 de junho de 2014.

DEDICATÓRIA

*À minha Esposa
Sônia Regina de Brito Carvalho;*

*Aos meus Filhos
Ulysses Britto de Carvalho e
Juliana de Britto Carvalho;*

*A todos os amigos que compartilharam
comigo as dificuldades encontradas
nessa caminhada;*

*A todos que confiaram em mim e
que nunca deixaram de acreditar
na força que sempre me acompanhou
durante minha vida;*

*Ao amigo
Antonio Carlos Fuzaro Junior e sua
Esposa Adriana;*

*Em especial, ao Grande Mestre e Doutor
Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida;*

*A todos que de alguma forma colaboraram
em minha caminhada e que contribuíram
para que eu tivesse a força necessária para
a finalização deste trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. **Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida**, pelas chamadas de atenção e por sempre acreditar que eu poderia alcançar este sonho, comprometendo-se com meu futuro;

À Prof. Dra. **Vera Lucia Silveira Botta Ferrante** e aos demais professores do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA);

À **Ivani, Silvia, Fernanda e Jaqueline**, da secretaria do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente;

A todos os colegas e amigos do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, turmas de 2008. E de forma muito carinhosa, aos amigos **Dennis, Luciene, Ana Luisa e Maria Luiza**;

Aos meus amigos **Lucio Prieto e Tina**, por estarem sempre juntos nos finais de semana quando estávamos em Ibirá;

À Sra. **Tânia Aparecida Ribeiro Botós**, Secretária de Educação do município pesquisado, e a todos os funcionários e atores da pesquisa;

Aos meus Pais adotivos, **Carmino e Nair** (*in memoriam*), por terem me dado em vida os maiores bens: dignidade e honestidade;

A **DEUS** (GADU), Grande Arquiteto do Universo, pelas bênçãos recebidas e por ter de alguma forma colocado a esperança em todos os momentos de minha vida.

RESUMO

Este trabalho teve como principal objetivo discorrer sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da Rede Pública de Ensino no município de Catanduva/SP. Para tanto, foi realizada uma análise das políticas públicas, seu formato e suas peculiaridades no que diz respeito à gestão da merenda escolar. A partir dos conhecimentos sobre os diversos atores sociais envolvidos na temática e a forma como atuam, foi possível identificar entraves e eficácias na aplicação desta política local. Do ponto de vista metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica sobre a temática de políticas públicas, redes políticas, merenda escolar, bem como a aplicação de entrevistas com os gestores da merenda escolar do município e de questionários semiestruturados com alunos da rede pública de ensino, em períodos distintos (2008-2010). Foram encontrados elementos que possibilitaram a avaliação da gestão da merenda escolar e dados conclusivos para compor a discussão sobre a satisfação alimentar dos alunos, por meio da merenda escolar.

Palavras-chave: Políticas públicas. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Merenda escolar. Segurança Alimentar e Nutricional. Entraves e eficácias.

ABSTRACT

This study aimed to discuss the National School Feeding Programme (PNAE) of the Public School in the city of Catanduva/SP. Therefore, a public policy analysis, its shape and peculiarities with regard to the management of school meals was performed. From the knowledge of the various social actors involved in the issue and the way they act, it was possible to identify barriers and efficiencies in the application of this local policy. From the methodological point of view, we used the literature on the subject of public policy, political networks, school lunches, as well as the application of interviews with managers of school lunches and the municipality of semi-structured questionnaires with students from public schools in distinct (2008-2010) periods. Elements which enable the evaluation of the management of school lunches and conclusive data to compose the discussion on food satisfaction of students through school meals were found.

Keywords: Public Policies. National School Feeding Programme. School meals. Food Security and Nutrition. Barriers and efficiencies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quantidade de pessoas na família.....	104
Figura 2 – Quantidade de pessoas maiores de 18 anos.....	104
Figura 3 – Entrevistados que possuem residência própria.....	105
Figura 4 – Número de familiares que trabalham.....	105
Figura 5 – Quantidade de pessoas que se alimentam no trabalho.....	106
Figura 6 – Quantidade de familiares que estudam	106
Figura 7 – Quantidade de familiares que estudam no ensino fundamental.....	107
Figura 8 – Quantidade de familiares que se alimentam na escola.....	107
Figura 9 – Quantidade de refeições feitas na merenda.....	108
Figura 10 – Quantidade de refeições feitas em casa.....	108
Figura 11 – Entrevistados que gostam da alimentação da merenda.....	109
Figura 12 – Entrevistados favoráveis à mudança de alimentação na merenda.....	109
Figura 13 – Quantidade de entrevistados que gostam do lanche servido.....	110
Figura 14 – Quantidade de entrevistados que gostam da sobremesa servida.....	110
Figura 15 – Quantidade de entrevistados que gostam do suco servido.....	111
Figura 16 – Quantidade de entrevistados que gostam de estudar.....	111
Figura 17 – Quantidade de entrevistados que se sentem bem após as refeições.....	112
Figura 18 – Quantidade de entrevistados que se sentem bem após as refeições.....	112
Figura 19 – Conhecimento de crianças que passam fome.....	113
Figura 20 – Conhecimento de alunos que não faltam às aulas por causa da merenda.....	113
Figura 21 – Conhecimento de pessoas que tomam apenas uma refeição ao dia.....	114
Figura 22 – Entrevistados que gostariam de comer alimentos diferentes na merenda.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de escolas e entidades atendidas em relação à merenda escolar..	33
Quadro 2 – Evidências, entraves e eficácias da merenda escolar no município de Catanduva/SP (período de 2008 a 2010).....	75
Quadro 3 – Outras Evidências, entraves e eficácias significativas (período de 2008 a 2010).....	75
Quadro 4 – Dados brutos: evidências, entraves e eficácias da merenda escolar no município de Catanduva/SP (período de 2008 a 2010).....	135
Quadro 5 – Dados brutos: outras evidências na merenda escolar de Catanduva/SP (2008 a 2010).....	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Número de escolas da rede municipal de ensino de Catanduva/SP.....	32
Tabela 2	– Número de alunos da rede municipal de ensino de Catanduva/SP.....	32
Tabela 3	– Informações sobre o Município.....	32
Tabela 4	– Número de estabelecimentos de ensino por categoria administrativa.....	32
Tabela 5	– Taxa de escolarização líquida (%).....	32
Tabela 6	– Número de alunos e refeições servidas – Agosto/2009.....	33
Tabela 7	– Alunado por ação do PNAE.....	35
Tabela 8	– Quantidade de entrevistados que possuem residência própria.....	77
Tabela 9	– Quantidade de pessoas que trabalham na família do entrevistado.....	77
Tabela 10	– Quantidade de pessoas que se alimentam no trabalho.....	78
Tabela 11	– Quantidade de pessoas na família do entrevistado que estudam.....	78
Tabela 12	– Pessoas na família do entrevistado que cursam o ensino fundamental.....	78
Tabela 13	– Quantidade de pessoas na família que se alimentam na escola.....	79
Tabela 14	– Quantidade de refeições que são feitas na merenda.....	79
Tabela 15	– Quantidade de refeições feitas em casa.....	80
Tabela 16	– Quantidade de entrevistados que gostam da alimentação da merenda.....	80
Tabela 17	– Mudança de alimentação na merenda.....	80
Tabela 18	– Quantidade de entrevistados que gostam da sobremesa servida.....	81
Tabela 19	– Conhecimento de crianças que passam fome.....	81
Tabela 20	– Conhecimento de alunos que não faltam às aulas por causa da merenda...81	
Tabela 21	– Conhecimento de pessoas que tomam apenas uma refeição ao dia.....	82
Tabela 22	– Quantidade de entrevistados que gostariam de comer alimentos diferentes na merenda diária.....	82
Tabela 23	– Quantidade de pessoas na família.....	104
Tabela 24	– Quantidade de pessoas maiores de 18 anos.....	104
Tabela 25	– Entrevistados que possuem residência própria.....	105
Tabela 26	– Número de familiares que trabalham.....	105
Tabela 27	– Quantidade de pessoas que se alimentam no trabalho.....	106
Tabela 28	– Quantidade de familiares que estudam.....	106
Tabela 29	– Quantidade de familiares que estudam no ensino fundamental.....	107
Tabela 30	– Quantidade de familiares que se alimentam na escola.....	107

Tabela 31 – Quantidade de refeições feitas na merenda.....	108
Tabela 32 – Quantidade de refeições feitas em casa.....	108
Tabela 33 – Entrevistados que gostam da alimentação da merenda.....	109
Tabela 34 – Entrevistados favoráveis à mudança de alimentação na merenda.....	109
Tabela 35 – Quantidade de entrevistados que gostam do lanche servido.....	110
Tabela 36 – Quantidade de entrevistados que gostam da sobremesa servida.....	110
Tabela 37 – Quantidade de entrevistados que gostam do suco servido.....	111
Tabela 38 – Quantidade de entrevistados que gostam de estudar.....	111
Tabela 39 – Quantidade de entrevistados que se sentem bem após as refeições.....	112
Tabela 40 – Quantidade de entrevistados que se sentem bem após as refeições.....	112
Tabela 41 – Conhecimento de crianças que passam fome.....	113
Tabela 42 – Conhecimento de alunos que não faltam às aulas por causa da merenda.....	113
Tabela 43 – Conhecimento de pessoas que tomam apenas uma refeição ao dia.....	114
Tabela 44 – Entrevistados que gostariam de comer alimentos diferentes na merenda.....	114
Tabela 45 – Sugestões dos entrevistados para a alimentação da merenda.....	115

LISTA DE SIGLAS

BNDS – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CF – Constituição Federal
CME – Campanha da Merenda Escolar
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNSA – Conferência Nacional de Segurança Alimentar
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EJA – Escola de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ESEFIC - Escola Superior de Educação Física e Desportos de Catanduva
ETEC – Escola Técnica Estadual
FAE - Fundação de Assistência ao Estudante
FAECA – Faculdade de Direito e Administração de Catanduva
FAMECA - Faculdade de Medicina de Catanduva
FATEC – Faculdade de Tecnologia
FEAP – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista
FEC – Faculdade de Enfermagem de Catanduva
FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituição de Ensino Superior
IMES-FAFICA - Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva
INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
LBA – Lei Brasileira de Assistência
LDB – Lei de Diretrizes Básicas
ONG – Organização não governamental

PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador
PBF – Programa Bolsa Família
PCA – Posto de Complementação Alimentar
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB – Produto Interno Bruto
PMDRS - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PMEC – Plano Municipal de Educação de Catanduva
PNAE – Política Nacional de Alimentação Escolar
PNAN – Plano Nacional de Alimentação e Nutrição
PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNS – Programa de Nutrição e Saúde
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PRONAN – Plano Nacional de Alimentação e Nutrição
QESE - Quota Estadual do Salário Educação
SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI – Serviço Social da Indústria
SME – Secretaria Municipal de Educação
SMF – Secretaria Municipal de Finanças
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNIARA – Centro Universitário de Araraquara
VCT – Valor Calórico Total

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. Apresentação	14
2. Objetivos.....	14
3. Aspectos metodológicos	15
4. Estrutura dos capítulos	17
1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS RELAÇÕES COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	18
1.1 Políticas Públicas.....	18
1.2 Políticas Públicas e as Redes Sociais	24
1.3 Avaliação de políticas públicas	32
1.4 Segurança alimentar e seus entraves	35
2 GESTÃO INTEGRADA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	41
2.1 Política de alimentação escolar	42
2.2 Formação e destinação de recursos	44
2.3 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e seus recursos.....	45
2.4 A compra de alimentos para a merenda escolar: as modalidades licitatórias.....	47
2.5 A gestão do PNAE em benefício à economia local.....	49
3 UNIVERSO EMPÍRICO: CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CATANDUVA/SP E SUA REDE DE PÚBLICA DE ENSINO.....	51
3.1 Participação efetiva do CAE.....	56
3.2 Objetivos e Metas de Financiamento.....	60
3.3 Gestão	61
3.4 Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Catanduva (PMEC).....	62
4 AVALIAÇÃO FINAL E OS RESULTADOS NO MUNICÍPIO	71
4.1 O Programa de Merenda Escolar na cidade de Catanduva/SP	71
4.2 Resultados a partir dos indicadores	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	89
Apêndice A: Entrevista com os gestores da merenda escolar	89
Apêndice B: Questionários sobre Pesquisa Alimentar referente à merenda escolar oferecida no município de Catanduva/SP	100
Apêndice C: Tabelas e Gráficos dos resultados obtidos na primeira linha de pesquisa realizada com os alunos da rede pública de ensino no município	104
Apêndice D: Questionário de (In) Segurança Alimentar dos alunos de Escolas Públicas do Município de Catanduva/SP	116

ANEXOS	120
Anexo A: Cardápios para Berçário	120
Anexo B: Cardápio para o Ensino Fundamental (período integral)	122
Anexo C: Cardápio para o Ensino Supletivo (período noturno)	124
Anexo D: Cardápio para o Ensino Fundamental (projetos).....	125
Anexo E: Cardápio para a Educação Infantil (período parcial).....	127
Anexo F: Cardápio para a Educação Infantil (Período integral)	130
Anexo G: Opção de cardápio do 6º ao 9º ano e Ensino Médio	133

INTRODUÇÃO

1. Apresentação

O presente trabalho é um caminhar sobre as políticas públicas de alimentação escolar implementadas em município do interior paulista, especificamente em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual integra uma das ações da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e tem por objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula.

Entender o formato dessas políticas e suas peculiaridades conduziu à compreensão de como os diversos atores sociais envolvidos buscam atingir os objetivos propostos pelo programa local.

Sabe-se que os maiores problemas na dimensão das políticas públicas de segurança alimentar são: a eficiência, a eficácia, a continuidade e os entraves a partir de sua execução. A partir destes conceitos, tem-se a abertura para saber se o caminho traçado por estas iniciativas pode apresentar casos concretos de políticas de segurança alimentar local, se são apenas programas que duram determinado período, se são instrumentos sem políticas ou políticas com instrumentos ineficazes. Para tanto, salutar o entendimento de Almeida (2008, p. 423):

Entraves são fatores institucionais e organizacionais que dificultam as capacidades de operação dos atores em uma política pública, bem como as captações de recursos. Fatores institucionais são regras, normas, convenções e rotinas que pesam sobre as atuações dos atores e, quando se consolidam, passam a filtrar as capacidades destes em obter recursos, se desenvolver e permanecer na rede. Os diagnósticos desses fatores institucionais são fundamentais para o encaminhamento de políticas públicas e privadas e de aprimoramento de suas eficácias.

2. Objetivos

O objetivo principal desta pesquisa foi discorrer sobre os entraves e as eficácias do PNAE na Rede Pública de Ensino do município de Catanduva, localizado no interior do Estado de São Paulo. Para tanto, foi realizada uma análise das políticas públicas, seu formato e suas peculiaridades no que diz respeito à gestão da merenda escolar municipal.

Ao tratar do tema da eficácia dessas políticas, Almeida (2008, p. 423) afirma que:

Analisar a eficácia das políticas consiste em comparar os objetivos propostos e os resultados alcançados, identificando a diferença entre o que foi realizado e o que foi previsto. É a medida de acordo com efeitos próprios da política. Essa análise se apoia na focalização dos fatores capazes de explicar a capacidade da política em agir sobre o sistema de exploração local. Portanto, a eficácia é o resultado da interação entre uma intervenção exógena e uma dinâmica social endógena. Uma política pode apresentar resultados diferentes quando aplicada em mais de um local, visto que as diferenças entre as características sócio demográficas dos beneficiários, as dinâmicas socioeconômicas locais, a organização das instituições públicas, a formação dos servidores e competência dos gestores, entre outros fatores, podem estabelecer interações entre si e influenciar os resultados.

O interesse pelo assunto encontra respaldo no fato de que grande parte dos alunos do ensino fundamental complementa sua alimentação diária nas escolas públicas. Assim, buscando comparar os objetivos e os resultados alcançados do PNAE no município de Catanduva/SP, foi necessário aferir como se encontra a gestão dos alimentos direcionados à merenda escolar para os alunos e o que o programa faz no sentido de atingir os objetivos, por meio da merenda escolar.

3. Aspectos metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados foram baseados no levantamento dos principais trabalhos desenvolvidos sobre a temática de políticas públicas de alimentação escolar e na aplicação de questionários semiestruturados, com o intuito de aferir como se dá o funcionamento da merenda escolar no município de Catanduva. O questionário buscou cotejar e avaliar o histórico do PNAE e sua gestão, detalhando o papel e a responsabilidade de cada entidade envolvida nesse processo.

Outro ponto foi procurar saber as funções do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município. Além disso, apreender os princípios e objetivos desse programa, bem como as vantagens e desvantagens desse tipo de gestão, quando considerada a aceitação da merenda escolar por parte dos atores escolhidos.

Em relação à gestão da merenda escolar no município pesquisado, foi realizada uma avaliação em unidade escolar escolhida aleatoriamente, verificando a infraestrutura das áreas de preparo, distribuição e armazenamento dos alimentos utilizados, bem como foram realizadas entrevistas com as merendeiras, ajudantes e nutricionista para oferecer

dados complementares à pesquisa. Com isso, foi possível conhecer os meios de treinamento das merendeiras por parte dos profissionais de nutrição envolvidos.

Os dados levantados dizem respeito à infraestrutura, análise dos recursos financeiros, estocagem de alimentos, processos de compra, quantidade de escolas atendidas e quantidade de alunos atendidos. Quanto à alimentação servida na merenda escolar, buscou-se identificar nos cardápios o aporte calórico e proteico das refeições, assim como seus custos, que nos auxiliaram na identificação da evolução da alimentação escolar no município de Catanduva (ALMEIDA, 2008).

Os módulos abordados na pesquisa buscaram informações sobre: aspectos gerais do PNAE no município (estrutura da administração do programa, preparação e diferenciação de cardápios, formas de preparo e distribuição da alimentação escolar, número de escolas estaduais e municipais, incluindo creches e entidades filantrópicas que recebem alimentação da municipalidade no período de análise e de alunos que recebem alimentação ao longo do referido período); recursos destinados à compra de alimentos para a merenda escolar (valores recebidos através dos governos federal e estadual e os recursos investidos pelo município para a compra de alimentos); funcionamento da estrutura e execução do PNAE (atendimento, número de dias de atendimento a partir do número total de refeições servidas, qualidade das mesmas, tipo de merenda com o aporte médio proteico e calórico das refeições, bem como o custo médio das refeições por aluno/dia); operacionalização e a funcionalidade do CAE (número de reuniões feitas pelo mesmo, modo de escolha dos representantes, bem como a análise da prestação de contas do período analisado); avaliação do modelo de gestão da alimentação escolar no município e outras informações (se há nutricionista contratada responsável pela formalização de cardápios e pelo programa de alimentação escolar, a quantidade de merendeiras e auxiliares envolvidos no processo de preparação da alimentação escolar e, ainda, se o município ofereceu cursos objetivando a melhoria da educação alimentar aos alunos e capacitação aos trabalhadoras do setor); dados familiares e pessoais dos alunos envolvidos na pesquisa (a visão dos alunos quanto à alimentação escolar, merenda servida na alimentação principal, sobremesa e sucos, como se dá a alimentação em sua residência, quais são suas sensações após alimentarem-se, se possuem conhecimento de crianças que passam fome, se conhecem crianças que não faltam às aulas para se alimentarem da merenda escolar e se conhecem pessoas que se alimentam apenas uma vez ao dia).

Tais resultados disponibilizam elementos caracterizadores da satisfação do alunado com relação à alimentação escolar oferecida.

O público alvo para a pesquisa de campo é formado por crianças de 08 (oito) anos de idade, que cursavam o último ano do ensino fundamental. A escolha deste público se deu em virtude da faixa etária dos entrevistados, eliminando alunos com idade na faixa de idade de alfabetização, os quais necessitariam de ajuda para as respostas, podendo, inclusive, macular a pesquisa.

4. Estrutura dos capítulos

O trabalho está dividido em 5 Capítulos, além das Referências, dos Apêndices e Anexos.

O capítulo 1 buscou-se, por meio da pesquisa exploratória e qualitativa, a definição de políticas públicas e suas relações com a alimentação escolar. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os estudos a respeito dessas políticas, sua estruturação, quando em convívio com as redes sociais, avaliação de políticas públicas e ao final, elementos de segurança alimentar e seus entraves.

O capítulo 2 levantou-se junto à literatura conceitos sobre a gestão integrada da alimentação escolar, sendo destacada a PNSAN e a formação e destinação de recursos para a política de alimentação escolar. Ainda, receberam destaque o PNAE e as formas de aquisição de alimentos para a merenda escolar no município, bem como as modalidades licitatórias, finalizando com o estudo sobre a gestão do PNAE em benefício da economia local.

No capítulo 3 aborda a descrição do universo empírico, ou seja, a caracterização do município de Catanduva e de sua rede de ensino.

Já no capítulo 4, trata da avaliação da pesquisa realizada com o público alvo sobre o PNAE no município de Catanduva e sua gestão.

Nas Considerações Finais (último capítulo), procurou-se demonstrar a viabilidade da dissertação e sua importância na contribuição para futuros trabalhos acadêmicos.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS RELAÇÕES COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Este capítulo aborda os aspectos de como as políticas públicas inicialmente começaram a ser implementadas e como os autores e pesquisadores apresentam o caminhar dessas políticas, vinculadas ao poder do estado e os diversos atores que ao longo das últimas décadas passaram a atuar em conjunto. Trata-se também de como as redes de poder e seus diversos atores foram inseridos nessas políticas e as suas reais atuações para a concretização dos projetos propostos, e ainda, como a avaliação dessas políticas pode aferir a efetividade, ou seja, de como as mesmas conseguiram atingir os objetivos propostos. Ao final, apresenta a análise de autores com relação às políticas de segurança alimentar e os entraves para sua implementação.

1.1 Políticas Públicas

O tema políticas públicas nasce a partir das necessidades da população em determinadas situações e de acordo com a importância dessas necessidades passa a ser alvo do poder governante em atendê-las. Segundo Souza (2006, p. 21):

entender a origem e a notologia de uma área de conhecimento é importante para melhor compreender seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas. A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas, nessa área, que se concentravam então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de *política pública* vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo -, produtor por excelência, de *políticas públicas*. Nos EUA, ao contrário surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

E complementa a autora, que não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984)

sintetiza a definição de *política pública* como “*o que o governo escolhe fazer ou não fazer*”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder as seguintes questões: quem ganha o que, por que e que diferença faz. Outras definições enfatizam o papel da *política pública* na solução de problemas. Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da *política pública*, isto é, o embate em torno de ideias e interesses. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições ou grupos sociais.

O processo de formulação e implementação das ações do Estado e dos grupos de interesses privados explicam porque determinadas atitudes foram tomadas. Para compreender esse processo é preciso analisar a estrutura institucional que envolve os atores públicos e privados de um determinado entorno, seja produtivo ou não. Isso porque as instituições (sociais, econômicas e políticas) moldam a política pública, o que acaba por afetar os interesses, os poderes e as ações dos atores. Alterações nas regras, normas, nos códigos, na conduta e nas convenções de um determinado setor conduzem a processos de mudança na forma de organização e na estratégia de atuação dos atores o que indica, em última instância, influenciar o processo de decisão política e econômica (ALMEIDA, 2008, p. 160).

Entretanto, é necessário evidenciar a descrição histórica de como foi o caminhar das políticas públicas, e como as mesmas buscaram atingir os objetivos propostos. Desta forma, quando direcionamos nossos pensamentos para o campo das políticas públicas, verifica-se que existem diversas variáveis que influenciaram as várias etapas do percurso das políticas públicas assinalando as condições necessárias para que os princípios, objetivos e as metas para que as funções sociais do Estado em toda sua estrutura institucional possam contemplar a função de definir e compreender e colocar em prática as diversas políticas para cada área social.

Na realidade, trata-se de buscar esforços no sentido de clarificar a difícil interação dos atores políticos governamentais, nas ações de formulação das políticas públicas, bem como a construção dessas ações presentes na fase de implementação e manutenção das mesmas através de um processo efetivo de continuidade buscando atingir os objetivos propostos, já que aí encontra-se o cerne da questão, uma vez que quando a discussão sobre a difícil tarefa do envolvimento dos atores governamentais e

sua relação com o meio social, político e econômico em todas as fases do processo da política pública, pela dificuldade de interlocução entre estes atores.

Segundo Souza (2006, p. 20), as últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado *políticas públicas*, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração e implementação e avaliação. Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área.

O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas Keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Esta agenda passou a dominar corações e mentes a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias como a América Latina. O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formalizar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. Portanto respostas a este desafio não são fáceis nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores externos e internos.

Segundo Viana (1996, p. 6), na verdade trata-se de um esforço para explicar a difícil interação de intenções, construídas na fase de formulação de políticas, e ações, presentes na fase de implementação, isto é o processo contínuo de reflexão para dentro e ação para fora, tão comum na rotina pública. De outra parte, tais modelos ensejam a discussão sobre a difícil e complexa relação entre o meio social, político e econômico e governo (ou melhor, a ação governamental) em todas as fases das políticas públicas – em síntese, sobre a relação que se estabelece entre atores governamentais e não governamentais no processo de fazer política.

Já para Souza (2006, p. 22), o pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado

cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético a natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “*bom*” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como o ramo da ciência política para entender como e porque os governos optam por determinadas ações.

A autora coloca que do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, a teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí o porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

O plano de formulação de políticas públicas requer outras condições, que residem em um nível mais singular e são dadas pela organização sociopolítica específica onde se formula a política pública. Nesta são relevantes as organizações social e política vigentes (regime político e padrão de organização da sociedade), as condições econômicas e, em maior ou menor grau, as condições tecnológicas e culturais. Como nível intermediário, a análise de formulação de políticas também não possibilita que se incorra diretamente sobre padrões de relacionamento Estado/sociedade.

Para Lobato (1997, p.11) a análise do processo de formulação de políticas públicas é necessária, portanto, o tratamento de condições específicas de uma dada formação social. A importância da representação de interesses reside em que essas condições, quando referidas ao processo político que inscreve uma determinada política pública, não estão previamente dadas. Elas se manifestam através de diferentes atores sociais, que representam interesses diversos. Tanto as condições histórico-estruturais quanto as específicas que determinam direta e/ou indiretamente uma dada política pública, se localizam no processo político que a circunscreve e se manifestam através de diferentes atores sociais. Os interesses são, portanto, a representação, no nível político, daquelas condições. A possibilidade de que se perpetuem ou sejam modificadas, é

expressa na forma de demandas e através de grupos e/ou movimentos específicos da sociedade.

O processo político é tanto mais amplo quando mais atores sociais dele fizerem parte, sejam institucionalizados ou não, estejam ou não representados em grupos formais de interesse. Mesmo sob as mais variadas formas organizacionais, com interesses os mais diversos e, portanto, com diferentes graus de poder, o processo político engloba tantos atores sociais quantos dele quiserem fazer parte, ao menos onde existirem canais democráticos de manifestação de demandas. Das relações estabelecidas entre esses atores resultará a política pública em si, sendo esta apenas uma das etapas de todo o processo.

Souza (2006, p.26), no tópico relacionado ao papel dos governos, afirma que debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas. Não se defende aqui que o Estado (ou os governos que decidem e implementam políticas públicas ou outras instituições que participam do processo decisório) reflete tão somente as pressões dos grupos de interesse, como diria a versão mais simplificada do pluralismo. Também não se defende que o Estado opta sempre por políticas definidas exclusivamente por aqueles que estão no poder, como nas versões também simplificadas do elitismo, nem que serve apenas aos interesses de determinadas classes sociais, como diriam as concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado. No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do estado”, o que faz com que o mesmo tenha espaço próprio de atuação, embora permeassem influências externas e internas.

Como será visto nos tópicos posteriores, o fato é que as políticas públicas se tratadas de forma a buscar a equidade social, colocar em evidência o contexto das políticas públicas locais de segurança alimentar, que é um dos objetivos específicos deste trabalho, no sentido de contribuir com a evolução dos estudos a respeito do quê, como e quanto se pode fazer, ou ainda, permitir a reflexão sobre as metas a serem alcançadas para proporcionar à sociedade uma forma de alimentação segura e saudável. Conforme o objetivo principal, tal evidenciação permite avaliar as políticas para entender e encontrar meios de comparação entre o que está sendo feito e o que deverá ser feito, identificando mecanismos que tragam melhor condição alimentar dos alunos da rede escolar através da merenda escolar.

Os dramas da fome e da desnutrição, de ampla recorrência histórica, constituem problemas crônicos de insegurança alimentar enfrentados pela população, fortemente associados à pobreza e à desigualdade distributiva estrutural de nossa sociedade. Ademais, o desenvolvimento científico e tecnológico, permanentemente incorporado à estrutura de produção e consumo de alimentos, adiciona a cada dia novos riscos e incertezas a estes 'velhos' problemas, tais como as preocupações com a qualidade sanitária e nutricional dos alimentos e as relacionadas com a conservação e controle dos recursos fito genéticos (PESSANHA, 2002, p. 6).

Quando Pessanha (2002, p. 6) declina sobre os dramas da fome, como de grande recorrência histórica, e ainda, como problemas crônicos de insegurança alimentar, nos remete aos anos 30 podemos destacar a preocupação na época de diversos atores na busca de combater a fome e os problemas de desnutrição da sociedade, principalmente de grupos vulneráveis como crianças e mulheres.

Muitos estudos discorreram sobre a importância dos conceitos de coesão social na temática de políticas públicas, focando a inclusão social e a solidariedade, é possível afirmar que a evolução histórica da (in)segurança alimentar no Brasil é base importante para que se possam balizar as políticas sociais encampadas pelos diversos atores sociais na busca da segurança alimentar, principalmente através da merenda escolar.

De longa data e através de inúmeras experiências políticas e programas voltados para o fortalecimento da segurança alimentar da população, em geral, tem sido implementadas por atores sociais e pelo governo, entretanto estes processos na maioria das vezes não alcançam os objetivos esperados, pois os processos são morosos e quando chegam aos necessitados atendem sempre uma pequena parcela da população.

A estrutura institucional do Estado, em suas várias funções sociais possíveis de serem exercidas, traz a segurança alimentar como elemento constitucional nos direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal para toda a sociedade brasileira. Desenvolver uma metodologia através da investigação auxilia a criação de mecanismos de funcionamento que poderão resultar em uma maior inclusão social, sendo a regularidade de participação dos atores sociais uma temática a ser alcançada. Para tanto, ter-se-á que buscar indicadores que possam avaliar a estrutura e o processo de gestão da alimentação através da merenda escolar no município sob análise, no sentido de produzir a segurança alimentar aos alunos da rede pública de ensino e ainda de crianças carentes.

1.2 Políticas Públicas e as Redes Sociais

A análise dos conceitos e caminhos das políticas públicas, bem como a formação das redes sociais, é de fundamental importância para que se possa acompanhar criticamente a maneira como estas políticas atingem as finalidades fundamentais de cada objetivo a que se propõem.

Em vários estudos a temática “*fome*” tem sido objeto de discussões de vários atores sociais juntamente com órgãos governamentais nacionais e internacionais na busca de criar mecanismo através de políticas públicas, no sentido de reduzir a miséria e a fome que assolam parte da sociedade. O mecanismo adotado através dessas políticas foram carreadas para faixas da população no sentido de amenizar a fome e uma delas é o programa “*fome zero*” anunciado pelo governo como forma de garantir o compromisso com o direito humano a alimentação buscando envolver os mais diferentes atores sociais.

Nas últimas décadas tem-se observado o surgimento da importância das políticas públicas como um campo do conhecimento regido por instituições, regras e modelos que ancoram as etapas de decisão, elaboração, implementação e avaliação de tais políticas, e tal visibilidade deve-se a vários fatores que contribuíram para a consolidação desta área conforme elucidada (SOUZA, 2006, p. 20):

Na área governamental propriamente dita, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. Seu introdutor no governo dos Estados Unidos foi Robert McNamara que estimulou a criação, em 1948, da RAND Corporation, organização não governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora dos *thinktanks*. O trabalho de grupo de matemáticos, cientistas políticos, analistas de sistemas, engenheiros, sociólogos, etc., influenciados pela teoria dos jogos de Neuman, buscava mostrar como uma guerra poderia ser conduzida como um jogo racional. A proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos se expande depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social.

Retornando aos fatores que contribuíram para esta consolidação, destaca-se a adoção de políticas restritivas de gastos que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial daqueles em desenvolvimento, e as novas visões sobre o papel dos governos que ocasionaram a substituição das políticas Keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gastos. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste

fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa, com restrições à intervenção do Estado na economia e na área de políticas sociais. Esta agenda passou a dominar corações e mentes a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias como é o caso dos países que compõem a América Latina.

Nos Estados Unidos, essa vertente de pesquisa da ciência política começou a se instituir já no início dos anos 50, sob o rótulo de “polycescience”, ao passo que na Europa, particularmente na Alemanha, a preocupação com determinados campos de políticas só toma força a partir do início dos anos 70, quando com a ascensão da social democracia, o planejamento e as políticas setoriais foram estendidos significativamente. Já no Brasil, estudos sobre políticas públicas foram realizados só recentemente. Nesses estudos, ainda esporádicos, deu-se ênfase ou à análise das estruturas e instituições ou à característica dos processos de negociação das políticas setoriais específicas (FREI, 2000, p. 214).

A compreensão do significado das políticas públicas corresponde a um duplo esforço: de um lado entender a dimensão técnico-administrativa que a compõe, buscando verificar a eficiência e o resultado prático para a sociedade das políticas públicas; e, de outro lado, entender e reconhecer que toda a política pública é uma forma de intervenção nas relações sociais em que o processo decisório condiciona e é condicionado por interesses e expectativas pessoais (FERNANDES apud LAMOUNIER, ?).

A partir destes primeiros fatores que desenham o início das políticas públicas e os entraves para o seu desenvolvimento, bem como do necessário envolvimento dos diversos atores sociais, além do Poder Público, tem-se que a formação de redes dos mais variados campos de atuação são de fundamental importância para garantir a eficácia das políticas públicas propostas.

É crescente a utilização do conceito de *rede* em vários campos do saber. No entanto, como é utilizado para determinar diferentes fenômenos, o termo recebe frequentemente sentidos diferentes e até antagônicos, perdendo em precisão e comprometendo a contribuição analítica que pode oferecer. Para isso, torna-se necessário esclarecer alguns desses sentidos: Tal conceito aparece mais regularmente no campo de estudo das relações interpessoais, dos movimentos sociais, do Estado e suas políticas e da produção/circulação de mercadorias e serviços. Continua, afirmando que, “na área de estudo dos movimentos sociais, são geralmente utilizadas as expressões “redes de movimento”, “redes sociais”, “redes de solidariedade””. Aqui, as redes referem-se às articulações, formais ou informais, entre indivíduos, grupos ou organizações da sociedade civil que visam a realizar reivindicações, trocar experiências e informações, somar recursos, formular projetos e promover ações públicas, em geral (PASSADOR, 2003, p. 2).

Além disso, como afirma Frey (2000, p. 218) em sua análise a respeito do pesquisador de políticas públicas, muitas vezes é necessário partir de estruturas políticas e condições de poder dadas a partir das quais poderá desenvolver um “programa de ação política otimizado”, sugerindo mudanças que considere pertinentes nas estruturas políticas e nos padrões processuais:

No que diz respeito à prática cotidiana do pesquisador ou analista de políticas públicas, não se deve negligenciar o fato de que as próprias circunstâncias referentes aos interesses do solicitante da pesquisa e às constelações das forças políticas, mas também às limitações no tocante aos recursos disponíveis (tanto humanos e financeiros quanto de tempo), costumam influenciar o processo de formulação do projeto de pesquisa. Frequentemente, sobretudo no âmbito de consultorias para governos, o pesquisador se confronta com várias restrições, vendo-se obrigado a considerar as dimensões ‘polity’ e ‘politics’ como variáveis independentes; fato esse que até se justifica em face dos interesses e exigências particulares colocadas por governos, cujo interesse primordial é o aperfeiçoamento de programas ou projetos concretos no menor tempo possível.

Tal dificuldade em delinear a temática política pública se dá em função de se tratar de um objetivo social e que, assim, deve ir de encontro com as necessidades da sociedade. Dessa maneira, deve existir uma necessidade em conflito na qual o governo deve intervir a fim de amenizar o conflito e suprir a necessidade apontada. Diante da dificuldade e da falta de descentralização de poderes surgem, então, diversos atores sociais ou redes sociais que em muito podem contribuir com as redes de poder no sentido de aplicação das políticas públicas.

Em seu trabalho intitulado *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*, Souza (2006, p. 25) traz que:

(...) do ponto de vista conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade, tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos.

Dessa forma, o objeto da política pública e as redes de poder deverão estar estruturados de forma a atingir os objetivos propostos, visando à implementação da política pública. Nesse caso, o objeto da política que está em jogo em qualquer processo

decisório determina a participação ou não de vários indivíduos e grupos, formando desta forma a composição dos grupos de interesse.

Marteletto e Silva (2004, p. 44) esclarecem que Pierre Bourdieu:

(...) trata o capital social como a soma dos recursos decorrentes da existência de uma rede de relações de reconhecimento mútuo institucionalizada em campos sociais. Os recursos são empregados pelas pessoas a partir de uma estratégia de progresso dentro da hierarquia social do campo, prática resultante da intenção do indivíduo e a estrutura. Cada campo social se caracteriza como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que significa dizer que os campos sociais se estruturam a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que cada agente específico ocupa em seu interior. P. Bourdieu denomina esse *quantum* de “capital social”. A estrutura do campo é composta, desse modo, por dois pólos opostos: o dos dominantes e dos dominados.

Os estudos que trabalham com a noção de redes de ação pública enfatizam muito mais as dimensões horizontais de coordenação da ação pública, os arranjos informais e os problemas de governança do que as relações relativas à hierarquia. Levado a seu extremo, a utilização do conceito de rede de ação pública poderia dar a impressão de um Estado fragmentado, atravessado por uma série de redes mais ou menos ligadas (ROMANO, 2001).

As redes políticas são, por sua vez, redes de recursos de poder formadas pelos mais diversos atores sociais, abordagem que permite ampliar a perspectiva de horizontes para a análise dos mais variados cortes setoriais, territoriais ou locais que considerem as variações das esferas de decisão da política (federal, estadual, municipal, continental, relações sul-sul, etc.).

(...) evidencia-se, por outro lado, que os indivíduos organizam suas ações nos espaços políticos em função de suas socializações e mobilizações suscitados pelo próprio desenvolvimento de suas redes. As relações com outras esferas, além do espaço comunitário, são influenciadas pela existência das redes sociais, que operam como mediadoras entre sociedade e Estado. No plano metodológico, evidenciam-se as relações entre o nível micro das relações sociais – foco essencial das análises de redes – e o nível macro das estruturas sociais. Ou seja, trata-se de uma maneira de abordar as questões e práticas sociais, dentre elas as informacionais, comunicacionais e cognitivas, com foco na sua expressão e ocorrência local e interativa, sem que se percam de vista os determinantes estruturais da sociedade, da economia e do Estado (MARTELETO; SILVA, 2004, p. 46).

A partir dos debates e questionamentos a respeito dos fatores determinantes das políticas públicas, os estudos a respeito das redes políticas tendem a crescer e se alinhar à medida que se apresentam como um modelo eficaz para dar conta e satisfações a

respeito das novas relações entre o poder público e os entes da sociedade privada com suas redes de relacionamentos.

Objetivos de políticas públicas de natureza integrada, como estes, são estratégicos para as políticas de desenvolvimento do país e, portanto, não podem estar confinados aos espaços decisórios setoriais. Consequentemente, ambos os sistemas têm como um de seus princípios ordenadores a intersetorialidade e vem implementando estratégias institucionais para operacionalizá-la (BURLANDY, 2009, p. 2).

No contexto em que as redes de poder ganham cada vez mais espaço dá-se, concomitantemente, a fragmentação do Estado que se alinha analiticamente com os entes privados e com a sociedade como um todo, tornando-se uma estrutura mais complexa onde as mudanças externas tendem a confrontar-se com as crises econômicas a ponto de poderem alterar significativamente o funcionamento dos governos e suas relações com o poder privado.

(...) a abordagem de redes, como expressão dos novos arranjos interorganizacionais que emergem da atualidade, indica o incremento dos processos de interdependência entre atores e organizações e, particularmente, entre agentes públicos e privados. Ao mesmo tempo, identifica-se nessa emergência certo esgotamento da capacidade de integração e coesão social das instituições representativas tradicionais e da eficácia das organizações burocráticas e do planejamento global e centralizado. Mesmo com as diferenças é possível identificar pontos comuns nas diversas definições de redes. Expressão de um tipo de articulação que envolve uma pluralidade de atores, sejam eles da mesma ou de distintas esferas de Governo, empresas de porte e atividades diversas, ONGs, organizações populares, de categorias profissionais e/ou de outra natureza. Essa articulação é menos hierárquica e estruturada, tendo em vista problemas/projetos delimitados, com base em relações mais ou menos formais e regulares (BORJA, 1994 apud MOURA, 1998, p. 2):

A incapacidade do governo para mobilizar recursos de políticas necessárias através do Estado faz com que, em sua própria esfera, se torne dependente da cooperação e da mobilização de recursos de outros atores da política, mesmo que fora de seu controle hierárquico. Dessa forma, as redes são expandidas através de relações relativamente estáveis e contínuas que mobilizam recursos espalhados permitindo a ação coletiva possa ser organizada para a solução de um problema político comum.

Assim, a política pública atual não pode e nem deve ser dirigida pelo governo, mas sim complementada de forma que sua atuação se dê pela representação do público ou atores coletivos aos seus interesses. O antigo modelo estruturado pelo poder público fez com que os novos movimentos sociais, os grupos de interesses públicos e os

sistemas de associações mais complexos passassem a formar uma integração de importância substancial no sentido de promover as mudanças no antigo modelo, de forma a permitir, então:

(...) resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Cabe agora pensar as relações entre as políticas públicas e as redes sociais, o que se propõe fazer a partir do posicionamento de Bryson (1988 apud MOURA, 1998, p. 3), que afirma:

(...) ao se propor identificar as características dessas redes recorre-se a outro tipo de abordagem, ou seja, rede enquanto instrumento de análise. Nessa perspectiva, encontram-se estudos que avançaram no sentido de agregar variáveis, as quais envolvem aspectos relativos aos atores, à natureza das relações e às funções da rede, entre outros (VAN WARDEN, 1992). A partir daí, e tendo em vista o presente objeto de estudo, chegou-se a uma definição das seguintes variáveis para orientar a investigação: abrangência da rede, que indica a pluralidade dos atores envolvidos; grau de centralidade, ou seja, a incidência do Governo no processo e a participação relativa das organizações/atores da sociedade civil; funções, remete aos papéis desempenhados pela rede; a natureza dos vínculos, a presença de relações de cooperação, os conflitos, a negociação e a troca; e publicidade, que indica o grau de visibilidade pública da rede.

As redes assim definidas traduzem trocas importantes dentro das formas de governança. A complexidade crescente da sociedade e do governo, a importância de informações e o conhecimento do perito, a confiança do governo em atores não governamentais para formular e, implementar políticas públicas, todos estes elementos dão força para as redes de políticas públicas e comunidades, principalmente quando governos e atores sociais se debruçam juntos sobre o tema:

(...) debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas. Não se defende aqui que o Estado (ou os governos que decidem e implementam políticas públicas ou outras instituições que participam do processo decisório) reflete tão somente as pressões dos grupos de interesse, como diria a versão mais simplificada do pluralismo. Também não se defende que o Estado opta sempre por políticas definidas exclusivamente por aqueles que estão no poder, como nas versões também simplificadas do elitismo, nem que servem apenas aos interesses de determinadas classes sociais, como diriam as concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado.

No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas (EVANS; RUESCHMEYER; SKOCPOL, 1985 apud SOUZA, 2006, p.26).

Estudos e pesquisas que utilizam o enfoque de redes de coordenação ou de governança necessitam desenvolver metodologias específicas para estabelecer as fronteiras analíticas dessas redes, bem como identificar as variáveis relevantes e suas inter-relações (ROMANO, 2001, p. 210).

Os recursos políticos podem aparecer sob a forma de status público atribuído pelo Estado, de poder de representação ou de poder de aglutinação dos atores coletivos. O poder de representação relaciona-se com a reputação dos atores, pois quanto mais um ator dispõe de um conceito positivo perante os demais integrantes de uma rede, mais terá poderes para a representação. Dessa forma, cria-se uma relação de dependência do poder de representação em relação à legitimidade obtida através da atribuição do status público concedido pelo Estado, assim como da reputação diante do reconhecimento dos demais atores da rede.

A partir do poder de representação atingido pelo ator fica estabelecida sua participação nos arranjos formados na rede. Já o poder de aglutinação de um ator é determinado por sua capacidade de reunir os membros da cadeia, sendo reconhecido quando (coletivo ou individualmente) obtiver êxito na aglutinação de todos ou de grande parte dos membros potenciais.

No tocante à interação entre governo e atores sociais, sejam eles coletivos ou individuais, pode-se pensar que:

(...) Apesar do reconhecimento de que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo, e apesar de uma certa literatura argumentar que o papel dos governos tem sido encolhido por fenômenos como a globalização, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e de governar não está empiricamente comprovada. Visões menos ideologizadas defendem que, apesar da existência de limitações e constrangimentos, estes não inibem a capacidade das instituições governamentais de governar a sociedade (PETERS, 1998, p. 409), apesar de tornar a atividade de governar e de formular políticas públicas mais complexas (SOUZA, 2006, p. 27).

A partir deste aspecto, é condição imprescindível que as organizações locais tenham meios adequados para a organização e a coordenação em redes de poder que efetivem as políticas públicas. O território, ou entorno, necessita ser articulado entre o poder público e as organizações que compõem as redes para que cumpram o objetivo que almejam tanto a nível político, quanto financeiro e tecnológico.

Assim, podem-se caracterizar os recursos financeiros como financiamentos adequados, incentivos fiscais, subsídios, comissões etc.; os recursos tecnológicos enquanto os conhecimentos adquiridos, as tecnologias de gerenciamento de informação, processos específicos etc.; os recursos organizacionais referentes à infraestrutura institucional, informações compartilhadas, parcerias, informações ocultadas, proximidade de fornecedores, terceirização, subcontratação, utilização da marca etc.; e, por fim, os recursos sociais como aqueles referentes ao capital social dos atores produtivos e não produtivos locais e suas capacidades de formular políticas públicas de proteção e cooperação social, formando uma rede social sólida.

Todos os recursos de poder são, portanto, buscados pelos atores participantes da política pública, pois sua obtenção indica melhores resultados e ainda evita que haja uma dependência em relação a outros atores. Os recursos, as capacidades e os dotes são diferenciados entre uma e outra organização, cada uma possuindo recursos que se distinguem daqueles possuídos por outras e é o conjunto desses recursos que determina sua atuação e também sua posição dentro da rede.

A metodologia de redes possibilita, assim, a identificação das diversas interações e características que se mostram essenciais para a compreensão do capital social, enfocando indicadores ligados a fatores tais como o compartilhamento da informação, que inclui a centralidade da informação ou a existência de ligações fortes e fracas. Dessa maneira, se o capital social se mostra eficiente devido à existência de redes sociais, ele o é na medida em que inclui recursos contidos e acessados, ou seja, a utilidade dos laços existentes para os fins desejados acima das relações sociais e redes; tais múltiplas intersecções entre capital social e redes evidenciam, portanto, a capacidade elucidativa e o potencial de desenvolver a compreensão sistêmica e abrangente que a metodologia de redes aporta. Desta forma a estrutura de redes se evidencia por trás do conceito de capital social que passa, por seu turno, a ser definido como um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações sociais, ambos condicionados por fatores culturais, políticos e sociais. Entender sua constituição permite, pois, a sua utilização como um recurso a mais em favor do desenvolvimento e

da inclusão social das comunidades envolvidas nesse processo (CASTRO, 2008 apud ALMEIDA, 2008).

A permissividade autorizada pelos poderes, onde as diversas interações podem e deve-se conduzir a uma maior aplicabilidade das políticas públicas, é de fundamental importância na descentralização das decisões.

1.3 Avaliação de políticas públicas

Com relação à avaliação de políticas públicas, subsiste a necessidade de conhecer o processo de evolução dessas políticas, dada a importância de como essa evolução caminhou para atender os objetivos sociais e a importância dos padrões institucionais no entorno de cada local. Avaliar políticas públicas é de fundamental importância, portanto, para dinamizar e modernizar a gestão pública, legitimando as ações do Estado.

(...) os argumentos que justificam a necessidade de institucionalização da avaliação da atividade governamental na América Latina também fazem eco à visão mais canônica do processo de avaliação das políticas públicas, aquela muitas vezes adotadas em manuais e apreciações introdutórias, os quais apresentam a avaliação como última etapa do chamado “ciclo das políticas”, definindo-a como: a) atividade destinada a aquilatar resultados de um curso de ação cujo ciclo de vida se encerra; b) a fornecer elementos para o desenho de novas intervenções ou para o aprimoramento de políticas e programas em curso e c) como parte da prestação de contas e da responsabilização dos agentes estatais (FARIA, 2005, p. 97).

Desta forma, este capítulo, que tem por finalidade a discussão metodológica sobre a avaliação de políticas públicas que recaem na visão da segurança alimentar no âmbito da merenda escolar, tem suas bases nos estudos teóricos articulados com os processos continuados de sua avaliação e seu aprimoramento. Em outras palavras, almeja-se “a adaptação e aplicação de uma metodologia multidimensional baseada na tríade estrutura-processo-resultado ao contexto da avaliação de programas de segurança alimentar e combate a fome” e segundo (SANTOS; SANTOS, 2007, p. 1):

(...) desenvolver o estudo de avaliação de políticas públicas, onde faz-se necessário desenvolver um modelo teórico-metodológico para a avaliação, tendo como pano de fundo uma concepção de segurança alimentar e nutricional. A partir da definição de segurança alimentar nutricional consagrada em Roma, em 1996, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004, estabeleceu que a segurança alimentar nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente

a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

É sob este prisma que se há de discutir qual o papel do Estado e, por consequência, do governo sem perder de vista a maneira como pode-se avaliar a política pública:

(...) ao chamar a atenção para a necessidade de avaliação política propriamente dita, temos como objetivo único deixar claro o critério que deve informar a avaliação de políticas específicas. Dessa forma, por avaliação política entendemos a análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 108).

Tais razões têm sido objeto de análise de cientistas políticos preocupados, prioritariamente, em compreender quais fatores influenciam a tomada de decisões e as características desse processo, um viés “comportamental e neutralista” onde “estuda-se a eficácia das políticas descartando a avaliação política dos princípios que os fundamentam e, em decorrência, o seu próprio conteúdo substantivo” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 107). Em consequência, o processo de avaliação é definido como:

(...) a análise do programa (política) com o objetivo de apreender, principalmente, em que medidas as metas estão sendo alcançadas, a que custo, quais os processos ou efeitos colaterais que estão ativados (previstos ou não previstos, desejáveis ou não desejáveis) indicando novos cursos de ação mais eficazes (id. *ibid.*).

Superar indefinições na terminologia utilizada no campo da avaliação como os conceitos de *eficácia*, *eficiência* e *impacto*, por exemplo, empregados no contexto de avaliação de programas de modo equivalente não é um consenso, visto a dificuldade em precisar suas definições (COHEN; FRANCO, 2002; SILVA; FORMIGLI, 1994), de modo que “outro paradigma para a avaliação é baseado na abordagem tridimensional de *estrutura – processo–resultado*, descrito por diversos autores. Os conceitos de *efetividade* e *eficácia* são contemplados como tendências convergentes” (SANTOS; SANTOS, 2007, p. 3).

Desta forma, a avaliação de políticas públicas não é simplesmente um instrumento de aperfeiçoamento ou de redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo, mas uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações

governamentais. Em se falando de avaliação de políticas públicas não se pode restringir, portanto, apenas à aferição de suas metas quantitativas, uma vez que devemos nos reportar à qualidade do resultado atingido. É dessa forma que os conceitos de eficiência, eficácia, impacto e pertinência se revelam importantes, subsidiando a tradução da avaliação do planejamento, do desenvolvimento e da execução da política pública como um todo.

No entendimento de Faria (2005, p. 102-103):

(...) é possível distinguir pelo menos quatro tipos de uso da avaliação, quais sejam: a) instrumental; b) conceitual; c) como instrumento de persuasão e d) para o “esclarecimento”. O uso instrumental para tomada de decisão depende não apenas da qualidade da avaliação, mas também da adequada divulgação de seus resultados, de sua inteligibilidade e da factibilidade das recomendações eventualmente propostas. Segundo Weiss(1998), o uso instrumental seria comum em pelo menos quatro situações: (1) quando as implicações das descobertas da avaliação não são muito controvertidas; (2) quando as mudanças derivadas ou sugeridas não são de grande monta e/ou fazem parte do repertório do programa em questão ou de sua organização implementadora; (3) quando o ambiente do programa é relativamente estável no que diz respeito a suas lideranças, orçamento, tipos de beneficiários etc., e (4) quando o programa está em crise e não se sabe bem o que deve ser feito.

(...) o segundo tipo de uso “conceitual” usualmente circunscrito aos técnicos locais do programa, a quem não são com frequência atribuída maior poder de decisão. Nesse caso, as descobertas da avaliação podem alterar a maneira como esses técnicos compreendem a natureza, o modo de operação e o impacto do programa que implantam. Tal aprendizagem torna-se maximizada quando os técnicos participam mais ativamente do processo de avaliação (COTTA, 2001 apud FARIA, 2005, p. 103).

Na análise de Freeman e Scherwood (1970 apud FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 109), “de maneira geral, a avaliação de políticas públicas usa métodos próprios da pesquisa social, notadamente a pesquisa de populações por amostragem, a análise de dados agregados, [...] análise e conteúdo e observação participante”. De forma que:

O mais importante nessa discussão é o estabelecimento das conexões lógicas entre os objetivos da avaliação, os critérios de avaliação e os modelos analíticos capazes de dar conta da pergunta básica de toda pesquisa de avaliação: a política ou programa social sob observação foi um sucesso ou um fracasso? (id. *ibid.*).

A partir deste prisma, mostram-se de fundamental importância os estudos e as pesquisas voltadas para a avaliação de políticas públicas. O debate que se instalou a respeito do tema segurança alimentar vem constituindo-se, assim, em tema recorrente no país nos âmbitos público e governamental (PESSANHA, 2002).

Para se desenvolver um estudo a respeito da avaliação de políticas públicas faz-se necessário, portanto, desenvolver um modelo teórico-metodológico para a avaliação, tendo como pano de fundo uma concepção de segurança alimentar e nutricional:

(...) a partir desse entendimento, o primeiro passo referiu-se à definição de princípios orientadores do processo de avaliação, numa tentativa de minimizar problemas frequentemente encontrados na literatura pertinente, tais como: informação não confiável, pouco esforço na avaliação de resultados intermediários, uso isolado ou impróprio de indicadores de impactos (centrados, quase sempre, nos resultados antropométricos), falta de informação sobre as restrições econômicas e sociais a que estão sujeitos os beneficiários e uma tendência a observar e analisar apenas alguns aspectos particulares dos programas (MUSGROVE, 1998 apud SANTOS; SANTOS, 2007, p. 3).

Avaliar, portanto, as políticas públicas, desde seu nascimento, sua inserção no meio social e ainda sua aplicabilidade é de fundamental importância para a efetividade do êxito da mesma.

1.4 Segurança alimentar e seus entraves

A temática da segurança alimentar é de uso recente no Brasil e, mesmo com divergências, tem prevalecido a leitura que encara o problema alimentar como determinado fortemente pelo atual modelo de desenvolvimento, devendo ser enfrentada estrategicamente para a construção de um futuro com maior equidade social.

(...) em seu posto de vista, torna-se fundamental afirmar o acesso à alimentação como um direito em si mesmo. Assumimos, aqui, a convicção de que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida. E, por isto, sobrepõe-se a qualquer outra razão que possa justificar sua negação, seja de ordem econômica ou política. Negar esse direito é antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania que é a própria vida (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996, p. 72).

Segundo Pessanha (2002, p. 8), na década de 40 o trabalho pioneiro de Josué de Castro, *A Geografia da Fome*, inspirou as iniciativas governamentais no setor social, especialmente no campo alimentar e nutricional. A assistência alimentar *in natura* às populações em situação de emergência atingidas pela seca no Nordeste intensificaram a partir dos anos 60. Tais programas contavam com o apoio do Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas, e cestas básicas eram distribuídas aos flagelados, que eram integrados às frentes de Trabalho. E continua que: A criação do

Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN, na década de 70 constitui um marco para as iniciativas públicas neste campo, instituindo um conjunto de programas direcionados às populações em situação de insuficiência alimentar e para grupos específicos em situação de risco, gestantes, nutrizes e crianças, além dos trabalhadores do mercado formal. Em 1976, coube ao II Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) a coordenação da política nacional de alimentação e nutrição que vigorou de 1976 a 1984, abrangendo diversos programas de assistência alimentar e nutricional.

Nas últimas décadas, dada recorrência do tema no país, amplos debates sobre os objetivos e critérios prioritários para o planejamento e a construção das políticas públicas implementadas em território nacional têm sido empreendidos público e governamentalmente. Regidos pelo ciclo político–eleitoral, os debates variam de intensidade nas diferentes instâncias de governo, tendo em vista as grandes demandas provindas das organizações sociais nacionais e também pressões de ordem internacional (PESSANHA, 2002).

Há uma larga tradição no tratamento da problemática alimentar na América Latina. No Brasil, destacam-se as análises pioneiras e clássicas de Josué de Castro – um dos fundadores da Organização das Nações Unidas (FAO)¹ – sobre o fenômeno da fome, ainda na década de 1930. Porém, apenas em 1986 o objetivo da segurança alimentar apareceu, pela primeira vez, dentre os elementos definidores de uma proposta de política de abastecimento alimentar quando formulado por uma equipe de técnicos a convite do Ministério da Agricultura, com poucas consequências práticas à época (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

(...) até a década de 60, as ações governamentais e das entidades filantrópicas na área da alimentação e nutrição se restringiam às ações emergenciais de doação e distribuição de alimentos. Em 1976, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), vinculado ao Ministério da Saúde. A criação do INAN ocorreu no bojo do movimento internacional, coordenado pelo Banco Mundial, de criação de institutos que se encarregavam do planejamento alimentar e nutricional ao nível nacional. Eram competências do INAN: (i) assistir o governo nacional na implementação da política nacional de alimentação; (ii) elaborar e propor um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN).[...] O PRONAN representou, pela primeira vez, a oportunidade do Estado formalizar uma política oficial para a alimentação e nutrição, com abrangência de nove programas (i) Programa de Nutrição e Saúde; (ii) Programa de Alimentos Básicos em área de Baixa Renda; (iii) Programa de Compra Direta do Pequeno Produtor; (iv) Programa Nacional de incentivo ao Aleitamento Materno; (v) Programa de Combate às

¹ Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)*.

Carências Específicas; (vi) Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional; (vii) Programa Nacional de Alimentação Escolar; (viii) Programa de Alimentação ao Trabalhador; (ix) Programa de Alimentação Popular (COSTA; PASQUAL, 2006, p. 2).

Tendo como meta realizar a suplementação alimentar de forma articulada entre os diversos programas de cada ministério – a saber, o Programa de Nutrição e Saúde (PNS/INAN); a Merenda Escolar, vinculado à Fundação de Assistência ao Estudante (FAE); o Posto da Legião Brasileira de Assistência (LBA) com o Programa de Complementação Alimentar (PCA) e o Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), a falta de políticas intersetoriais e articulação institucional, bem como a falta de recursos, limitaram, porém, o alcance dos PRONAN que, com raras exceções, não ultrapassou a escala de projeto piloto.

A segurança alimentar, ainda assim, é temática de estudos frequentes nos mais variados campos da ciência e, em especial, das Cúpulas de reuniões internacionais e nacionais onde, por meio da declaração de metas de Desenvolvimento do Milênio, os países membros da FAO, dentre eles o Brasil, comprometeram-se a erradicar a pobreza extrema e a fome até o ano de 2015:

Assim sendo, a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas capazes de promover a segurança alimentar e nutricional tornaram-se objetivos estratégicos. Neste cenário, enfatiza-se a necessidade de executar políticas sociais que maximizem a eficiência, a participação da comunidade e a focalização. Em função disso, é imperativo aprimorar o monitoramento e avaliação de programas, contemplando a avaliação dos processos e da eficiência das ações (SANTOS; SANTOS, 2007, p. 2).

As estratégias de intervenção para promover a segurança alimentar, particularmente aquelas envolvendo a doação de alimentos, estão sujeitas, no entanto, a questionamentos pela evidência de que oligarquias tradicionais no poder podem se apropriar desses programas a fim de manterem seu *status quo* (GONÇALVES, 1933; DRAIBE, 1999), o que “é particularmente verdadeiro nas áreas onde os direitos humanos e as necessidades básicas estão longe de ser respeitados e os cidadãos não estão cientes de seus direitos” (FLEURY, 1994 apud SANTOS; SANTOS, 2007, p. 2).

Quando os temas da alimentação e da nutrição ganham atenção no Brasil, em meados da década de 80, surgem as primeiras referências ao conceito de *segurança alimentar* durante a elaboração de uma Política Nacional de Segurança Alimentar pelo Ministério da Agricultura; proposta que contemplava a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), presidido pelo Presidente

da República com os objetivos de “atender as necessidades alimentares da população e atingir a auto suficiência na produção de alimentos” (SOBRAL; COSTA, 2008, p. 2).

(...) a matriz da proposta do “Governo Paralelo” era a mesma versão de 1.986, agora sem limitar a segurança alimentar ao tema do abastecimento e da problemática agrícola. As origens da carestia e da fome foram atribuídas ao desemprego e à pobreza, agravadas pelas políticas recessivas dos anos 80. Afirmava que a modernização e a ampliação da capacidade de produção e distribuição de alimentos no Brasil, com ganhos expressivos de eficiência, não resultaram, com poucas exceções, no barateamento relativo dos alimentos e, portanto, pouco contribuíram para a ampliação do acesso aos mesmos pelos segmentos de menor renda da população. Daí a forte ênfase dada à retomada do crescimento econômico, com recuperação do emprego e dos salários, e a implementação de políticas de regulação dos mercados como condicionantes da segurança alimentar. [...] ao reduzir a segurança alimentar a um dos itens da ação social, pode-se ratificar o viés dominante de restringi-la a sua dimensão assistencial, num quadro de miséria e empobrecimento generalizado do país. A questão alimentar é mais complexa do que promover distribuição de alimentos ou estimular iniciativas localizadas de geração de emprego (sem dúvida indispensáveis). Eliminar parte das perdas de renda real provocadas pela alta inflação, com um plano de estabilização, não é sinônimo de distribuição de renda, assim como boas safras agrícolas não se confundem com alimentos acessíveis. O CONSEA favorecia a discussão dos temas citados junto ao núcleo central do governo e junto à sociedade (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996, p. 5).

Com o lançamento do documento *Diretrizes para Uma Política Nacional de Segurança Alimentar – As dez prioridades*, que contou com contribuições da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), em 1994 o CONSEA apresenta à Presidência três eixos de ação para a elaboração de uma política nacional para este fim, seu produto mais avançado:

(...) o documento avança na compreensão do conteúdo político da insegurança alimentar tendo em vista a insuficiência de acesso aos alimentos e do papel integrado do Estado e da sociedade na sua superação, destacando a importância do desenvolvimento econômico e da distribuição de renda na melhoria das condições de alimentação e nutrição da população. Entretanto a dificuldade inicial enfrentada pelo Conselho na implementação dos seus objetivos e diretrizes derivou da incipiência do órgão à época, cujo período de existência, de cerca de dois anos, pode ser considerado curto para a avaliação de resultados da implementação de uma experiência inovadora de gestão de políticas públicas (PESSANHA, 1998 apud PESSANHA, 2002, p. 19).

Os três eixos apresentados no documento pelo CONSEA conforme abordado por PESSANHA, (2002, p.19) prevêm algumas diretrizes.

No Eixo 1 busca-se ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir o seu peso no orçamento familiar, compreendendo as seguintes prioridades: 1) orientar o

desenvolvimento para a geração de empregos e distribuição de renda; 2) aumentar a disponibilidade de alimentos; 3) reduzir o custo dos alimentos e seu peso no orçamento familiar.

O Eixo 2 busca assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados, envolvendo as prioridades: 1) combater a desnutrição e reduzir a mortalidade materno-infantil; 2) proteger a saúde e estado nutricional do grupo materno-infantil; 3) fortalecer o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT); 7) ampliar o Programa de Alimentação Escolar; 4) proteger outros grupos específicos.

O Eixo 3 busca assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis através da prioridade: garantir a qualidade higiênica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos.

Este posicionamento do CONSEA pode ser considerado como o produto mais avançado, pois o documento avança na compreensão do conteúdo político da insegurança alimentar tendo em vista a insuficiência de acesso aos alimentos, e do papel integrado do Estado e da sociedade na sua superação, destacando a importância do desenvolvimento econômico e da distribuição de renda na melhoria das condições de alimentação e nutrição da população (PESSANHA, 1998).

A partir destas posições, é possível entender que o tema segurança alimentar já percorreu um longo caminho até aqui, visto que:

(...) em 1995, o Programa Comunidade Solidária do governo Fernando Henrique Cardoso foi concebido como um plano de ação de combate à pobreza e à desigualdade [que] considerou a pobreza como um problema a ser resolvido com ações de médio e longo prazo combinadas com ações emergenciais para o atendimento das populações atingidas pela privação. A estratégia visava instituir um novo estilo de gerenciamento de ações públicas na área social, de modo a permitir a descentralização e a integração das ações a nível federal, estadual e municipal, bem como a parceria com a sociedade civil [...] [articulada em] quatro grandes princípios: parceria, solidariedade, descentralização, integração e convergência de ações. A partir destes princípios e objetivos gerais foram selecionados sete objetivos principais prioritários: a) redução da mortalidade infantil; b) a melhoria de condições de alimentação escolares, dos trabalhadores e das famílias carentes; c) a promoção do saneamento básico e da habitação para populações de baixa renda; d) melhorar as condições de vida do meio rural, com o estímulo da agricultura familiar e os assentamentos rurais; e) o apoio ao desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental e f) a geração de ocupação e renda, a promoção da qualificação profissional, defesa dos direitos e promoção social das crianças e adolescentes. (PELIANO et al., 1995 apud PESSANHA, 2002, p. 21).

Para alcançar a sociedade distante das políticas públicas dessa área espaços foram criados, como o Comitê Técnico Interministerial que, na época, e com a participação da sociedade civil:

(...) analisará a atuação governamental na área de Segurança Alimentar e Nutricional, e proporá a articulação e o fortalecimento de ações já existentes ou novas iniciativas que, em seu conjunto, constituiriam, efetivamente, uma Política Nacional de Segurança Alimentar, colaborando este comitê na elaboração do documento brasileiro para a Cúpula Mundial de alimentação de 1996 (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996, p. 71).

A análise dos programas relativos às políticas públicas de alimentos no Brasil, é de consequência impar no combate a (in) segurança alimentar, à pobreza e a diferença entre as classes sociais.

2 GESTÃO INTEGRADA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A gestão integrada da alimentação escolar é dependente da interatividade de diversos órgãos e, mesmo ocupando lugar de destaque dentre as políticas sociais, às vezes sofre com adequações necessárias no sentido de suprir as necessidades dos municípios e dos alunos envolvidos na esfera da alimentação escolar.

Como visto anteriormente, o PNAE tem origem na década de 40, com a proposta inicial do Instituto de Nutrição. Já nos anos 50 foi criado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que criou uma proposta que concebia e estruturava um programa de alimentação escolar em âmbito nacional sob a responsabilidade do governo.

Assegurado pela Constituição Federal de 1988, o PNAE iniciou-se em 1955 e permaneceu até 1979, tendo neste período recebido diversas denominações. De caráter universal, atendeu em 2002, aproximadamente 36 milhões de alunos da educação infantil (creches e pré-escolas) e do ensino fundamental das redes pública, privada e filantrópica de ensino, com investimentos na ordem de R\$ 849 milhões de reais (STURION et al., 2005).

Reconhecido como o maior programa de alimentação do mundo, o PNAE abrange também escolas indígenas e se destaca tanto em volume de recursos como em número de estudantes atendidos:

O Programa é avançado e trabalha de forma descentralizada entre estados e municípios; exige, em cada núcleo gestor, a existência de um Conselho de Alimentação Escolar (CAE) com participação da sociedade civil e da continuidade escolar. [...] por outro lado, o reconhecimento dos direitos sociais é a resposta positiva que a sociedade moderna dá aos grandes problemas humanos que surgiram ao longo da história. Eis o caso do direito à educação, que teve seu nascimento, desenvolvimento e afirmação após a Declaração dos Direitos do Homem (1948) e/ou quando é agregado ao ordenamento jurídico dos estados liberais (BOBBIO, 1992 apud BITTENCOURT, 2008, p. 147).

Não basta apenas o reconhecimento de que os programas foram lançados e editados de diferentes formas, mas sim, a busca por saber-se se o mesmo teve a efetividade necessária para atingir as classes sociais ao qual se destinou.

2.1 Política de alimentação escolar

Tratar da temática política vinculada ao objeto do presente estudo, no caso a merenda escolar, como suporte para a satisfação alimentar dos alunos da rede pública de ensino e crianças carentes, nos leva a retratar primeiramente o fator político como ferramenta de combate à fome, e sequencialmente, como suporte para a segurança alimentar.

A política de alimentação escolar está visivelmente atrelada ao poder público, primeiramente ao Governo Federal, através do PNAE, e seguidamente, pelos governos estaduais e municipais, que têm a atribuição de levar a efeito esta política.

(...) a necessidade de assegurar a boa alimentação à população tem levado os governantes a buscarem novas formas de execução das Políticas Sociais que possam garantir o direito à alimentação, quantitativa e qualitativamente equilibrada e saudável, a todas as pessoas. Entende-se como Segurança Alimentar e Nutricional o acesso à alimentação de qualidade e a garantia de sua continuidade em quantidade suficiente e de modo permanente (SOBRAL; COSTA, 2008, p. 73).

(...) segurança alimentar é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais com práticas alimentares saudáveis do ponto de vista socioeconômico e agro ecológico (COSTA; PASQUAL, 2006, p. 1).

O conceito acima apresentado durante a II CONAN², e a partir de então, adotado pelo CONSEA é resultado de uma longa trajetória da sociedade civil organizada e do poder público em torno da construção de uma política de segurança alimentar e nutricional que garanta o direito humano à alimentação. Nesta construção, segundo Costa e Pasqual (2006), não se pode deixar de registrar a fundamental contribuição de Josué de Castro, médico brasileiro que, ainda nos anos 30 do século passado, abriu caminhos para o debate sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil e no mundo, possibilitando que um tema tratado até então como problema biológico adquirisse o estatuto político a partir de sua obra.

Relembrando a história, em 1932, Josué de Castro elaborou pesquisa intitulada *As condições de vida das classes operárias do Nordeste*. Na ocasião, entrevistou 850 famílias, buscando estabelecer a relação entre o valor do salário e a capacidade de

² II Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CONAN), organizada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), realizou-se entre os dias 17 a 20 de março de 2004 sob o tema *A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*.

compra, constatando que o gasto com alimentação representava de 69% a 74% da renda mensal dessas famílias. A pesquisa, que mais tarde se expandiu para outros estados brasileiros, teve papel relevante no processo, que culminou com a criação do salário mínimo em 1940, através do decreto-lei que estabelece que “a remuneração mínima de todo trabalhador adulto” deve ser suficiente para “satisfazer as necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte” (op. cit.).

Ainda de acordo com as autoras, em 1946, Josué de Castro elaborou o primeiro mapa da fome no Brasil: dividiu o país em cinco regiões, considerando o Norte e Nordeste “famintos” e as demais regiões marcadas pela “subnutrição”. Josué de Castro foi o primeiro latino-americano eleito presidente da FAO, cargo que ocupou por dois mandatos. Em 1957 fundou a *Associação Mundial de Luta contra a Fome* (ASCOFAM), primeira entidade criada para esse fim com abrangência internacional. Perseguido pelo regime militar em abril de 1964, morreu em Paris nove anos depois. Seus livros *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951) foram traduzidos para mais de 20 idiomas. Suas contribuições são reconhecidas, portanto, marcam os rumos da política de alimentação da época:

(...) a partir do início da década de 50, uma nova forma de execução da política de alimentação e nutrição começou a tomar forma: a implantação de programas de distribuição de alimentos a segmentos específicos da população. Em 1952, a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) elaborou um plano de trabalho denominado *A Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil* que, entre outras propostas, concebeu e estruturou um programa de merenda escolar de caráter nacional, sob a responsabilidade pública, a ser executado a partir da segunda metade da década de 50. As iniciativas preexistentes foram racionalizadas e acompanhadas de orientação e suporte técnico (SOBRAL; COSTA, 2008, p. 73).

O papel do Estado enquanto provedor de uma série de bens e serviços públicos, visando à promoção da justiça social, é um consenso universal no século XX. Para que se possa entender historicamente o papel do Estado devemos observar, assim, os movimentos da História: a mudança do papel do Estado na economia e o avanço da cidadania. Estes movimentos têm origem após a segunda Guerra Mundial, a partir de 1945:

A coordenação entre diferentes setores governamentais relaciona-se com o grau de integração e segmentação do processo decisório e com as formas como os interesses se organizam e interagem institucionalmente. Processos altamente integrados, com forte interdependência do conjunto de políticas e uma implementação global e intersetorial das ações, caracterizam as

modalidades de planificação social estatal. Noutra extremo, o máximo de segmentação ocorre quando há múltiplas agências decisórias, especializadas em itens setoriais da agenda, e as negociações giram em torno de atores significativos para cada setor de política em campos de interesses do governo (CASTRO, 1989 apud BURLANDY, 2009, p. 2).

Portanto, de fundamental importância o papel da política de alimentação escolar, a partir da contribuição que a mesma pode definir as melhores condições para que se atinjam as necessidades básicas de alimentação escolar.

2.2 Formação e destinação de recursos

A formação dos recursos destinados à Merenda Escolar é de grande importância para a formalização e destinação dos mesmos para que a política pública atinja os objetivos delineados no atendimento à demanda por merenda escolar a nível nacional:

(...) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o mais antigo programa social do Governo Federal na área de educação e é o maior programa de alimentação em atividade no Brasil. Diariamente são servidas cerca de 37 milhões de refeições com repasses de recursos do Governo Federal, em 2003, de R\$ 954 milhões. Somados a esse montante, as prefeituras e os governos de estado acrescentam outra grande quantidade de recursos (BELIK; CHAIM; WEIS, 2005, p. 1).

Com o estabelecimento da Campanha da Merenda Escolar (CME), o programa passou a ser desenvolvido em 1954 para atender algumas escolas da região nordestina, foi ganhando abrangência nacional a partir de então e sua operacionalização nos diferentes estados se deu, durante esses anos, através de denominações distintas, até que a promulgação da Constituição Federal de 1988, tornou a alimentação escolar um direito:

(...) em 1994 foi instituída a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei 8913). Com a descentralização, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e responsável pelo PNAE, estabeleceu convênios com estados e municípios para o repasse de recursos financeiros. Ficaria a cargo dos estados e municípios elaborar o cardápio, adquirir alimentos, realizar o controle de qualidade, contratar os recursos humanos necessários (merendeiras, nutricionistas) e a infraestrutura física adequada (equipamentos e utensílios de cozinha). Os recursos repassados pela FAE eram destinados exclusivamente à aquisição de alimentos, ficando as demais despesas como contrapartida de estados e municípios (id. *ibid.*).

(...) a administração da alimentação escolar de forma descentralizada foi um dos grandes avanços ocorridos neste Programa, pois permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação escolar condizente com o hábito alimentar da população nas diferentes localidades do país. As compras institucionais descentralizadas também abriram a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local neste mercado institucional. (op. cit., p.2).

Formado em 1993, durante o governo Itamar Franco, o CONSEA é extinto com o advento do governo Fernando Henrique Cardoso, sendo reconstituído apenas em 2003 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva em função, sobretudo, da centralidade dada para questão do combate à fome:

(...) a extinção do CONSEA, mais do que a eliminação de um mecanismo de controle social representou a “opção do governo por um modelo de Estado Moderno, que teria como razão de ser central a garantia de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico privado liberado pelo mercado” [...] caberia ao Estado o desenvolvimento de ações compensatórias e localizadas dentro da lógica de uma rede de proteção social, conforme proposto pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (VALENTE, 2004 apud COSTA; PASQUAL, 2006, p. 4).

(...) no bojo desta discussão, organizou-se um grupo de trabalho de ONGs e movimentos sociais para dar continuidade à luta em prol da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. No final de 1998, no encontro nacional realizado em São Paulo, cerca de 50 entidades criaram o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. Este fórum impulsionou a criação dos conselhos estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional nos estados que se mostraram receptivos. Diversas ações sucederam-se no âmbito de governos estaduais e organizações da sociedade civil que pautaram o tema em Sindicatos, Pastorais da Terra, universidades, ONGs e movimentos sociais. (id. *ibid.*).

2.3 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e seus recursos

O PNAE é o programa que prevê a transferência de recursos federais para os Estados, Municípios e Distrito Federal, com objetivo de fomentar a compra de alimentos para a alimentação escolar. Este programa é coordenado pelo Ministério da Educação, por intermédio do FNDE. Seu objetivo principal é suprir as necessidades nutricionais dos alunos matriculados na rede pública de ensino, e buscando favorecer hábitos alimentares saudáveis a estes atores.

O PNAE atende alunos matriculados na educação infantil (creches e pré-escolas) e no ensino fundamental (1ª a 9ª séries) das redes públicas de ensino e privadas, mantidas por entidades filantrópicas, desde que estejam cadastradas no censo escolar e

registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Desde 2003, passou-se a atender também os alunos das escolas indígenas (PNAE Indígena) com vistas a suprir no mínimo 15% de suas necessidades nutricionais diárias para “contribuir para a redução da evasão escolar e favorecer a formação de bons hábitos alimentares em crianças e adolescentes do país, tudo isso dentro do espírito de uma política de SAN” (BELIK; CHAIM; WEIS, 2005, p. 1).

O número de beneficiários em todo o país vem crescendo ano a ano. Em 2003, foram atendidas 37,2 milhões de crianças e adolescentes da rede pública e de escolas filantrópicas e os repasses do Governo Federal atingiram R\$ 954 milhões de reais (para 2004 foram previstos R\$ 970 milhões de reais em repasses do FNDE aos estados e municípios):

(...) além deste repasse federal, alguns estados e municípios fazem a complementação financeira dos recursos para a alimentação escolar, pois geralmente os recursos federais não são suficientes para a implementação do Programa. Internamente, cada município e estado decide sobre o repasse dos recursos próprios para a alimentação escolar, que varia de acordo com o poder de arrecadação e a lei orçamentária aprovada. E como se trata de verba complementar, poderá ser também destinada inclusive para compra de produtos essenciais para o preparo da merenda. (op. cit., p. 2).

A origem dos recursos do PNAE advém do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), previsto pela Constituição Federal que estabelece a aplicação nunca menor que 18% por parte da União e aos menos 25% da receita dos Estados, Distrito Federal e municípios, resultante de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino, além dos recursos voltados exclusivamente para a merenda escolar. Existe ainda a possibilidade de um recurso chamado verba Quota Estadual do Salário Educação (QESE), que viabiliza a compra de gêneros alimentícios para a alimentação escolar e provém da contribuição obrigatória feita pelas empresas empregadoras, da ordem de 2,5% sobre a folha de pagamentos.

Essa contribuição obrigatória é depositada pelas empresas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que é o recolhedor deste tributo. O INSS repassa tais recursos para o tesouro nacional que fica com 1/3 do total e destina os 2/3 restantes aos Estados da Federação. Pela lei, pelo menos 50% da QESE que fica com os Estados teria que ser destinada proporcionalmente aos municípios de cada estado, segundo o número de alunos matriculados. Esta verba é destinada única e exclusivamente à gastos municipais

e estaduais com o ensino fundamental (...), exceto gastos com pagamento de pessoal. Porém, a grande característica é a sua flexibilidade de uso, já que a única obrigatoriedade de aplicação da verba QESE é com transporte de alunos, o restante pode ser aplicado em qualquer item voltado para a melhoria do ensino fundamental. E dentre os possíveis usos da verba QESE está o gasto com alimentação escolar. É justamente sobre essa parte livre da QESE que se poderia demandar algum tipo de transferência de recursos visando o reforço da merenda escolar (BELIK; CHAIM; WEIS, 2005, p. 3).

O FNDE distribui os recursos em conta única através de depósitos, conta esta aberta pelo próprio FNDE, em agências do Banco do Brasil, ou outros bancos credenciados, sendo que estes recursos são destinados especificamente para aquisição de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar.

O PNAE busca, através de seus órgãos fiscalizadores, aferir de como e de que forma os recursos estão sendo aplicados no programa através de formas comparativas de aprovação das contas apresentadas pelos CAE dos municípios.

2.4 A compra de alimentos para a merenda escolar: as modalidades licitatórias

De acordo com o trabalho desenvolvido por Belik, Chaim e Weis (2005, p. 4), “a compra dos gêneros alimentícios deverá observar os critérios e modalidades previstas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, que instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública”, de modo que a abertura de processos licitatórios pelas Unidades Requisitantes das Entidades Executoras, encarregadas de realizar as licitações, deve estar atenta à adequada caracterização do objeto da compra e de acordo com as modalidades para aquisição de gêneros alimentícios. São elas:

- Compra Direta: dispensa licitação para valores de até R\$ 8.000,00;
- Carta Convite: para valores de R\$ 8.000,00 até R\$ 80.000,00. Modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa;
- Tomada de preços: para valores de R\$ 80.000,00 até R\$ 650.000,00. Modalidade de licitação entre interessados em que o anúncio de Abertura de Edital é feito com, no mínimo, 15 dias de antecedência, devendo ser o fornecedor escolhido entre clientes cadastrados que apresentarem orçamento de menor valor;

- **Concorrência Pública:** para valores acima de R\$ 650.000,00. Modalidade de licitação entre interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto com o anúncio de Abertura da Concorrência feito com, no mínimo, 30 dias de antecedência e escolha do fornecedor de acordo com a proposta de menor valor que atenda a todas as especificações contidas no Edital;
- **Registro de Preço:** para valores estipulados pela Unidade Requisitante com base na previsão de compras: Segue os procedimentos da modalidade “Concorrência”, mas possibilita à Entidade Executora vantagens como a programação mais flexível que evita os demorados processos licitatórios mensais e permite a compra e o fornecimento dos produtos na medida em que houver necessidade reduzindo, assim, o custo de armazenamento e imobilização de capital. Além da Entidade Executora não estar obrigada a contratar os produtos que têm seu preço registrado pelo Sistema de Registro de Preços, sendo necessária a consulta ao mercado para comparação ao preço registrado para efetuar a compra, bastando solicitar os alimentos desejados ao fornecedor que apresentou o menor preço de acordo com a quantidade máxima a ser comprada estabelecida pela Unidade Requisitante durante a definição do objeto da licitação;
- **Pregão:** este sistema pode ser adotado para os mesmos tipos de compras realizados por meio de “Registro de Preço”, “Concorrência”, “Tomada de Preços” e “Carta Convite”. A Unidade Requisitante deverá estabelecer, de forma clara e precisa, o objeto a ser adquirido, contemplando todas as suas características, além de determinar a quantidade exata. Para participar do pregão, os interessados apresentam propostas e lances em sessão pública, e as propostas de menor preço e ofertas até 10% superiores são selecionadas. As regras do pregão inovam com a inversão das fases de habilitação e classificação dos licitantes que permite a exame somente da documentação do participante que apresentou a melhor proposta, evitando o exame prévio da documentação de todos os participantes;
- **Pregão Eletrônico:** caracteriza-se por ser inteiramente realizado utilizando-se recursos da informática. Por meio da Internet são registrados os editais para a

aquisição de bens e serviços, e por meio dela os fornecedores poderão oferecer suas propostas iniciais de acordo com hora e data prevista no edital. No horário especificado as propostas são abertas e pregoeiro e representantes dos fornecedores entram numa sala virtual de disputa. Em seguida, partindo-se do menor preço cotado nas propostas iniciais, os fornecedores oferecerão lances sucessivos e de valor decrescente, em tempo real, até que seja proclamado o vencedor (aquele que tiver apresentado o menor lance), sendo o aviso de fechamento emitido pelo sistema.

Algumas administrações públicas têm investido na informatização dos processos de aquisição, gerando redução de custos tanto pelo aumento da concorrência (já que um número maior de empresas toma conhecimento das oportunidades de negócios) quanto pela diminuição do fluxo de papéis em circulação na administração pública. A informatização permite também o acompanhamento dos gastos pela população, por meio da Internet, o que torna o processo mais transparente e possibilita maior controle social.

2.5 A gestão do PNAE em benefício à economia local

Todo sistema de compras da administração pública é regido pela Lei 8666/93, que procurou “moralizar a forma como o poder público se relacionava com os seus fornecedores, o que levou a um extremo rigor no tratamento dos processos de licitação” (BELIK; CHAIM; WEIS, 2005, p. 5) dificultando, muitas vezes, a execução da diretriz de compra preferencial de alimentos junto a produtores agrícolas e ao comércio local que não se deve perder de vista, uma vez que há possibilidades de seguir rigidamente a lei fomentando o desenvolvimento local:

(...) Em primeiro lugar, a lei dispensa de licitação “compras eventuais de gêneros alimentícios perecíveis em centro de abastecimento ou similar” (artigo 24, inciso XII) sendo que atualmente esse gasto limite vai até R\$ 8 mil por mês. Para as compras de maior vulto vale repetir que a lei recomenda a realização de Concorrência para Registro de Preços, que, por sua vez, pode ser adaptado para evitar a burocracia e dar maior agilidade à administração pública. Isso pode ser feito por meio de uma ação coordenada das áreas social e administrativa dos governos (id. *ibid.*).

Com a conversão da Medida Provisória n. 455 de 28/01/2009, na Lei 11.947/09, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do *Programa Dinheiro Direto*

na Escola aos alunos da educação básica e altera a Lei n. 10.880, de 09/06/2004, que visa coordenar inclusive a compra de produtos agrícolas diretamente da agricultura familiar do município, toma forma outro cenário onde se faz necessária a capacitação dos produtores agrícolas locais para que atendam adequadamente à demanda das prefeituras.

É importante esclarecer e capacitar produtores rurais locais para que estes se organizem e passem a fornecer gêneros alimentícios para a prefeitura de forma individual ou organizados em associações ou cooperativas. No primeiro caso, torna-se necessário obter informações sobre como emitir uma nota do produtor. No caso da organização em associações ou cooperativas, o passo inicial é obter o registro junto aos órgãos de fazenda municipais, estaduais e federais (op. cit., p. 6).

A partir da descentralização por parte dos governos Federal e Estadual, cabendo ao município a administração, organização e distribuição da alimentação escolar, é de fundamental importância que as compras sejam feitas dentro dos mais estritos ditames da legislação que rege a matéria, buscando efetividade para as compras através das modalidades permitidas.

3 UNIVERSO EMPÍRICO: CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CATANDUVA/SP E SUA REDE DE PÚBLICA DE ENSINO.

De acordo com o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDRS (CATANDUVA, 2014), Catanduva é um município brasileiro do estado de São Paulo, fundado em 14 de abril de 1918, estando a uma altitude de 503 metros do nível do mar. Sua população foi estimada em 114.812 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sua economia é baseada no comércio, prestação de serviços, indústrias diversas e agricultura. Possui um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado de São Paulo.

Até hoje ninguém sabe quem fundou Catanduva, mas crê-se em duas histórias, tendo em base que seu primeiro nome era “Cerradinho”, uma vilela construída às margens do rio São Domingos. A primeira fala é que José Lourenço Dias Figueiredo, de Minas Gerais, havia comprado propriedades em 1850. Em 1889, Joaquim Figueiredo, seu filho, tomou posse dessas terras e começou o cultivo delas e a construção da primeira casa de telhas. Já a outra história diz que Antônio Maximiano Rodrigues fundou a cidade. Natural de Conceição do Rio Verde, estado de Minas Gerais, teria adquirido terras na região de Catanduva, por volta de 1850, e nelas se estabelecido em 1892, quando fez a doação de 10 (dez) alqueires de sua propriedade para o patrimônio da Paróquia de São Domingos, batizada com o nome já mencionado de Cerradinho, por se encontrarem tais terras encravadas na Fazenda de São Domingos do Cerradinho.

Desde então, o progresso urbano do Distrito foi extremamente rápido, prendendo-se ao desenvolvimento econômico da fértil zona rural. O cultivo do café, predominantemente adotado, a penetração ferroviária, de par com a assistência médico hospitalar e educacional, com a qual a florescente vila ia sendo dotada, constituíram fatores decisivos para a evolução progressista da área urbana e conseqüentemente do município. O conhecido título “Cidade Feitiço” é relacionado à hospitalidade dos moradores que recebem com muito carinho e atenção todos os visitantes.

Catanduva é palavra de origem indígena que significa “mata doída” ou “mata doente”; é uma referência à vegetação com árvores de troncos e galhos retorcidos, recobertos por casca grossa e resistente ao fogo. Este nome designava a fisionomia mais

característica do cerrado brasileiro. O aniversário de Catanduva é comemorado em 14 de abril e sua emancipação política ocorreu nesta data, no ano de 1918.

Ainda, de acordo com o PMDRS (CATANDUVA, 2014), o clima do município é tropical, inverno seco e ameno com temperatura média do mês mais frio superior a 17° C. Em relação à hidrografia, há: o Rio São Domingos, Ribeirão Minguta, Córrego Barro Preto, Córrego dos Coqueiros, Córrego do Retirinho, Córrego do Jacú e Córrego do Curtume.

As principais rodovias que compõem a malha viária municipal são: SP-321, Rodovia Cesário José de Castilho, que liga Catanduva à cidade de Bauru e faz conexão com a Rodovia Marechal Rondon; SP-351 Rodovia Comendador Pedro Monteleone, que liga Catanduva à cidade de Bebedouro e faz conexão com a Rodovia Washington Luiz.

Catanduva possui seu aeroporto fundado em 20 de janeiro de 1940, com nome de João Caparroz e sempre manteve um trabalho voltado para a formação de pilotos privados e comerciais. Ao longo de mais de 70 anos já se formaram centenas de pilotos. Em 1948, Catanduva passou a receber voos comerciais da Real Transportes Aéreos, importante companhia de aviação comercial, tendo linhas para Ribeirão Preto, São Paulo, Curitiba, São José do Rio Preto, Araçatuba, Porecatu e Londrina, e às vezes, escalas de aviões procedentes de Goiânia. A viação Real chegou a ter sete linhas internacionais (1946 a 1961), sendo que, atualmente, não possui voos regulares.

Os dados socioculturais (CATANDUVA, 2014) apontam que a população rural do município é de 906 habitantes e possuem acesso a serviços básicos: assistência técnica e extensão rural, através da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Prefeitura Municipal – Secretaria do Meio ambiente, Agricultura e Abastecimento, Crédito Rural e Microcrédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) e Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP).

O município possui os seguintes estabelecimentos de educação: Faculdade de Medicina de Catanduva (FAMECA), Faculdade de Tecnologia de Catanduva (FATEC), Faculdade de Direito e Administração de Catanduva (FAECA), Faculdade Interativa COC de Catanduva (COC), - Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva (IMES-FAFICA), Escola Superior de Educação Física e Desportos de Catanduva (ESEFIC), Faculdade de Enfermagem de Catanduva (FEC), Escola Técnica Estadual de Catanduva (ETEC), Escola Civil de Aviação – Aeroclube de Catanduva, Serviço

Nacional de Aprendizagem Comercial de Catanduva (SENAC), Formação Profissional de Catanduva (Trainertek), Serviço Social da Indústria de Catanduva (SESI), Escolas Públicas Estaduais e Municipais de ensino básico e médio.

O município conta ainda com os seguintes hospitais: Hospital Emilio Carlos (construído para ser hospital Sanatório, mas foi desativado no início da década de 80 e é o hospital escola da FAMECA); Hospital Maternidade São Domingos (iniciou suas atividades em 31 de janeiro de 1960, quando foi inaugurado) e o Hospital Padre Albino (uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos que começou a atender pacientes em 1926, e em 2010, foi considerada a 33º melhor unidade hospitalar do estado de São Paulo).

O município atende sua população com abastecimento de água e saneamento, através da Superintendência de Água e Esgoto de Catanduva (SAEC), uma autarquia municipal que, dentre os inúmeros serviços, é responsável pela captação de recursos hídricos do município, bem como pela coleta de efluentes de esgoto e oferta de toda a infraestrutura necessária ao gerenciamento do sistema de abastecimento, tanto na parte técnica quanto na relação entre contribuinte e municipalidade.

Segundo o PMDRS (CATANDUVA, 2014), a ocupação do solo possui uma área total de 24.665,56 ha, sendo que 1.272,6 ha são ocupados com culturas permanentes; a área de reflorestamento ocupa área de 239,1 ha. A vegetação natural ocupa área de 545,7 ha e a área complementar 1.590,95; a área plantada com culturas temporárias é de 17.039,95, sendo que a área ocupada com pastagens é de 2020,9 há; a área em descanso é de 371,7 ha e a área com vegetação de brejo e várzea é de 1.584,65. Assim, podemos verificar que a ocupação do solo no município de Catanduva é em sua maioria ocupada com agriculturas temporárias.

O município tem como principais atividades agropecuárias o plantio de cana de açúcar, com 16.810,6 há e em segundo lugar, a braquiária, com 1.113,5 há; outras gramíneas, com 653,7 há e a laranja/limão (produtos cítricos) que ocupam área com 1.114,2 ha. Cabe destacar que a produção de abóbora, quiabo, cebolinha, feijão, couve em aproximadamente 6,0 ha.

A exploração animal tem como destaque o abate de avicultura de corte com 252.050,0 cabeças/ano, a bovinocultura mista 2.783,0 cabeças/ano e a suinocultura, com 855,0 cabeças/ano.

A participação da agropecuária na economia municipal é de R\$36 milhões de reais, enquanto o valor do Produto Interno Bruto (PIB) do município de Catanduva é de

aproximadamente R\$2.500 bilhões de reais, ou seja, há uma pequena participação da agropecuária com relação ao PIB do município.

Outro dado importante é o valor bruto da produção anual da agropecuária (IEA, 2013), de R\$80.536.457,00, distribuído em: cana de açúcar – R\$ 72.605.696,00; laranja – R\$ 3.151.791,00; Limão – R\$ 4.489.920,00 e a produção de seringueira – R\$ 289.050,00.

A infraestrutura e serviços públicos de apoio à produção / processamento / comercialização apresenta: armazéns (usinas de açúcar e álcool), um viveiro municipal, um restaurante popular, uma feira livre e energia elétrica no sistema bifásico ou trifásico. Não há patrulha agrícola, entrepostos e cozinha industrial.

Em relação à avaliação das dificuldades das principais cadeias produtivas do município, o PMDRS (CATANDUVA, 2014) faz os seguintes apontamentos:

- Cana de açúcar: As principais dificuldades são a ameaça aos mananciais e às nascentes, falta da mata ciliar, o uso excessivo de agrotóxicos e colheita mecânica para os pequenos e médios produtores. Tais dificuldades apresentam como causas o pequeno investimento em recuperação de nascentes e mata ciliar, alta incidência de pragas e doenças e o custo elevado na aquisição ou aluguel de maquinários. Os efeitos são o assoreamento de nascentes, a contaminação do meio ambiente e a baixa rentabilidade;
- Cultura de limão/laranja: a principal dificuldade é a falta de organização dos produtores incipientes. Suas causas são a inexistência de associações e seus efeitos são o enfraquecimento das negociações dos produtores com as indústrias citrícolas;
- Produção de hortifruticultura, as principais dificuldades são: baixo nível de conhecimento técnico e de práticas culturais, falta de periodicidade de entrega e baixa qualidade dos produtos, exigência de muita mão de obra para o desenvolvimento da atividade, poucos recursos humanos para a assistência técnica, uso excessivo de agrotóxicos e o alto custo da infraestrutura e de produção (insumos). Já como causas, denota-se a desatualização de tecnologias disponíveis, falta de planejamento da atividade e pouco conhecimento técnico do produtor, agricultura intensiva, falta de contratação dos órgãos públicos municipais e estaduais, falta de opções de vendas ou lojas especializadas. Como efeitos o custo de produção elevado e pouca qualidade, perda de mercado

e pouca remuneração do produto, impossibilidade de expansão das áreas de cultivo, contaminação do meio ambiente.

No fornecimento da merenda escolar, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através do programa PNAE, estabelece os critérios e as formas da transferência legal de recursos financeiros aos Municípios, em caráter suplementar para a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios.

O PNAE tem como objetivo suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos com vistas a garantir a implantação da política de segurança alimentar e nutricional e contribuir para a formação de bons hábitos alimentares. Os beneficiários do PNAE são os alunos matriculados na Educação Básica da rede pública de ensino dos Estados e dos Municípios ou em estabelecimentos mantidos por entidades beneficentes de assistência social, cadastradas no Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento.

O setor de merenda escolar da rede municipal, além das atividades estabelecidas pelo PNAE, orienta as escolas, desenvolve capacitação de merendeiras e auxiliares e através de nutricionista, elabora o cardápio da alimentação escolar. Está em fase de construção a Cozinha Piloto no município, que visa agilizar o preparo da merenda nas escolas.

As escolas de educação infantil e entidades de educação infantil funcionam em período integral. Dentre as escolas municipalizadas, apenas uma é de período integral. Já nas escolas estaduais são três que atendem em período integral, as demais são parciais e a Casa de Apoio funciona como abrigo e orfanato aos menores abandonados e crianças em situação de risco.

Os cardápios são respeitados quase que totalmente nas escolas e são adequados a cada faixa etária dos alunos. O custo médio das refeições por dia varia de acordo com o cardápio aplicado e o número de refeições de cada escola, sendo aproximadamente R\$1,04 dia/aluno.

O percentual de alunos que se alimentam em cada escola, considerando as repetições é de aproximadamente: Estaduais (75,7%); Educação de Jovens e \Adultos - EJA (82,56%) e demais escolas (100%).

Todos os gêneros alimentícios (100%) são adquiridos através de licitação (concorrência pública ou tomada de preço). As entregas são feitas pelas empresas vencedoras da licitação e distribuídas ponto a ponto, obedecendo ao roteiro de quantidades determinadas pelo setor de merenda escolar.

Os alunos diabéticos recebem atendimento diferenciado: gelatina *diet*, chocolate *diet* e adoçantes. O aporte proteico médio das refeições é de 10 a 15%. O aporte calórico médio das refeições é de 923,4 Kcal/dia (2 refeições/dia – Ensino Fundamental), 800 Kcal/dia (4 refeições – Infantil integral) e 650 Kcal/dia (2 refeições – Infantil parcial).

O PNAE conta com o acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes do executivo, do legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de 2 anos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

3.1 Participação efetiva do CAE

O CAE tem estado atento aos procedimentos da Secretaria Municipal de Educação, as reuniões são periódicas, a equipe da Divisão de Alimentação Escolar sempre comparece às reuniões junto com a nutricionista para esclarecer alguma dúvida que os conselheiros possam ter. Foram providenciados crachás de identificação para que eles tenham acesso livre às escolas para a fiscalização e sugestões no atendimento.

O número de reuniões realizadas durante o ano é de 4 a 5 encontros, mas os conselheiros são convidados para todos os eventos que venham a envolver merendeiras e demais assuntos ligados à merenda. Os representantes da sociedade civil são escolhidos através de eleição entre os membros.

O parecer conclusivo do CAE sobre as contas do PNAE é elaborado em reunião, onde todos os conselheiros analisam a prestação de contas e tiram dúvidas. O parecer do Conselho sempre foi pela aprovação das contas apresentadas.

O Programa conta com uma nutricionista técnica responsável, que atua em todos os dias da semana, totalizando 30 horas semanais. As merendeiras são orientadas sobre noções de higiene no preparo dos alimentos, exigências da vigilância sanitária, motivação pessoal e saúde do corpo. Toda vez que um alimento novo é introduzido na merenda escolar, são feitos testes de aceitabilidade entre os alunos de uma determinada escola antes de qualquer aquisição. Todo o produto licitado é avaliado quanto ao paladar e à qualidade, antes do contrato ser firmado.

O município de Catanduva conta com o benefício do Programa Bolsa Família (PBF), composto pelo antigo Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à

Educação - Bolsa Escola. Este programa, conforme legislação federal, beneficia famílias residentes no município com renda familiar *per capita* inferior ao valor fixado nacionalmente em ato do Poder Executivo para cada exercício e que possuam, sob sua responsabilidade, crianças/adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, matriculadas em estabelecimentos de Ensino regular, com frequência escolar igual ou superior a 75% ou 85%.

Conforme determina a legislação federal, o Conselho do Bolsa Escola foi criado para acompanhar e avaliar a execução do programa; aprovar a relação de famílias cadastradas; estimular a participação comunitária no controle da execução do programa no âmbito municipal; elaborar, aprovar e modificar o seu regimento interno e exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), programa federal implantado com base no princípio de descentralização dos recursos federais destinados às escolas públicas do Ensino Fundamental, bem como às escolas de Educação Especial, mantidas por Organizações não governamentais (ONGs), sem fins lucrativos, tem como objetivo contribuir com a melhoria da infraestrutura física e pedagógica da escola, mediante a provisão direta dos recursos na contas das Unidades Executoras (Associações de Pais e Mestres). O valor do repasse é baseado no Censo Escolar do ano imediatamente anterior.

Em 9 de junho de 2004, foi instituído pela Lei nº 10.880 o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público, residentes na área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Programa Caminho da Escola, criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007 consiste no fornecimento, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha especial de crédito para a aquisição de ônibus, micro-ônibus, micro-ônibus ou embarcação para atender os alunos da zona rural do ensino básico das redes públicas estaduais e municipais.

De acordo com a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB), a responsabilidade de garantir transporte escolar dos alunos do ensino fundamental da rede municipal é dos municípios, de acordo com a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003.

O governo federal criou o Pró-Infância por considerar que a construção de creches e escolas de educação infantil, em muitos municípios, e em outros, a reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional são indispensáveis à melhoria da qualidade da educação. O programa foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, e é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação. Seu principal objetivo é prestar assistência financeira em caráter suplementar ao Distrito Federal e aos municípios definidos como prioritários, conforme os critérios estabelecidos. Os recursos são destinados à construção, reformas, pequenos reparos e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e escolas públicas de educação infantil.

O município de Catanduva foi comunicado, em 2007, sobre a aprovação da construção de uma escola de Educação Infantil, pelo Programa Pró-Infância do Governo Federal, no bairro Giordano Mestrinelli. Atualmente, a escola encontra-se em fase de acabamento.

A Constituição Federal (CF) de 1988 determinou expressamente que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família (art. 205), devendo ser assegurada “com absoluta prioridade” à criança e ao adolescente (art. 227) pela família, pelo Estado e pela sociedade. Embora a educação tenha outras dimensões relevantes, inclusive a econômica, o fundamento da obrigação do Poder Público de financiá-la é o fato de constituir um direito. Assim, a Educação e seu financiamento não serão tratados neste plano como um problema econômico, mas como uma questão de cidadania. A educação é um requisito essencial para o exercício pleno da cidadania, para melhoria da qualidade de vida e para a elevação do índice de desenvolvimento humano de um município.

A primeira diretriz básica para o financiamento da Educação é a “vinculação” constitucional de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino, adotada pela primeira vez na Constituição de 1934, ressurgindo com a redemocratização em 1946 e, ainda uma vez mais, no bojo do processo de abertura política, com a aprovação da Emenda Calmon, sendo consolidada pela Constituição de 1988.

Outra diretriz importante é a “gestão de recursos da educação por meio de fundos de natureza contábil e contas específicas”. O fundo contábil permite um controle social eficaz e evita a aplicação excessiva de recursos nas atividades-meio e as injunções de natureza política. Desde a promulgação da Constituição de 1988, 25% das receitas dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios se encontram vinculados à Educação. Com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), implantado em 1º de janeiro de 2007, ampliaram-se os recursos a todo o universo de alunos da Educação Básica Pública presencial.

A educação é responsabilidade do Estado e da sociedade e não apenas de um órgão, cujo papel central refere-se à educação escolar, mas que deve reunir competência de apoio técnico ou de apoio financeiro entre as diversas áreas, destacando-se entre elas saúde e ação social. A educação não é uma preocupação isolada, deve envolver todo o governo, permeando todas as suas ações. Uma destas ações refere-se à implementação do Programa de Educação em Tempo Integral, que requer reflexão, operacionalização e eficiência, de forma que todo o conjunto da sociedade e a comunidade escolar possam conhecê-lo, avaliá-lo e implementá-lo de modo a assegurar o cumprimento da lei e a qualidade da educação que se oferece à sociedade.

Para uma gestão eficiente, há que se promover um autêntico regime de colaboração entre União, Estado e Município para que as competências fiquem bem definidas, como é o caso do Transporte Escolar, que deve envolver ações entre os entes federados.

A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício de controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação. A LDB facilita amplamente essa tarefa ao estabelecer o repasse automático dos recursos vinculados ao órgão gestor e ao regulamentar quais as despesas admitidas, como gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino. Nesse sentido, Catanduva já possui o Conselho Municipal de Educação, o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que fortalecem e promovem a efetiva descentralização da gestão nas dimensões pedagógicas, administrativas e normativas, implantando definitivamente a gestão democrática.

Já no âmbito das unidades escolares, funcionam os Conselhos Escolares que asseguram a participação da comunidade educacional nas decisões. Para que seja possível o planejamento educacional é importante implantar sistemas de informação, com o aprimoramento da base de dados educacionais, do aperfeiçoamento dos processos de coleta e armazenamento de dados censitários e estatísticos sobre a educação municipal. Dessa forma, poder-se-á consolidar um sistema de avaliação indispensável para verificar a eficácia das políticas públicas em matéria de educação no município.

Finalmente, no exercício de sua autonomia, o sistema municipal de ensino implantou a gestão democrática, em nível de gestão de sistema na forma de Conselhos Municipais e Escolares que garantem o compromisso com a proposta pedagógica das escolas e a representatividade e liderança dos gestores escolares.

3.2 Objetivos e Metas de Financiamento

O PMDRS (CATANDUVA, 2014) busca ainda assegurar uma série de objetivos e metas para que o município possa evoluir em qualidade educacional e de vida a seus munícipes estabelecendo:

- 1 - Assegurar mecanismos de acompanhamento e controle que assegurem o cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e dos art. 70 (exceto o inciso VI) e 71 da LDB, que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nesta rubrica;
- 2 - Garantir, entre as metas dos planos plurianuais vigentes nos próximos dez anos, a previsão do suporte financeiro necessário ao cumprimento das metas constantes deste Plano Municipal de Educação;
- 3 - Buscar outras fontes de recursos para a ampliação do atendimento à Educação Infantil;
- 4 - Estabelecer políticas públicas de financiamento, em parceria com o Estado, que possibilitem garantir o transporte escolar, incluindo o acesso adaptado aos educandos portadores de necessidades especiais;
- 5 - Garantir a continuidade do programa de merenda escolar, fornecendo às escolas da rede municipal o indispensável suporte para que a merenda seja distribuída aos alunos de todos os níveis de ensino;
- 6 - Incrementar o atendimento escolar específico para quem não teve acesso ao ensino fundamental na idade própria, investindo em programa de apoio financeiro e técnico-administrativo, tendo em vista aumentar a oferta da Educação de Jovens e Adultos, diretamente e por intermédio de parcerias com empresas, ONGs e demais organizações da sociedade civil interessadas em promover o ensino gratuito;
- 7 - Garantir que os recursos destinados à Educação Especial, na rede pública municipal de ensino, assegurem a manutenção e a ampliação dos programas e serviços destinados

aos alunos com necessidades especiais, além de contar com parcerias com as áreas da saúde, assistência social, trabalho e previdência social;

8 - Investir em programas de formação continuada que ofereçam aos profissionais que atuam em atividades docentes e de suporte pedagógico, na rede municipal de ensino, a oportunidade de aperfeiçoamento permanente, que resulte no aprimoramento das práticas escolares e garanta contínuas melhorias do processo ensino-aprendizagem;

9 - Investir no aperfeiçoamento e atualização dos docentes e funcionários da área administrativa e de apoio através de parcerias com as Instituições de Ensino Superior (IES), localizadas no município e através de programas de computador ou rede de comunicação multimídia;

10 - Melhorar as condições gerais de trabalho e de remuneração para os profissionais da educação, observando também, critérios de evolução na carreira;

11 - Integrar ações e recursos técnicos, administrativos e financeiros da Secretaria Municipal de Educação e de outras Secretarias nas áreas de atuação comum.

3.3 Gestão

A gestão escolar é definida nos tópicos abaixo, segundo o PMDRS (CATANDUVA, 2014), na busca por melhoria do ensino e avaliação frequente de diversos pontos essenciais:

1 - Aperfeiçoar o regime de colaboração entre o sistema municipal e estadual, com vistas a uma ação coordenada, compartilhando responsabilidades, a partir das funções constitucionais próprias e supletivas e das metas deste Plano;

2 - Editar pela Secretaria Municipal de Educação, normas e diretrizes gerais desburocratizantes e flexíveis, que estimulem a iniciativa e a ação inovadora das instituições escolares;

3 – Garantir, através da Secretaria Municipal de Educação, normas de gestão democrática do ensino público, por intermédio da ampliação do processo de democratização e participação da comunidade, promovendo a conscientização de todos quanto aos seus respectivos papéis na melhoria do padrão de qualidade da escola pública;

4 - Apoiar tecnicamente as escolas na elaboração e execução de sua proposta pedagógica;

- 5 - Assegurar a autonomia administrativa e pedagógica das escolas da rede municipal de ensino;
- 6 - Implementar um sistema de avaliação do desempenho dos docentes da rede municipal de ensino, definindo padrões mínimos de qualidade;
- 7 - Implantar e implementar sistema de avaliação de aprendizagem dos alunos da rede municipal de ensino, definindo padrões mínimos de qualidade;
- 8 - Assegurar que as funções de diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico de escola sejam ocupadas por professores do quadro próprio do magistério do Município, com formação, conforme prevê a LDB, a ser regulamentada em ato legal próprio previamente discutido entre a Secretaria Municipal de Educação, Escolas municipais e Conselho Municipal de Educação;
- 9 - Garantir a conclusão da informatização, no primeiro ano da vigência deste Plano, nas escolas da rede municipal e Secretaria Municipal de Educação;
- 10 - Estabelecer, com a colaboração da União, do Estado e dos IES, programas diversificados de formação continuada e atualização, visando a melhoria do desempenho no exercício da função docente e/ou administrativa;
- 11 - Estabelecer no município programas de acompanhamento e avaliação das unidades escolares de educação básica da rede municipal de ensino;
- 12 - Promover fóruns, palestras, debates e conferências com o objetivo de melhorar os padrões de qualidade da educação básica nas escolas da rede municipal de educação;
- 13 - Observar as metas estabelecidas nos demais capítulos referentes a financiamento e gestão.

3.4 Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Catanduva (PMEC)

A implantação com sucesso deste Plano depende não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e instrumentos eficazes de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, na figura do(a) Secretário(a) Municipal de Educação. Além dela, desempenhará um papel essencial nessas funções o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a sociedade civil organizada.

Faz-se necessário que algumas entidades da sociedade civil, diretamente interessadas e responsáveis pelos direitos da criança e do adolescente, participem do acompanhamento e da avaliação do Plano Municipal de Educação. O art. 227, § 7º da Constituição Federal determina que, no atendimento dos direitos da criança e do adolescente (incluídas nesse grupo as pessoas de zero a 18 anos), seja considerado o disposto no art. 204, que estabelece a diretriz de *participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis*.

Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as diretrizes, objetivos e metas aqui estabelecidos, sugerindo, sempre que necessário as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

Os objetivos e as metas deste Plano somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e da sociedade civil são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento, da inclusão social e da cidadania plena.

O P MEC é um documento de estratégias de políticas de educação que incluem intrinsecamente, a intenção de avaliação conforme o previsto na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, na LDB e nas metas do Plano Nacional de Educação.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada de forma contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do P MEC, tendo em vista sua melhoria e seu desenvolvimento.

O Poder Público Municipal deverá instituir o Sistema Municipal de Avaliação, instituindo mecanismos necessários ao acompanhamento da execução do P MEC, observando os seguintes dados:

- a) Estatísticos, que controlem o avanço das metas de atendimento e outras mensuráveis quantitativamente, desde o diagnóstico;
- b) De aferição qualitativa, elaborados periodicamente, de acordo com os prazos das metas, a serem aplicadas para medir o sucesso das estratégias, tendo como objeto tanto o processo como o resultado final;

- c) De acompanhamento, elaborados para monitorar continuamente o processo educacional e de realização do P MEC.

Os instrumentos de avaliação instituídos pelo estado de São Paulo, bem como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) e os dados do IBGE são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do P MEC, os quais devem ser analisados e apontam se as prioridades, metas e objetivos estão sendo atingidos, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implantadas.

Além da avaliação contínua da execução do P MEC, deverão ser feitas avaliações periódicas, sendo que a primeira será realizada no primeiro ano após sua implantação e as posteriores anualmente.

Além de outros aspectos, o PMDRS (CATANDUVA, 2014) abrange os culturais, geográficos e demográficos. Cabe aqui ressaltar os aspectos educacionais, nos quais os registros oficiais do ensino público na cidade de Catanduva assinalam o ano de 1919, quando se deu a instalação do primeiro grupo escolar na Rua Pará n. 231, onde funcionou durante longos anos. O segundo grupo escolar foi instalado no dia 3 de fevereiro de 1925, dando origem a atual *E.M.E.F. Prof. Octacílio de Oliveira Ramos*, no bairro Higienópolis. Já o *Instituto de Educação Barão do Rio Branco*, um dos principais estabelecimentos de ensino de Catanduva, teve suas origens no *Lyceu Rio Branco de Catanduva*, fundado, organizado e dirigido pela *Sociedade Lyceu Nacional Ltda.*, depois municipalizada pela Lei Municipal n. 157, de 9 de junho de 1928, da Câmara Municipal de Catanduva. Assim, com a colaboração do poder público local, fundou-se em 1º de Agosto de 1928 o *Lyceu Rio Branco de Catanduva*, que haveria de se tornar um dos mais importantes colégios do interior paulista.

Com o desenvolvimento do município, novas unidades de educação foram fundadas, como a *E.E. Paulo de Lima Correa*, o *Grupo Escolar do São Francisco*, o *Colégio Nossa Senhora do Calvário* e outras. Nos dias atuais, a Rede Pública Municipal de Catanduva, através da Secretaria Municipal de Educação mantém, até o ano de 2009, 30 escolas, sendo 9 delas municipalizadas no ano de 2009.

Tabela 1 - Número de escolas da rede municipal de ensino de Catanduva/SP

Escolas da Rede Municipal de Ensino (31/07/2009)		
Educação Infantil	Ensino Fundamental	E. J. A.
15	14	01

Fonte: CATANDUVA, 2009

Tabela 2 - Número de alunos da rede municipal de ensino de Catanduva/SP

Alunos da rede municipal de ensino (31/07/2009)					
Educação Infantil	Ensino Fundamental	EJA	S. de Recurso	Classe Especial	TOTAL
3566	6837	664	27	16	11110

Fonte: CATANDUVA, 2009

Ainda em relação ao município, cabe ressaltar os *Indicadores Demográficos e Educacionais de Catanduva*. O conjunto de tabelas que segue abaixo traz informações sobre a população, o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Desenvolvimento da Infância (IDI) e a Taxa de Analfabetismo. Há ainda o número de escolas e matrículas em cada nível de ensino da educação básica oferecida no município e também quantas instituições de ensino superior existem no local.

Tabela 3 - Informações sobre o Município

População ⁽¹⁾			PIB (R\$) ⁽²⁾	IDH ⁽³⁾	IDI ⁽⁴⁾	Taxa analfabetismo (%)	
Urbana	Rural	Total				População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais
96 967	1441	98 408	1 458 307,0	0,83	0,86	1,3	7,6

Fonte: CATANDUVA, 2009

⁽¹⁾ IBGE, 2000; ⁽²⁾ IBGE, 2003; ⁽³⁾ Unesco, 2000; ⁽⁴⁾ Unicef, 2004

Tabela 4 - Número de estabelecimentos de ensino por categoria administrativa (2006)

Número de Escolas – Educação Básica										Número de IES			
Privadas		Federais		Municipais		Estaduais		Total		Total Geral	Pública	Privada	Total
U	R	U	R	U	R	U	R	U	R				
27	0	0	0	34	0	11	0	72	0	72	1	4	5

Fonte: CATANDUVA, 2009

Legenda: U – zona urbana; R – zona rural; IES - Instituições de Ensino Superior

Tabela 5 – Taxa de escolarização líquida (%)

Ensino Fundamental	Ensino Médio
93,8	63,6

Fonte: CATANDUVA, 2009

Em relação ao fornecimento da merenda escolar, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através do programa PNAE, estabelece os critérios e as formas da transferência legal de recursos financeiros ao Município em caráter suplementar para a aquisição exclusiva de alimentos. O PNAE, assim, tem como objetivo suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos com vistas a garantir a implantação da política de segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a formação de bons hábitos alimentares. Os beneficiários do PNAE são os alunos matriculados na Educação Básica da rede pública de ensino dos Estados e Municípios ou em estabelecimentos mantidos por entidades beneficentes de assistência social cadastradas no Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento (CATANDUVA, 2010, p. 22).

O setor da Merenda Escolar da rede municipal, além das atividades estabelecidas pelo PNAE, orienta as escolas no desenvolvimento e na capacitação das merendeiras e auxiliares, e através de nutricionista, elabora o cardápio da alimentação escolar. Encontra-se em fase de construção a Cozinha Piloto do município que visa agilizar o preparo da merenda escolar nas escolas.

Tabela 6 - Número de alunos e refeições servidas – Agosto/2009

Escolas	Número de alunos	Nº de refeições com repetições
Estaduais	7165	6780
Municipalizadas de E. Fund.	3446	5731
EMEFs	3463	3532
Supletivo – EJA	935	965
Educação Infantil	2683	5169 E. I. + 4208 Berçário
Entidades de Ed. Infantil	871	1652 E. I. + 1802 Berçário
Projetos	1974	3875
Total	20 537	33 714

Fonte: CATANDUVA, 2009

Quadro 1 - Relação de escolas e entidades atendidas em relação à merenda escolar

Nome das escolas	Endereços
Creche Antonio Nelson Zancaner	Av. São Domingos, 1.500 – Centro
Educandário José Zancaner	Av. São Domingos, 1.526 – Centro
EE Vitorino Pereira	Rua Alagoas, 1675 – Vila Paulista
EMEI Ângelo Carana	Rua Cristais, 163 – Parque Flamingo
EE. Prof. Gastão Silveira	Rua Lourenço Betti, 277 – Jd. Mestrinelli
EMEI Profa. Dora de Arruda Mendes	Rua Gramado, 492 – Jd. Gaviolli
EMEI Sênica Bocchi Berçario	Av. Maranguape, 945
EE Cel. José Pedro da Motta	Rua Jaçanã, 215 – Jd. Imperial
Projeto Amigos da Criança	Rua Caraíbas, 701 – Jd. Imperial
EMEI Gabriel Hernandez Ferreira	Rua Linhares, 231 – Gabriel Hernandez
EMEI Prof. Nardi Ignotti	Rua Linhares, 55 – Gabriel Hernandez
EE Lazara A. da Silva Milhorança	Rua Corumbá, 420 – Jardim Salles
EMEI Albertina Baldo Pereira	Rua Atlântida, 575 – Tarraf

EE Alfredo Minervino	Rua Poloni, 205 – Vila Bela
Proj. Criança Cidadão do Futuro	Rua Guaporé, 720 – Higienópolis
EE Nicola Mastrocola	Rua Espírito Santo, 697 – Higienópolis
Legião Mirim	Rua Municipal, 1.140 – Vila Motta
EE Octacílio de Oliveira Ramos	Rua Rio Grande do Sul, 348 – Higienópolis
Creche Irmã Ângela	Rua 12 de Outubro, 895 – Vila Lunardelli
CCI Ortega Josué – Presente Melhor	Rua Campinas, 95 – Higienópolis
EMEI Prof. Neuze Baptista	Rua das Palmeiras, 45 – Vila Lunardelli
EMEI Profa. Idette de Lourdes Frias Couto	Rua Colina, 1000 – Pq. Glória II
EE Prof. José D’Oliveira Barreto	Rua Birigui, 238 – Jd. Bela Vista
EE Prof. Mario Juliano Pozetti	Rua Vianópolis, 385 – Nosso Teto
EE Dinorah Silveira Borges	Rua Barão dos Cocais, 340 – Cj. Euclides
EE Luiza Lourenço da Cruz	Rua XV de Novembro, 2.065 – CjEuclides
CAIC	Rua AntonioZancaner, 630
EMEF Prof. Darci Helena Januário	Rua São Leopoldo, 175 – Bom Pastor
EMEI Prof. Carlos Alberto Spina	Rua Promissão, 65 – Jd. Eldorado
EMEF Waldemar M. Aydar	Rua Glória, 505 – Cj. AnuarPachá
EE Joaquim Alves Figueiredo	Rua Nipoã, 100 – São Francisco
Educandário Delfino de Oliveira	Rua Sorocaba, 330 – São Francisco
ETE Elias Nechar	Rua Guariba, 800
Educandário São José	Rua São Luís, 600 – São Francisco
EMEI Profa. Marisa Vera Dervelan	Rua Piauí, 425 – São Francisco
Associação Pão Nosso	Rua Brusque, 200
EE Dr. Nestor Sampaio Bittencourt	Rua Getulina, 339 – Pq. Iracema
Creche São Vicente de Paula	Av. São Vicente de Paula, 261 – Vila Celso
Creche Boa Nova	Av. Porto Ferreira, 931 – Pq. Iracema
EMEIEF Arnaldo Zancaner	Rua Ver. Guido Broglia, 685
Casa do Menor	Rua Pirajuí, 262, Vila Celso
S.E.S.I.	Rua Ipiranga, 1.025
EMEI Prof. Maria Áurea Domingues	Rua Pirajuí, 1227 – Vila Soto
Creche Irmã Sheila	Rua Pirajuí, 1227 – Vila Soto
EE Armando Prandi	Rua Novais, 1225 – Vila Soto
Núcleo Ed. Joana D’Angelis	Rua Igarapava, 294 – Jd. Alpino
EMEF Prof. Nelson de Macedo Musa	Rua Cubatão, 1032 – Jd. Alpino
EMEI Profa. Albertina D. Spanazzi	Rua Peruíbe, 555 – Jd. Alpino
EE Prof. Santos Aguiar	Rua S.João da Boa vista, 110 – V. Amendola
EE. Paulo de Lima Correa	Rua 13 de Maio, 761 – Centro
EE. Barão do Rio Branco	Pça Roosevelt, 143 – Centro
EE Antonio Maximiliano Rodrigues	Rua Santos, 1194 – V. Santo Antonio
EE Maria Ap. ColturatoFernandes	Rua Geraldo Zironi, 155
EMEI Profa. Maria Ap. de C. Azarite	Rua Araraquara, 1080

Fonte: CATANDUVA, 2010

Para uma melhor avaliação dos dados levantados em pesquisa, a tabela abaixo apresenta o alunado por ação do PNAE no município de Catanduva, sendo que interessa para a pesquisa a quantidade de alunos atendidos pelo programa da Merenda Escolar.

Tabela 7 - Alunado por ação do PNAE

Esfera	Código/Nome da escola	Creche	Pré-escolar	Fund.	Médio	Fund. EJA	Médio EJA	Total
ESTADUAL	35026529 / NESTOR SAMPAIO BITTENCOURT DR	0	0	171	292	0	17	480
ESTADUAL	35026530 / VITORINO PEREIRA PROF	0	0	237	187	0	38	462
ESTADUAL	35026554 / JOAQUIM ALVES FIGUEIREDO	0	0	508	431	0	0	939
ESTADUAL	35026645 / ANTONIO MAXIMIANO RODRIGUES	0	0	489	97	0	0	586
ESTADUAL	35026657 / ALFREDO MINERVINO	0	0	285	122	28	105	540
ESTADUAL	35026670 / BARAO DO RIO BRANCO	0	0	309	589	31	99	1028
ESTADUAL	35026682 / NICOLA MASTROCOLA	0	0	380	339	0	43	762
ESTADUAL	35026694 / ELIAS NECHAR ETE	0	0	0	1318	0	0	1318
ESTADUAL	35026748 / PAULO DE LIMA CORREA	0	0	463	487	0	0	950
ESTADUAL	35026761 / DINORAH SILVEIRA BORGES PROFA	0	0	130	468	0	49	647
MUNICIPAL	35062595 / ALBERTINA BALDO PEREIRA EMEI	158	93	0	0	0	0	251
MUNICIPAL	35062601 / ANGELO CARANA EMEI	111	32	0	0	0	0	143
MUNICIPAL	35062613 / DARIADIAS FIGUEIREDO PROF EMEI	19	45	0	0	0	0	64
MUNICIPAL	35062625 / GABRIEL H. F. EMEI	164	0	0	0	0	0	164
MUNICIPAL	35062637 / SENICABOCCHI PROFA EMEI	140	96	0	0	0	0	236
MUNICIPAL	35062649 / GRACIEMA RAMOS DA SILVA PROFA EMEF	0	0	1470	0	0	0	1470
MUNICIPAL	35062650 / CORACAO DE MARIA IRMA EMEI	91	233	0	0	0	0	324
MUNICIPAL	35062662 / LUIZALOURENCO DA CRUZ EMEI	100	59	0	0	0	0	159
MUNICIPAL	35062674 / LUZIA APARECIDA SESTITO GRADELLA PROFA EMEI	97	39	0	0	0	0	136
MUNICIPAL	35062698 / MARIA APARECIDA DE CARVALHO AZARITE PROFA EMEI	31	102	0	0	0	0	133
MUNICIPAL	35062704 / MARISA	27	119	0	0	0	0	146

	APARECIDA VERA DERVELAN PROFA EMEI							
MUNICIPAL	35062716 / NEUZE BAPTISTA PROFA EMEI	195	100	0	0	0	0	295
ESTADUAL	35065985 / JARDIM IMPERIAL	0	0	299	198	0	25	522
MUNICIPAL	35071535 / ARNAL DO ZANCANER DR EMEIF	0	0	365	0	0	0	365
PARTICULAR	35146341 / APAE DE CATANDUVA	8	11	242	0	0	0	261
MUNICIPAL	35208848 / ALBERT INA DIOGO SPANAZZI PROFA EMEI	173	146	0	0	0	0	319
MUNICIPAL	35208851 / DORA DE ARRUDA MENDES PROFA EMEI	25	113	0	0	0	0	138
MUNICIPAL	35208863 / MARIA AUREA ROSA DOMINGUES PROFA EMEI	39	117	0	0	0	0	156
MUNICIPAL	35208875 / GUIOM AR TREFILIO PROFA EMEI	15	69	0	0	0	0	84
MUNICIPAL	35208887 / NARDI IGNOTTI PROF EMEI	99	198	0	0	0	0	297
MUNICIPAL	35208899 / VIRGILI O DE ARRUDA MENDES PROF EMEI	127	134	0	0	0	0	261
MUNICIPAL	35254733 / CLAUDI OMAR COUTO PROF EMESFM	0	0	0	0	395	328	723
MUNICIPAL	35270428 / NELSON DE MACEDO MUSA PROF EMEF	0	0	799	0	0	0	799
MUNICIPAL	35276649 / DARCI HELENA DELGADO JANUARIO PROFA EMEF	0	0	627	0	0	0	627
MUNICIPAL	35276650 / WALDE MAR MARTINS AYDAR PROF EMEF	0	0	361	0	0	0	361
MUNICIPAL	35286734 / CARLOS ALBERTO SPINA PROF EMEI	141	88	0	0	0	0	229
MUNICIPAL	35289361 / LAZAR A ANTONINHA DA S. MILHORANCA PROFA EMEF	0	0	268	0	0	0	268
MUNICIPAL	35289395 / MARIO JULIANO POZETTI PROF EMEF	0	0	330	0	0	0	330
MUNICIPAL	35289401 / GASTA O SILVEIRA PROF EMEF	0	7	360	0	0	0	367

MUNICIPAL	35289413 / MARIA APARECIDA COLTURATO FERNANDES PROFA EMEF	0	0	289	0	0	0	289
MUNICIPAL	35289425 / ARMANDO PRANDI DR EMEF	0	0	217	0	0	0	217
MUNICIPAL	35289437 / JOSE PEDRO DA MOTTA CEL EMEF	0	0	377	0	0	0	377
MUNICIPAL	35289449 / OCTACILIO DE OLIVEIRA RAMOS EMEF	0	0	774	0	0	0	774
MUNICIPAL	35289450 / SANTOS AGUIAR PROF EMEF	0	0	486	0	0	0	486
MUNICIPAL	35289462 / JOSE D OLIVEIRA BARRETO PROF EMEF	0	0	306	0	0	0	306
Total		1760	1801	10 542	4528	454	704	19 789

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO				
Esfera	Código/Nome da escola	Fundamental	Médio	Total
MUNICIPAL	35270428 / NELSON DE MACEDO MUSA PROF EMEF	400	0	400
MUNICIPAL	35289437 / JOSE PEDRO DA MOTTA CEL EMEF	200	0	200
Total		600	0	600
QUILOMBOLA: Nenhum aluno				
INDÍGENA: Nenhum aluno				

Fonte: CATANDUVA, 2009

4 AVALIAÇÃO FINAL E OS RESULTADOS NO MUNICÍPIO

4.1 O Programa de Merenda Escolar na cidade de Catanduva/SP

Como visto anteriormente, o PNAE no Brasil teve início por volta dos anos 50. O programa de alimentação escolar no município de Catanduva/SP teve início por volta dos anos 60 com a inclusão da merenda escolar nas escolas públicas, entretanto, a partir de 1997, mais precisamente no dia 12 de março, foi criado na cidade o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) através da Lei Municipal n.º 3257/97 com o objetivo de fiscalizar os recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar e, juntamente com a municipalidade, participar efetivamente na gestão da merenda escolar no município.

A pesquisa mostrou que a gestão deste programa é feita em Catanduva pela Prefeitura Municipal, por opção e sob a orientação da Secretaria Municipal de Educação, no interior do Departamento de Alimentação Escolar responsável, por sua vez, por efetuar as compras de materiais e equipamentos necessários através de licitações, repassando os produtos às escolas e acompanhando, através de visitas, a elaboração e a distribuição da merenda.

Com as informações obtidas com os gestores pode ver que, os principais objetivos da gestão centralizada da merenda escolar no município é o de administrar adequadamente o uso do dinheiro público, assim como satisfazer a necessidade alimentar do alunado. Ambos estão adstritos ao cumprimento das exigências formais e legais, vigentes no âmbito dos governos federal, estadual e municipal, seja utilizando dinheiro público de maneira proba, assim como atendendo a necessidade de alimentar o público alvo com a qualidade e quantidade adequados.

Assim, o município busca proporcionar um aporte calórico balanceado às crianças e aos jovens de acordo com o período em que estão matriculados nas unidades escolares, servindo aos alunos de período parcial 20% do Valor Calórico Total diário (VCT) e aos alunos do período integral 70% do VCT diário. Pode-se aferir pelos cardápios³ que a nutricionista responsável procura mantê-los de forma balanceada, priorizando os conteúdos de nutrientes indispensáveis para o desenvolvimento sadio dos alunos da rede escolar; além disso, outro objetivo é proporcionar orientações nutricionais à comunidade escolar em prol dos alunos, realizando o controle de gêneros

³ Em anexo ao final do trabalho.

alimentícios nas unidades escolares a fim de que não haja desperdícios ou mau uso dos alimentos.

Através das entrevistas realizadas, verificou-se que os diretores das escolas e os funcionários das cozinhas são orientados, após a supervisão da nutricionista com relação às condições de higiene, em manter esta condição quanto aos equipamentos e instalações físicas das cozinhas e quanto aos seus funcionários na preparação dos lanches e refeições. Além dos objetivos já citados, cabe ainda, de acordo com a orientação da nutricionista, proporcionar cardápios adequados às unidades escolares com a oferta de produtos alimentares de melhor aceitação entre os alunos, considerando seus costumes culturais como, por exemplo, os horários habituais de alimentação. Toda essa atenção é necessária, pois a alimentação escolar como um facilitador do aprendizado é outro fator importante ao considerar que um aluno bem alimentado fica mais disposto para lidar com novos conhecimentos.

Observou-se também que este tipo de gestão pode trazer algumas vantagens, como a garantia do uso adequado do dinheiro público e a experiência prática ao poder público quanto às diversas atividades relacionadas à operacionalização da alimentação escolar, além da economia para conseguir realizar compras em quantidades. Tudo isso com a participação no programa da merenda escolar dos diversos atores como os diretores, os professores, as merendeiras, nutricionista, os alunos, os pais, o CAE (único trabalho de caráter voluntário), a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Secretaria Municipal de Finanças (SMF).

Já quanto ao papel da agricultura familiar no processo da merenda escolar do município, aferiu-se um elemento negativo, pois o município não implementou as compras de produtos da agricultura familiar como estabelece a legislação em vigor. Embora exista um projeto em fase inicial de implantação que objetiva o relacionamento com os agricultores no sentido de cumprir a legislação específica através da demanda de alimentos para a merenda escolar. Entretanto o município, conforme consta de sua caracterização, possui quase que a totalidade de sua área cultivável com o plantio de cana de açúcar.

Cabe destacar que Catanduva é extremamente carente em relação à agricultura familiar. Há somente uma feira livre de produtores que acontece semanalmente aos domingos num determinado bairro. A oferta baseia-se em pequena quantidade e variedade de hortifrutí, comprovando o desinteresse dos produtores e/ou falta de estímulo para a atividade.

Somado a isso, comprovaram-se os dados fornecidos pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), que as maiores dificuldades para o desenvolvimento desta cadeia de produção está sedimentada no baixo nível de conhecimento técnico e de práticas culturais, na falta de periodicidade de entrega e baixa qualidade do produto, na exigência de muita mão de obra para o desenvolvimento da atividade, nos poucos recursos humanos para a assistência técnica, no uso excessivo de agrotóxicos e no alto custo da infraestrutura e de produção (insumos).

Os produtores do município, como dito anteriormente, utilizam praticamente toda a área disponível em atividades de cana de açúcar, laranja e limão, não resgatando e/ou desenvolvendo a cultura da atividade de hortifruti. Os poucos produtores não se apresentam organizados e não têm escala de produção, bem como não contam com incentivo do poder público, apesar do mercado estar em expansão e da existência de recursos naturais satisfatórios para a produção.

Justamente por estes entraves, a aquisição dos gêneros alimentícios para a merenda escolar é feita de terceiros, através de licitação.

Em relação à infraestrutura utilizada para merenda escolar, aplicou-se um questionário junto aos gestores da merenda, após o agendamento de visita a Secretaria Municipal de Educação, onde constatou-se aspectos quanto a gestão e administração levada a efeito para atendimento da alimentação do alunado.

Em visita numa escola municipal, foi possível averiguar a infraestrutura utilizada para confecção da merenda escolar e oferta aos alunos. Quanto ao primeiro, aferiu-se também a estrutura física dos produtos em estoque nos depósitos, capacidade de armazenamento e suas dimensões; os equipamentos de armazenamento dos produtos perecíveis e não perecíveis e ainda a quantidade de alimentos estocados.

No momento da visita estava sendo preparada uma das refeições e constatou-se a utilização de equipamentos adequados ao preparo, contando com aspectos higiênicos também adequados. Importante consignar que as merendeiras e ajudantes estavam devidamente trajadas com aventais e toucas.

Sem a preocupação de analisar medidas, constatou-se que a área de depósito composta de prateleiras, freezers e geladeiras se encontrava limpa, com os utensílios em bom estado de conservação e funcionamento. Os produtos se encontravam segregados por tipo com embalagens lacradas e não foram observadas marcas e/ou prazos de validade. Em entrevista com a merendeira responsável, a mesma relatou que a

alimentação ali estocada daria para ser utilizada por aproximadamente 15 dias e que a reposição se daria regularmente em prazo semanal.

A merenda é servida em longas mesas de madeira pintadas com tinta óleo e ficam situadas no pátio da escola, por se encontrarem em ambiente aberto. Sobre a condição de ser servida a alimentação nesse local foi obtida a informação, de forma informal em conversa com alunos, de que por vezes são encontradas fezes de aves sobre as mesas e ao final das refeições e antes da retirada dos pratos, as aves se alimentam dos restos deixados pelos alunos. Apesar de não ter sido encontrado no momento da visita, as aves e os dejetos destas, considera-se uma um entrave dos mais importantes para a segurança alimentar dos alunos.

Com relação aos recursos humanos empregados pela municipalidade na gestão da merenda escolar, o Departamento da Merenda Escolar se utiliza de 1 (um) motorista, 3 (três) auxiliares de serviços gerais, 1 (uma) nutricionista e 1 (um) chefe de divisão, não fazendo uso de serviços de terceiros. Já quanto aos colaboradores locados nas escolas, o departamento se utiliza de 57 (cinquenta e sete) merendeiras e 27 (vinte e sete) auxiliares, sendo que todos são contratados pela municipalidade e atuam tanto nas escolas municipais quanto estaduais em apenas um turno; em apenas uma escola há colaboradores trabalhando em dois turnos para servirem, especificamente, o jantar no período noturno.

Na escola visitada foi conversado informalmente com as merendeiras e ajudantes e foram unânimes em declinar que existe uma insuficiência na quantidade de colaboradores para o atendimento diário das refeições ao alunado. Fato que se agrava quando da necessidade de falta por parte de uma das pessoas do grupo de trabalho. Apesar de ter sido informado que no dia da visita o quadro estava completo, foi obtida a informação de que quando ocorrem ausências, naturalmente ocorrem atrasos no preparo dos alimentos, ou então prefere-se a preparação de alimentação preparadas mais rapidamente como por exemplo macarrão com carne moída, as vezes repetindo o cardápio. Outro entrave a ser destacado que apesar de esporádico acaba por ocasionar distorções no aporte calórico balanceado ofertado.

Os quadros abaixo demonstram as efetividades e os entraves encontrados na pesquisa.

Quadro 2 - Evidências, entraves e eficácias da merenda escolar no município de Catanduva/SP (período de 2008 a 2010)

Evidências	Entraves	Eficácias	Atores / Consequências
Pesquisa “ <i>In Loco</i> ”	Após protocolo de requerimento para visita que depois de aprovado não apresentou entraves	Foram disponibilizadas pelas pessoas ligadas à Merenda do Município, que de imediato se colocaram à disposição para a pesquisa a ser realizada	Secretária de Educação do Município, Coordenadora da Merenda, Diretora Escolar, Nutricionista e Merendeiras, auxiliares e alunos
Entrevista para aplicação do questionário	Alegação de falta de tempo para atendimento e morosidade em responder as perguntas.	Quando do efetivo atendimento em quatro entrevistas, a maioria dos questionamentos foram respondidos.	Coordenadora da Merenda no Município de Catanduva.
Aplicação de questionário junto a 78 alunos	Dificuldade em responder a pesquisa por vergonha dos demais alunos, em virtude de ser respondido em sala de aula	No final, o objetivo foi alcançado, pois houve resposta satisfatória aos questionamentos.	Alunado das 1 ^a , 2 ^a , 6 ^a e 7 ^a séries.

Fonte: Elaboração do autor, 2013

Quadro 3 - Outras Evidências, entraves e eficácias significativas (período de 2008 a 2010)

Período da Pesquisa	2008 a 2010
Unidades atendidas ano de 2009	57 escolas
Número Total de Beneficiários	2008 = 19.789; 2009 = 20.537; 2011 = 19.214; 2012 = 19.605
Número médio de refeições no mês agosto 2009	33.714
Forma de Compra de Produtos não Perecíveis	Licitação – Pregão eletrônico
Forma de Compra de Produtos Perecíveis	Licitação bimestral – produtos de época
Espaço Físico de Preparação das Refeições	Nos estabelecimentos de Ensino
Custo médio das refeições servidas	R\$ 1,07 por refeição
Número de Nutricionistas Envolvidas com a Merenda	1
Auxiliares Externos Envolvidos com a Merenda	5
Merendeiras	57
Auxiliares de Cozinha Envolvidas com a	27

Merenda	
Veículos Utilizados com a Merenda Escolar	6
Percentual de Consumo de Alunos Entrevistados	97%
Aporte Calórico médio nas refeições servidas	20% do Valor Calórico Total diário (VCT) e aos alunos do período integral 70% do VCT diário
Aporte Protéico médio das refeições	23% das necessidades diárias
Houve Compra direta de Produtores vinculados a agricultura familiar	Apesar da tentativa de criação de uma associação de produtores da agricultura familiar, ainda sem êxito, não foi descartada essa possibilidade na aquisição dos produtos devido a fatores ligados às exigências legais.
Número de Reuniões realizadas pelo CAE em cada ano	4 reuniões anuais
Houve terceirização no processo de confecção da alimentação escolar	Não
Os refeitórios nas escolas possuíam cadeiras e mesas	Sim
A Prefeitura, o CAE e a direção escolar ofereceram cursos sobre alimentação escolar aos alunos	Sim
A Prefeitura ofereceu curso de capacitação alimentar às merendeiras e auxiliares envolvidas com a alimentação escolar	Sim, no período foram oferecidos 4 cursos de 8 horas
Outras Iniciativas na área de alimentação escolar	Em 50% das escolas foram implantadas hortas escolares e ainda foram distribuídas cartilhas de educação alimentar.

Fonte: Elaboração do autor, 2013

4.2 Resultados a partir dos indicadores

A partir dos dados levantados nas entrevistas⁴ realizadas, tem-se a formalização das primeiras características advindas da aplicação do questionário de pesquisa junto aos alunos da rede pública de ensino, buscando aferir a aprovação da alimentação escolar a partir das refeições recebidas na merenda escolar do município de Catanduva/SP.

O questionário⁵ foi aplicado a alunos de faixa etária entre 8 (oito) anos de idade até os alunos que finalizam o ensino fundamental. Esta abrangência acabou por reforçar

⁴ Ver Apêndice C.

⁵ Ver Apêndice B.

a linha de pesquisa no sentido de buscar as variáveis de alimentação em diferentes níveis de idade, bem como o resultado obtido junto a cada grupo de alunos para verificar, durante a apuração das respostas, assuntos de cunho pessoal e familiar.

Para a aplicação do questionário, após a análise pessoal sobre a escala sócio-econômica dos moradores dos bairros de classe média baixa, foi escolhida aleatoriamente uma escola pública em bairro do município, onde identificou-se que, apesar da baixa renda dos munícipes, significativa parte dos mesmos possuem trabalho fixo e residência própria. Assim, obteve-se autorização da Secretaria Municipal de Ensino para a aplicação do questionário e após rápida entrevista com a direção da escola CAIC, foram apresentadas as instalações da instituição, inclusive refeitórios, cozinha e sala de estoque de mercadorias, onde foi possível aferir o satisfatório acondicionamento das mercadorias para o preparo das refeições e a estocagem de produtos resfriados em freezers e geladeiras; todo o material em adequada condição de limpeza e higiene.

Após as apresentações formais nas salas de aula, foram aplicados os questionários às crianças, respeitando a variação etária dos alunos. Perguntado sobre quem residia em moradia própria ou não, aferiu-se que 82% possuem residência própria e 18% residem em imóveis de outra natureza.

Tabela 8 - Quantidade de entrevistados que possuem residência própria

	Nº. absoluto	%
Sim	64	82%
Não	14	18%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Já quanto ao indicador seguinte, que solicitava a quantidade de pessoas na família que possuíam trabalho, 65% responderam que os familiares trabalhavam e 35% que não trabalhavam.

Tabela 9 - Quantidade de pessoas que trabalham na família do entrevistado

	Nº. absoluto	%
Sim	51	65%
Não	27	35%
Total	78	289%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Com relação à quantidade de pessoas na família que se alimentava no trabalho, 72% responderam ser esta uma verdade, enquanto 28% não se alimentavam no trabalho.

Tabela 10 - Quantidade de pessoas que se alimentam no trabalho

	Nº. absoluto	%
Sim	56	72%
Não	22	28%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Na questão a respeito da escolaridade dos familiares, 64% afirmaram que até 2 pessoas da família estudam e 36% afirmaram que mais de 2 pessoas na família estudam.

Tabela 11 - Quantidade de pessoas na família do entrevistado que estudam

	Nº. absoluto	%
Até 2 pessoas	50	64%
Mais de 2 pessoas	28	36%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

A quantidade de crianças que frequentam o ensino fundamental apresenta os resultados de 44% dos entrevistados com até duas pessoas que frequentam o ensino fundamental na família, 23% afirmaram que mais de duas pessoas da família se encontram nessa condição e 33% indicam que nenhuma pessoa da família frequenta esse nível de ensino.

Tabela 12 - Pessoas na família do entrevistado que cursam o ensino fundamental

	Nº. absoluto	%
Até 2 pessoas	34	44%
Mais de 2 pessoas	18	23%
Nenhuma	26	33%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

O questionamento seguinte buscava saber a quantidade de pessoas da família do entrevistado que se alimenta na escola: 75% dos entrevistados afirmam que até duas pessoas se alimentam na instituição de ensino, enquanto 22% indicam que mais de duas

pessoas da família se alimentam na escola e 3% que nenhuma pessoa da família se alimenta nesse espaço.

Tabela 13 - Quantidade de pessoas na família do entrevistado se alimentam na escola

	Nº. absoluto	%
Até 2 pessoas	58	75%
Mais de 2 pessoas	17	22%
Nenhuma	2	3%
Total	77	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Com relação à quantidade de refeições que cada criança toma em seu período de estudo, 82% afirmaram que realizam até duas refeições por dia na escola, 15% realizam mais de duas refeições por dia, e 3% responderam que não tomam nenhuma refeição da merenda escolar. Deste questionamento observa-se que 97% dos entrevistados se alimentam duas ou mais vezes por dia na escola, mostrando este percentual o nível proporcionado pela merenda escolar na segurança alimentar dos alunos da rede pública de ensino.

Tabela 14 - Quantidade de refeições que são feitas na merenda

	Nº. absoluto	%
Até 2 refeições	64	82%
Mais de 2 refeições	12	15%
Nenhuma	2	3%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Na análise da alimentação dos atores entrevistados, elaborou-se questionamento de quantas refeições realizam em suas residências, oportunidade em que 4% afirmaram fazer apenas uma refeição em sua residência, 23% responderam que tomam 2 refeições, 42% afirmaram que realizam ao menos 3 refeições diárias, 27% quatro refeições e, finalizando, 4% afirmaram não realizar nenhuma refeição em sua residência. Como demonstra a tabela abaixo, pode-se considerar que 8% dos alunos entrevistados se alimentam somente na escola, já que realizam até uma refeição em suas residências, dado significativo sobre a tendência de que a alimentação escolar é de fundamental importância para a segurança alimentar dos mesmos, fato que repercutirá na vida dessas pessoas.

Tabela 15 - Quantidade de refeições feitas em casa

	Nº. absoluto	%
1 refeição	3	4%
2 refeições	18	23%
3 refeições	33	42%
4 ou mais refeições	21	27%
Nenhuma refeição	3	4%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Outro quesito aplicado se referia à quantidade de entrevistados que gostam da merenda escolar. Como resultado, apurou-se que 87% apreciam o cardápio atual, enquanto que outros 13% não gostam da merenda oferecida.

Tabela 16 - Quantidade de entrevistados que gostam da alimentação da merenda

	Nº. absoluto	%
Sim	68	87%
Não	10	13%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Questionados sobre serem ou não a favor de alterações e mudanças nos cardápios da merenda escolar, 96% afirmaram que desejam tais mudanças. Esse dado conflita com as informações colhidas nas conversas informais com vários alunos, onde foi taxativamente confirmado a aceitação do cardápio, mas que, gostariam de experimentar outros tipos de alimentação no cardápio, conforme a Tabela 22, abaixo.

Tabela 17 - Mudança de alimentação na merenda

	Nº. absoluto	%
Sim	77	96%
Não	1	4%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Já com relação à sobremesa servida, 76% dos entrevistados afirmaram que gostam, enquanto que 24% demonstraram não apreciar o cardápio. Já quanto ao suco servido também tem a aprovação de 90% dos estudantes, enquanto 5% não gostam e outros 5% não responderam a esta questão.

Tabela 18 - Quantidade de entrevistados que gostam da sobremesa servida

	Nº. absoluto	%
Sim	59	76%
Não	19	24%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Após as perguntas familiares e pessoais, a pesquisa se posicionou com relação ao conhecimento dos jovens sobre o meio social em que convivem. O primeiro questionamento sobre este assunto permitiu aferir que 45% dos entrevistados conhecem crianças que passam fome, enquanto 55% responderam que não sabiam desse cenário.

Tabela 19 - Conhecimento de crianças que passam fome

	Nº. absoluto	%
Sim	35	45%
Não	43	55%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Outra questão de suma importância para o trabalho se referia ao conhecimento dos entrevistados sobre colegas de escola que não faltavam às aulas em função da alimentação recebida na escola, de modo que 49% demonstraram conhecer alunos nessa situação e 51% responderam que não tinham este conhecimento.

Tabela 20 - Conhecimento de alunos que não faltam às aulas por causa da merenda

	Nº. absoluto	%
Sim	38	49%
Não	40	51%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

No questionamento seguinte, indagou-se aos entrevistados sobre se conheciam pessoas que se alimentavam apenas uma vez por dia, sendo que 35% responderam que conheciam e 65% responderam que não.

Tabela 21 - Conhecimento de pessoas que tomam apenas uma refeição ao dia

	Nº. absoluto	%
Sim	27	35%
Não	51	65%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Como visto nos indicadores quantitativos acima, significativo percentual dos alunos gosta da merenda escolar, mas quando questionados sobre se gostariam de receber outro tipo de alimentação na merenda, 86% responderam que sim à possibilidade de mudanças.

Tabela 22 - Quantidade de entrevistados que gostariam de comer alimentos diferentes na merenda diária

	Nº. absoluto	%
Sim	67	86%
Não	11	14%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível caracterizar o PNAE no município de Catanduva com lastro nas políticas públicas que envolvem a matéria.

Com o apoio recebido, assim como a orientação, num primeiro momento buscou-se o conhecimento da doutrina pertinente à temática, aliada à legislação específica.

Foi possível conhecer a gestão da merenda escolar no município escolhido, bem como os entraves, as efetividades e a aplicabilidade das políticas públicas, que visam amparar a alimentação escolar, junto aos alunos da rede pública de ensino.

Após os entraves iniciais relacionados à abertura das informações pelo ente público, conseguiu-se o objetivo, uma vez que foram atendidas as solicitações quanto ao franqueamento da pesquisa, visitação à escola e aplicação de questionários direcionados à gestão da merenda escolar do município e avaliação da merenda escolar pelos alunos.

Foram levantados elementos fundamentais para o aporte da pesquisa delineada, visando a busca pela caracterização de elementos que possibilitam avaliar a gestão da merenda escolar no município de Catanduva/SP, principalmente com relação à questão de como a merenda escolar consegue reforçar a alimentação diária dos alunos na rede pública de ensino, ou se realmente há efetividade na aplicação das políticas públicas que nutrem a alimentação escolar.

Os atores envolvidos na pesquisa contribuíram sobremaneira, uma vez que responderam aos questionamentos formais e em contatos informais trouxeram considerações para que fosse possível a identificação de entraves que possibilitaram a evidenciação de problemas que envolvem a merenda escolar, como traduzido no Capítulo 5.

Também contribuíram para a caracterização da eficácia e da efetividade das políticas públicas implantadas na gestão da merenda escolar do município. Apesar de não haver plenamente a aplicação da legislação específica, o município, ao seu modo, pode se afirmar que atende essa legislação, inclusive prestando contas através do CAE junto ao PNAE, anualmente.

Exemplo disso é que há orientação para que se adquiram produtos para a merenda junto aos agricultores familiares. Como não está organizada esta atividade no município, assim como as peculiaridades elencadas no Plano Municipal de

Desenvolvimento Rural (PMDR), caracterizou-se um entrave para a efetividade da legislação, porém há iniciativas para o desenvolvimento desta atividade.

Colheu-se, também, que o município possui um quadro de funcionários relacionados à merenda escolar enxuto, merecendo, portanto, uma atenção especial pelos gestores. A observância desta caracterização poderá desencadear uma melhora na alimentação escolar.

A pesquisa evidenciou que o refeitório dos alunos na escola visitada carece de uma atenção especial, principalmente antes e após as refeições, uma vez que houve reclamações informais por parte de alunos quanto à higiene.

Ao tempo das pesquisas somente foi possível a colheita dos dados apresentados, apesar da mídia local noticiar a aquisição de “cozinha piloto”, com todos seus equipamentos e utensílios, para a confecção centralizada da merenda escolar, porém não instalados e não utilizados até a presente data. Esse fato não foi objeto de questionamento junto aos gestores da merenda escolar, tendo em vista o receio de haver outros entraves para a pesquisa.

A pesquisa, principalmente com a aplicação de questionários aos atores envolvidos, trouxe dados conclusivos para compor a discussão sobre a caracterização do programa de alimentação escolar através da merenda escolar e, pelos entraves encontrados, possibilitando uma visão da estrutura da merenda escolar no município.

A dissertação ora concluída pode contribuir para futuros trabalhos acadêmicos, bem como suporte para a gestão administrativa municipal.

A pesquisa forneceu elementos importantes quanto à gestão da merenda escolar possibilitando o vislumbre sobre como os dados levantados podem ser aplicados na gestão da merenda escolar, bem como os fatores delineados no quadro de entraves e eficácias, apresentado no Capítulo 5.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. M. C. **Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar**: Análise comparativa entre municípios paulistas. Campinas: UNICAMP/Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008. 220p. Relatório Técnico - Científico de Bolsa de Pós-Doutorado.

ALMEIDA, L. M. M. C. et al. Redes e programas de segurança alimentar no município de Araraquara-SP como instrumento de desenvolvimento rural. **Rev. Estud. Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, 2009, p. 422-458.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 6023**: Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: Informação e documentação - Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BELIK, W.; CHAIM, N. A.; WEIS, B. **Manual de gestão eficiente da merenda escolar**. São Paulo: Margraf, 2005. 80 p.

BITTENCOURT, J. M. V. A emergência do direito à alimentação escolar. In: **Políticas Educacionais**. Campinas, v.2, n.1, p. 143-153, dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/Polied/article/download/18359/10812>> Acesso em: 05 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação escolar**: apresentação. Brasília, DF: FNDE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentação-escolar/alimentaçãoescolar-apresentação>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência e Saúde coletiva**, v.14, n.3, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n3/20.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2010.

CATANDUVA. Secretaria Municipal de Educação. **Alunos e escolas da rede municipal de ensino**. Catanduva: Prefeitura Municipal, 2009.

_____. Secretaria Municipal de Educação. PNAE. **Imprensa Oficial do Município de Catanduva**, n. 253, 2010.

_____. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDRS**. Catanduva, 2014. Disponível em: <<http://www.catanduva.sp.gov.br/>>. Acesso em: jan 2014.

COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

COSTA, C.; PASQUAL, M. **Democracia y Ciudadanía en el Mercosur**. Santiago: LOM Ediciones/Programa MERCOSUR Social y Solidário, 2006.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Org.). **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília, 1999.

FARIA, C. A. P. A política de Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, 2005, p. 97-110. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação de política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, n.1 v.3, set./dez., 1986, p. 107-127. Disponível em <<http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/include/getdoc.php?id=151&arti>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

FREY, K. Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas públicas**, n.21, jun. 2000.

GONÇALVES, F. **Auditoria Operacional nos programas de suplementação alimentar do Governo Federal**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 1933.

INSTITUTO LATINOAMERICANO DE PESQUISA ECONOMICA Y SOCIAL - ILPES. **Reforma y modernización del estado**. Santiago do Chile: Instituto Latino Americano de Pesquisa Econômica y social, 1995.

LAHERA E. P. Reforma del Estado: un enfoque de políticas públicas. **Rev. CLAD Reforma y Democracia**, Caracas, n.16, fev., 2000, p. 1-13, 2000. Disponível em: <<http://www.clad.org/portal/publicaciones-del-clad/revista-clad-reforma-democracia/articulos/016-febrero-2000/reforma-del-estado-un-enfoque-de-politicas-publicas-1>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

LAMOUNIER, B. **Análise de políticas públicas**: quadro teórico-metodológico de referência. São Paulo (Mimeo), s.d.

LOBATO, L. Algumas considerações sobre a representação de interesse no processo de formulação de políticas públicas. **RAP**, Rio de Janeiro, n.31, v.1, p. 30-48, jan/fev, 1997.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, v. 4, p. 66-88, 1996. Disponível em: <<http://www.pachamama.agr.br/biblioteca/MALUF001.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes de capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n.3, p.41-49, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2013.

MOURA, S. A construção de redes públicas na gestão local: algumas tendências recentes. **Adm. Contemporânea**, v. 2, n. 1, Curitiba, p.67-85, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 05 dez. 2009.

PASSADOR, C. S. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, VIII. **Resumos**. Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo – CLAD. Panamá, 28-31/out, 2003.

PESSANHA, L. D. R. **Segurança alimentar como um princípio orientador de políticas públicas**: implicações e conexões para o caso brasileiro. 1998.Tese (Doutrado) –Universidade Federal do Rio de Janeiro,Rio de Janeiro, 1998.

_____. **A experiência brasileira em políticas públicas para garantia do direito ao alimento**. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.

ROMANO, J. Interesses privados na formulação e implementação de políticas públicas. In: SILVA, F; SANTOS, R; COSTA, L. F (Orgs.) **Mundo Rural e Política**: Ensaio Interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 2001, p. 209-242.

SANTOS, S. M. C.; SANTOS, L. M. P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome de 1995 a 2002: abordagem metodológica. **Saúde Pública**, v. 23, n. 5, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, L. M.V.; FORMIGLI, V. L. A Avaliação em saúde: Limites e Perspectivas. **Cad. Saúde Pública**, n. 10, p. 80-91, 1994.

SOBRAL, F.; COSTA, V. M. H. M. Programa Nacional de Alimentação Escolar: sistematização e importância. **Alimentação e Nutrição**, v. 19, n. 1, p. 73-81, jan/mar. 2008. Disponível em: <<http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/203/208>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 05 dez. 2013.

STURION et al. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista Nutrição**, Campinas, v.18, n.2, p.167-181, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n2/24373.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em Políticas Publicas. **RAP**. Rio de Janeiro n. 30 v. 2, p. 5 – 43, mar/abr, 1996.

APÊNDICES

Apêndice A: Entrevista com os gestores da merenda escolar

1 HISTÓRICO DO PROGRAMA

1.1 Quando teve início o Programa Nacional de Alimentação Escolar em Catanduva?

Na cidade de Catanduva o Conselho de Alimentação Escolar – CAE – foi criado em 12 de março de 1997, através da Lei municipal 3.257/1997, com a finalidade de fiscalizar os recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

1.2 De onde veio a iniciativa para o Programa (privada/pública/mista/instituições assistências)?

A iniciativa partiu do Poder Público.

1.3 Resumo da trajetória.

O programa de alimentação escolar no Brasil teve início nos anos 50. Antes de 1997, acreditamos que Catanduva já recebia recursos dos Governos Federal e Estadual para um programa de alimentação. A partir de 1997, contudo, é que o Poder Público municipal tomou para si a função do gerenciamento do programa.

2 GESTÃO DO PROGRAMA

2.1 Quem faz a gestão do programa (prefeitura/secretaria/departamento)?

A gestão do programa é feita pela Prefeitura Municipal através do Departamento de Alimentação Escolar que efetua as compras através de licitações, repassando os produtos às escolas e acompanhando, posteriormente (através de visitas) a elaboração e distribuição da merenda. Cabe aos gestores municipais e ao Conselho Municipal Escolar a análise para se saber e cuidar para que não haja desperdício, produtos vencidos e desvio das mercadorias destinadas para esta finalidade.

2.2 Quais os principais princípios e objetivos da gestão centralizada da merenda escolar de Catanduva?

O princípio inicial é o de administrar adequadamente o uso do dinheiro público a fim de servir alimentações saudáveis às crianças e aos jovens dos ensinos municipal e estadual de educação, cumprido as exigências formais dos Governos Federal, Estadual e Municipal, como das legislações em vigor, almejando:

- Proporcionar um aporte calórico balanceado às crianças e aos jovens, de acordo com o período em que estão matriculados nas unidades escolares de Catanduva, servindo aos alunos de período parcial de estudo 20% (vinte por cento) do VCT diário e para os alunos do período integral 70%

(setenta por cento) do VCT diários. Os cardápios são balanceados, mantendo em seus conteúdos nutrientes indispensáveis para o desenvolvimento sadio dos alunos da rede escolar;

- Proporcionar orientações nutricionais à comunidade escolar em prol dos alunos;
- Realizar o controle dos gêneros alimentícios nas unidades escolares a fim de que não haja desperdícios ou mau uso dos alimentos;
- Orientar os diretores e os funcionários das cozinhas, após a supervisão de nutricionistas, das condições higiênicas referentes a:
 1. Equipamentos e instalações físicas nas cozinhas das escolas;
 2. Funcionários (cozinheiras) e
 3. Preparações dos lanches e/ou refeições.
- Proporcionar opções de cardápio adequadas às unidades escolares, além dos objetivos anteriormente citados, considerando fatores como a melhor aceitação e os costumes culturais do público atendido, assim como os horários da alimentação na escola;
- Trabalhar a alimentação escolar como um facilitador do aprendizado, pois um aluno alimentado se mostra melhor disposto a novos conhecimentos.

2.3 Quais as vantagens e desvantagens deste tipo de gestão?

Vantagens: Garantia do uso adequado do dinheiro público e experiência prática ao poder público quanto às diversas atividades relacionadas à operacionalização da alimentação escolar, além da economia para conseguir realizar compras em grandes quantidades. Desvantagem: até o atual momento não foram observadas.

2.4 Quem são os atores que participam dos programas (diretamente/indiretamente - comunidade, público alvo, cooperativas, sociedade civil, instituições assistenciais)?

Diretores, Professores, alunos, pais, CAE (Conselho de Alimentação Escolar), SME (Secretaria Municipal de Educação) e SMF (Secretaria Municipal de Finanças).

2.5 Qual o papel da AGRICULTURA FAMILIAR neste processo?

As compras através da agricultura familiar não foram implementadas, mas o projeto de aquisição de alimentos dos agricultores familiares está previsto para início no segundo semestre de 2010, buscando-se ativar o relacionamento dos agricultores no sentido de cumprir os objetivos da demanda da merenda escolar.

2.6 Possui trabalhos voluntários no processo de alimentação escolar?

O trabalho voluntário está restrito aos conselheiros do Conselho de Alimentação Escolar.

2.7 Possui empresas terceirizadas contratadas para executar tarefas no processo de alimentação escolar?

Não, a gestão é feita única e exclusivamente pela gestão municipal.

3 INFRAESTRUTURA

- 3.1 Está sendo agendada uma visita em uma escola de período integral onde teremos a oportunidade de verificar este tópico.
- 3.2 Estrutura física.
- 3.3 Depósitos – capacidade – dimensões.
- 3.4 Câmara fria – tipo – capacidade – resfriamento/congelamento – metragem.
- 3.5 Equipamentos:
- Freezer / geladeira / pallets / prateleiras etc. (quantidade e funcionalidade);
 - Veículos: 2 Palios, 2 Gol's, 3 Fiorinos, 2 caminhões refrigerados e 3 caminhões baú (quantidade, tipo, próprios, capacidade, finalidade).

4 RECURSOS HUMANOS

- 4.1 Qual é a quantidade de funcionários que trabalham diretamente no Departamento de Alimentação Escolar?
O departamento utiliza-se de 1 motorista, 3 auxiliares de serviços gerais, 1 nutricionista e 1 chefe de divisão.
- 4.2 Possui serviços de terceiros? Qual é o número de profissionais e áreas de atuação?
O Departamento não se utiliza de serviços de terceiros.
- 4.3 Qual a quantidade de merendeiras e serventes de merendeiras (própria e terceirizada)?
O corpo de funcionários totaliza 57 merendeiras e 27 auxiliares, todas contratadas pela prefeitura e atuantes nas escolas municipais e estaduais.
- 4.4 Trabalham em turnos?
Não. Existe apenas um turno, com apenas uma escola (CAIC) em turno noturno por servir jantar aos alunos.
- 4.5 Possui auxiliares de serviços nas cozinhas das escolas?
Sim, são 27 auxiliares e todas são funcionárias da Prefeitura.
- 4.6 Quem faz o serviço de limpeza?
Os serviços de limpeza são executados pelas auxiliares.

5 RECURSOS FINANCEIROS

- 5.1 Quais são as fontes de recursos para a alimentação escolar (governo federal, estadual, municipal e/ou outros)?
Os recursos à alimentação escolar provêm do:
- FNDE: R\$ 0,30/aluno matriculado na Educação Infantil (CEMEI e EMEI), Ensino Fundamental (EMEF) e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- Governo do Estado: R\$ 0,15/aluno matriculado no período parcial e R\$ 0,36/aluno matriculado ensino integral.
- O restante é complementado pelo município.

5.2 Quem gerencia a prestação de contas desses recursos?

O gerenciamento da prestação de contas inicia-se com a Prefeitura Municipal, através de encaminhamento ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) da prestação de contas do ano anterior no início de cada ano. O CAE analisa as contas e os documentos e, a partir desta análise, elabora um parecer sobre os gastos que, se aprovados, são encaminhados ao FNDE.

5.3 Como é realizada a prestação de contas destes recursos?

A prestação de contas destes recursos é feita com a aferição das Notas Fiscais, Empenhos, Extratos Bancários etc.

5.4 Qual o custo (R\$) total em gêneros alimentos por ano (2006 a 2010)

- 2006: R\$ 2.016.540,93;
- 2007: R\$ 2.256.915,21;
- 2008:R\$ 2.315.420,71; *
- 2009:R\$ 2.378.945,90; *
- 2010:R\$ 2.450.221,15; *

6 PROCESSO DE COMPRAS

6.1 Qual a modalidade de compra utilizada para a aquisição de Gêneros Alimentícios?

As compras de produtos da merenda escolar são feitas através de Tomada de Preços, Concorrência Pública e Pregão Presencial.

6.2 Qual a porcentagem de compra em cada uma das modalidades (valor e quantidade)?

A totalidade das compras é efetuada através das modalidades acima enunciadas.

6.3 Para cada tipo de alimento (estocáveis, perecíveis como leite, pão e carne, hortifrutigranjeiros) qual é a prática na modalidade de compra?

Os alimentos adquiridos são separados em gêneros perecíveis/não perecíveis, visando o uso adequado de cada produto. Dependendo do valor da compra é que se determina o tipo de modalidade de compra.

6.4 Faz compra para merenda escolar via Programa de Aquisições de Alimentos do Governo Federal (PAA)? (tipos de produtos, quantidades, periodicidade, produtores beneficiados, regiões, montante de compra no período de um ano, histórico).

Não.

6.5 O Programa de Alimentação Escolar adquire alimentos de hortas comunitárias (tipos de alimentos, quantidade e custos)?

Não.

6.6 O Programa de Alimentação Escolar adquire alimentos de hortas escolares? (tipos de alimentos, quantidade).

Não.

6.7 Possui edital específico para cada modalidade de compra?

Sim, para cada compra existe um edital, como pudemos verificar durante visitação.

6.8 Possui edital específico para cada tipo de g nero alimentício comprado?

Sim.

6.9 Qual a periodicidade de compra dos gêneros alimentícios (tipo de alimento, validade dos contratos)?

As licita es são feitas semestral ou anualmente, mas as aquisi es se d o de acordo com as necessidades das escolas.

6.10 Quem faz o dimensionamento das quantidades de gêneros alimentícios a serem adquiridas?

A nutricionista e a chefe das merendeiras.

6.11 Existe a política de aquisi o de gêneros alimentícios usando a sazonalidade dos produtos para inclusão ou exclusão na compra?

Sim, existe uma política para a aquisi o de gêneros alimentícios, principalmente frutos, legumes e hortaliças de acordo com a época de produ o.

6.12 Quem executa e gerencia o processo de compras (institui o/departamento)?

O processo de compras   gerenciado e executado pelo Departamento de Alimenta o Escolar.

6.13 Quem faz o *followup*, o acompanhamento das compras?

O CAE – Conselho de Alimenta o Escolar, a Nutricionista e a chefe da divisão.

6.14 Qual o processo de aprova o da compra (possui processo de degusta o, prévia aprova o, histórico)?

O processo para aprova o da compra dos produtos para a merendain cia-se com o teste dos produtos quanto   qualidade e aceitabilidade antes de cada aquisi o.

6.15 Quais são as dificuldades/desvantagens em cada um dos processos de compras (pregão eletrônico a distância ou presencial, SRP- Sistema de Registro de Preços, tomada de preço, compra direta, carta convite, etc.)?

Nenhuma dificuldade ou desvantagem, pois o departamento realiza as licita es com antecedência para que não haja obstáculos ou atrasos.

6.16 Quais são as facilidades/vantagens em cada um dos processos de compras (pregão eletrônico a distância ou presencial, SRP- Sistema de Registro de Preços, tomada de preço, compra direta, carta convite, etc.)?

A vantagem das compras através destes processos são as garantias da entrega dos produtos através do amparo legal firmado entre as partes, mantendo o preço e a qualidade dos produtos adquiridos.

6.17 Ocorrem atrasos no abastecimento por demora no processo de compras?

Não.

6.18 A demora do processo de licitação ou ocorrência de processos/recursos por parte de fornecedores concorrentes leva a atrasos ou dificuldades?

Sim, e é exatamente em função disso que existe a necessidade de planejamento das licitações com antecedência, no sentido de evitar atrasos ou dificuldades.

6.19 Qual o tipo de compra que mais causa dificuldades (atrasos, processos judiciais, etc.)?

Compra Direta. Como a Prefeitura de Catanduva não realiza compras diretas, o que mais pode dificultar é a quantidade adquirida, ocasionando algum atraso na entrega dos produtos.

6.20 Qual o processo de compra que gera maior preocupação com relação à qualidade do produto adquirido?

Nenhum, pois foram testados todos os itens e são desclassificados os que não forem aprovados.

6.21 Qual processo de compra implica em maior redução de preços dos produtos adquiridos?

O processo de compra que favorece a maior redução de preços a serem adquiridos é o processo de Pregão Eletrônico.

6.22 De quais processos de compras os fornecedores preferem participar?

Os fornecedores preferem as modalidades de Concorrência ou Tomada de Preços.

6.23 Qual processo de compra mais dificulta o processo de cartel por parte de fornecedores?

Tomada de Preços ou a Concorrência.

6.24 Existe algum trabalho de desenvolvimento de fornecedores? (se sim, como se processa e por quem).

Não.

6.25 A prefeitura comprou de produtores rurais da região ou município compra envolve associações e/ou cooperativas?

Não.

7 LOGÍSTICA

7.1 Abastecimento:

7.1.1 Qual a logística de abastecimento de cada tipo de alimentos pelo fornecedor (estocáveis, perecíveis como carnes, pão e leite, hortifrutigranjeiro)? (diário, semanal, quinzenal, mensal).

- Produtos estocáveis: Mensal;
- Produtos perecíveis: Semanal;
- Pão: Entrega diária;
- Leite: Quinzenal;
- Suco: Mensal;
- O suco adquirido até o ano de 2009 era o concentrado. A partir desse ano passou a ser adquirido Polpa de Frutas;
- Hortifrutigranjeiros: Entrega semanal diretamente nas Unidades Educacionais.

7.1.2 Quais os gêneros alimentícios (estocáveis, perecíveis como carnes, pão e leite, hortifrutigranjeiro) entregues pelo fornecedor no armazém central?

Todos os produtos adquiridos são entregues diretamente nas Unidades Educacionais, havendo apenas um depósito onde se armazena pequena quantidade de produtos para atender alguma urgência.

7.1.3 Quais gêneros alimentícios são entregues diretamente pelos fornecedores nas unidades escolares?

Vide 7.1.2.

7.1.4 Como se faz a pesquisa de aceitabilidade dos produtos que entram no processo de concorrência da merenda escolar?

Se os produtos forem os que já compõem o cardápio a nutricionista é quem testa a qualidade dos mesmos, mas se for um produto novo a ser introduzido na merenda se faz um teste antes, em apenas uma Unidade Escolar, para se sentir a aceitação do mesmo através de pesquisa entre os alunos.

7.1.5 Para os gêneros entregues diretamente pelos fornecedores nas unidades escolares, como se dá o controle de qualidade/quantidade e documentação (requisições e notas fiscais)?

Em visita ao Departamento de Alimentação da merenda escolar pudemos aferir que a quantidade de alimentos é definida pelo departamento em conjunto com as escolas e de acordo com a quantidade a ser utilizada no mês. Durante as visitas periódicas nas unidades escolares essa quantidade é analisada por meio das requisições e notas fiscais controladas pelo Departamento de Alimentação.

7.1.6 Existe alguma forma particular e/ou diferente das citadas usadas para o abastecimento das escolas como, por exemplo, passar primeiro no armazém central para, posteriormente, entregar nas unidades escolares? Se existe, como se dá o processo, para quais produtos e como é feito o controle da qualidade?

Sim, as compras efetuadas passam primeiramente no depósito da prefeitura para que se possa aferir a quantidade adquirida (peso e preço) e em seguida é entregue em cada uma das unidades educacionais.

7.1.7 Existe uma programação de entrega por parte dos fornecedores sistematizada para o gerenciamento do processo de abastecimento?

Não. Essa programação é do Departamento de Alimentação Escolar.

7.1.8 Como é o processo de controle de qualidade dos produtos entregues pelos fornecedores? Quem o executa?

O controle da qualidade dos produtos entregues é feito a cada mercadoria recebida e é executado pelos funcionários do Departamento de Alimentação da Merenda Escolar. Os produtos recebidos são avaliados em relação à embalagem, peso, quantidade, qualidade e prazo de validade.

7.1.9 No caso de divergência (qualidade/quantidade/marca) no processo de entrega, qual o procedimento empreendido (notificação, devolução, implicações contratuais)?

O recebimento das mercadorias segue os itens e previsões contidas no edital.

7.2 Armazenamento estoque central

7.2.1 Gêneros alimentícios estocáveis:

7.2.1.1 Possui alguma técnica de gerenciamentos de estoque como, por exemplo, FIFO, classificação ABC, etc.?

Não, já que se adquire a quantidade em equilíbrio para o mês.

7.2.1.2 Qual a periodicidade de abastecimento do estoque central (dias de estoque – reposição)?

O depósito verificado é de pequeno porte e estoca apenas uma pequena quantidade de produtos para atender a emergências.

7.2.2 Gêneros alimentícios perecíveis - Carnes:

7.2.2.1 Qual a periodicidade de abastecimento do estoque central (dias de estoque – reposição)?

Uma vez por semana e em pequenas quantidades.

7.2.2.2 Possui estoque regulador no armazém central (quantidade/percentual/para que período)?

Não.

7.2.2.3 Possui veículos climatizados para este tipo de transporte (outros recursos)?

Não.

7.2.3 Gêneros alimentícios perecíveis - Pão, leite, hortifrutigranjeiros:

7.2.3.1 Qual a periodicidade de abastecimento (dias de estoque – reposição)?

A entrega de pães é diária e feita diretamente pela panificadora contratada.

7.2.3.2 Possui veículos preparados/climatizados para este tipo de transporte (outros recursos)?

Não, já que não efetuam o transporte feito, por sua vez, pelas empresas de quem adquirem as mercadorias.

7.2.4 Armazenamento em estoque da unidade escolar:

7.2.4.1 Qual a periodicidade de abastecimentos de cada tipo de gêneros alimentícios nas unidades escolares?

- Estocáveis: Quinzenal ou semanal, dependendo da capacidade de armazenamento do estoque e do tipo de cardápio utilizado;
- Carnes: Semanal;
- Pães e hortifruiti: Semanal.

7.2.4.2 Existe controle de estoque dos produtos estocáveis nas unidades escolares (registros)?

Sim.

7.2.4.3 Existem regras/técnicas de armazenamentos dos gêneros alimentícios nas unidades escolares?

Sim, peps (fórmula do primeiro que entra, primeiro que sai).

7.2.4.4 As unidades escolares possuem área de estoque adequada? (qual a porcentagem de adequação)?

Sim.

8 ESTRUTURA DE CONTROLES

8.1 Possui conselhos que participam no controle da Alimentação Escolar (conselhos municipais, CAE e outros)?

Sim, CAE e Comissão de gestão da merenda.

8.2 Como se dá o processo de constituição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE)?

O Conselho de Alimentação Escolar é um colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes do executivo, legislativo, da sociedade, professores e pais de alunos com mandatos de 2 anos.

8.3 Qual a participação do CAE junto às escolas?

Cumprindo seu objetivo principal, o CAE é um órgão fiscalizador que intenta fazer cumprir os objetivos sobre destinação e transferência de recursos

destinados, zelando pela qualidade dos produtos desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

8.4 Qual a participação do CAE nos processos de compras, armazenamento e distribuição dos gêneros alimentícios?

Nenhuma.

8.5 Quantas reuniões são feitas pelo conselho no ano?

Uma vez por mês, entretanto, se convocados, os mesmos comparecem no sentido de resolverem problemas relativos à alimentação escolar. O Conselho, ao se reunir, convoca a Divisão de Alimentação Escolar e a nutricionista para esclarecer possíveis dúvidas que venham a ter. Os conselheiros possuem crachás que os autorizam a ter acesso livre às escolas para fiscalização e sugestões no atendimento.

9 INDICADORES DA MERENDA ESCOLAR

9.5 Unidades escolares

9.5.1 Número de escolas envolvidas (municipal, estadual, particular, filantrópica, etc.)?

- 15 Escolas de Educação Infantil – Municipal;
- 08 Escolas de Educação Infantil – Filantrópicas;
- Escolas Estaduais;
- 01 Escola Técnica;
- 01 Escola do SESI;
- 14 Escolas Ensino Fundamental – Municipal.

9.6 Alunos

9.6.1 Número de alunos atendidos (educação infantil e ensinos fundamental e médio) com percentual de alunos alimentados?

- Creche: 1542 alunos (100%);
- Pré-Escola: 1819 alunos (100%);
- Ensino Fundamental: 6519 alunos (89%);
- EJA: 630 alunos (60%).

9.7 Cardápio

9.7.1 Quais os tipos de cardápio elaborados (creche, infantil, fundamental, e outros)?

9.7.2 Os cardápios são semanais?

Não, mensais.

9.7.3 Os cardápios são respeitados?

Sim.

9.7.4 Qual o aporte protéico e calórico médio nas refeições?

- Aporte Protéico: 10% a 15%;
- Aporte Calórico: 923,4 Kcal/dia.

Obs: Os alunos diabéticos têm aportes diferenciados e recebem refeições e lanches dietéticos.

9.7.5 Qual o tipo de alimentação mais aceita pelos alunos?

Sopa.

9.7.6 Existe uma participação dos pais, mestres, alunos e conselheiros na elaboração e/ou aperfeiçoamento dos cardápios?

Sim, através de sugestões.

9.8 Custos:

9.8.1 Custo médio por aluno/dia:

O custo médio das refeições por dia varia de acordo com o cardápio aplicado e o número de refeições de cada escola chegando, na média, a R\$ 1,04 (um real e quatro centavos) por dia/aluno.

Apêndice B: Questionários sobre Pesquisa Alimentar referente à merenda escolar oferecida no município de Catanduva/SP

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ALIMENTAR NA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CATANDUVA

Alunos com até 08 (oito) anos

Perguntas Familiares:

01	Quantidade de pessoas na família		
02	Quantas maiores de 18 anos		
03	Residência é própria	() sim não	()
04	Todos trabalham	() sim não	() Quantas:
05	Alimentam-se no Trabalho	() sim não	()

Perguntas Pessoais:

06	Quantas pessoas da família estudam		
07	Quantas no ensino fundamental		
08	Quantas se alimentam na escola		
09	Quantas refeições na merenda		
10	Quantas refeições na residência		

11	Gosta da alimentação da merenda?	() sim não	()
12	A alimentação muda todos os dias	() sim não	()
13	Gosta dos lanches servidos?	() sim não	()
14	Gostam da sobremesa?	() sim não	()
15	Gostam dos sucos?	() sim não	()

16	Você gosta de estudar?	() sim não	()
17	Gosta das refeições de sua casa?	() sim não	()
18	Você se sente bem após as refeições?	() sim não	()

19	Você tem conhecimento de crianças que passam fome?	() sim não	()
-----------	--	----------------	-----

20	Você conhece alunos que não faltam as aulas para tomarem a merenda escolar?	() sim () não	
21	Você conhece pessoas que tomam apenas uma refeição ao dia?	() sim () não	

Você gostaria de comer algum tipo de alimento na merenda escolar? Quais?

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ALIMENTAR NA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CATANDUVA

Alunos com até 10 (dez) anos

Perguntas Familiares:

01	Quantidade de pessoas na família		
02	Quantas maiores de 18 anos		
03	Residência é própria	() sim () não	
04	Todos trabalham	() sim () não	Quantas:
05	Alimentam-se no Trabalho	() sim () não	

Perguntas Pessoais:

06	Quantas pessoas da família estudam		
07	Quantas no ensino fundamental		
08	Quantas se alimentam na escola		
09	Quantas refeições na merenda		
10	Quantas refeições na residência		

11	Gosta da alimentação da merenda?	() sim () não	
12	A alimentação muda todos os dias	() sim () não	
13	Gosta dos lanches servidos?	() sim () não	
14	Gostam da sobremesa?	() sim () não	
15	Gostam dos sucos?	() sim () não	

16	Você gosta de estudar?	() sim () não	
----	------------------------	--------------------	--

17	Gosta das refeições de sua casa?	() sim não	()	
18	Você se sente bem após as refeições?	() sim não	()	
19	Você tem conhecimento de crianças que passam fome?	() sim não	()	
20	Você conhece alunos que não faltam as aulas para tomarem a merenda escolar?	() sim não	()	
21	Você conhece pessoas que tomam apenas uma refeição ao dia?	() sim não	()	

Você gostaria de comer algum tipo de alimento na merenda escolar? Quais?

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ALIMENTAR NA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CATANDUVA

Alunos cursando 7º e 8º períodos do ensino fundamental

Perguntas Familiares:

01	Quantidade de pessoas na família			
02	Quantas maiores de 18 anos			
03	Residência é própria	() sim não	()	
04	Todos trabalham	() sim não	()	Quantas:
05	Alimentam-se no Trabalho	() sim não	()	

Perguntas Pessoais:

06	Quantas pessoas da família estudam			
07	Quantas no ensino fundamental			
08	Quantas se alimentam na escola			
09	Quantas refeições na merenda			
10	Quantas refeições na residência			
11	Gosta da alimentação da merenda?	() sim não	()	
12	A alimentação muda todos os dias	() sim	()	

		não	
13	Gosta dos lanches servidos?	() sim nã	()
14	Gostam da sobremesa?	() sim nã	()
15	Gostam dos sucos?	() sim nã	()

16	Você gosta de estudar?	() sim nã	()
17	Gosta das refeições de sua casa?	() sim nã	()
18	Você se sente bem após as refeições?	() sim nã	()

19	Você tem conhecimento de crianças que passam fome?	() sim nã	()
20	Você conhece alunos que não faltam as aulas para tomarem a merenda escolar?	() sim nã	()
21	Você conhece pessoas que tomam apenas uma refeição ao dia?	() sim nã	()

Você gostaria de comer algum tipo de alimento na merenda escolar? Quais?

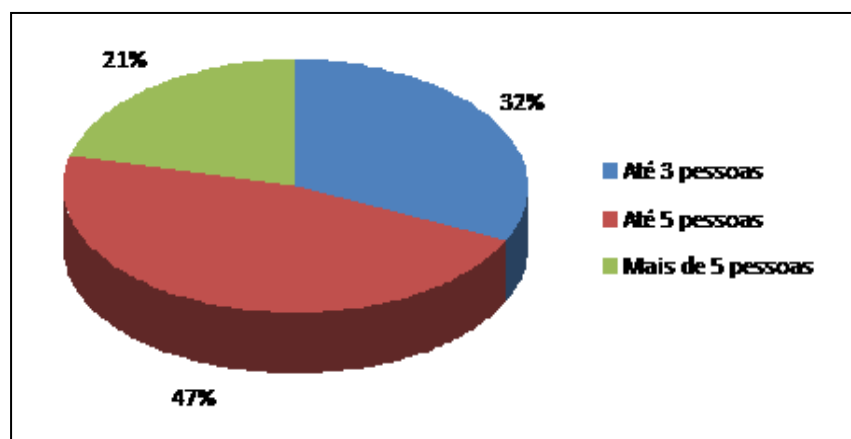
Apêndice C: Tabelas e Gráficos dos resultados obtidos na primeira linha de pesquisa realizada com os alunos da rede pública de ensino no município

Tabela 23 - Quantidade de pessoas na família

	Nº. absoluto	%
Até 3 pessoas	25	32%
Até 5 pessoas	37	47%
Mais de 5 pessoas	16	21%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 1 – Quantidade de pessoas na família



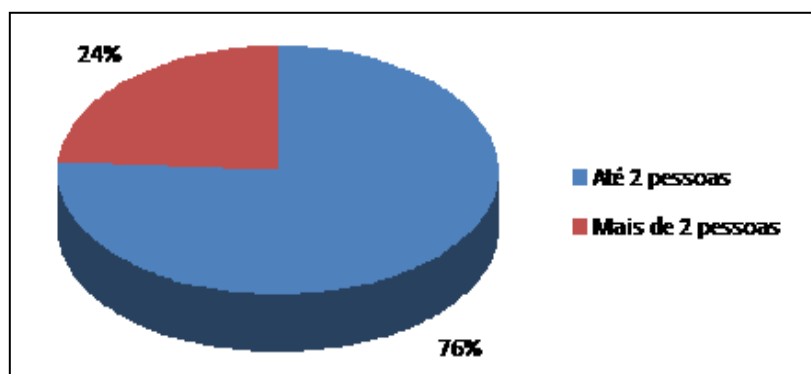
Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 24 - Quantidade de pessoas maiores de 18 anos

	Nº. absoluto	%
Até 2 pessoas	52	76%
Mais de 2 pessoas	16	24%
Total	68	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 2 – Quantidade de pessoas maiores de 18 anos



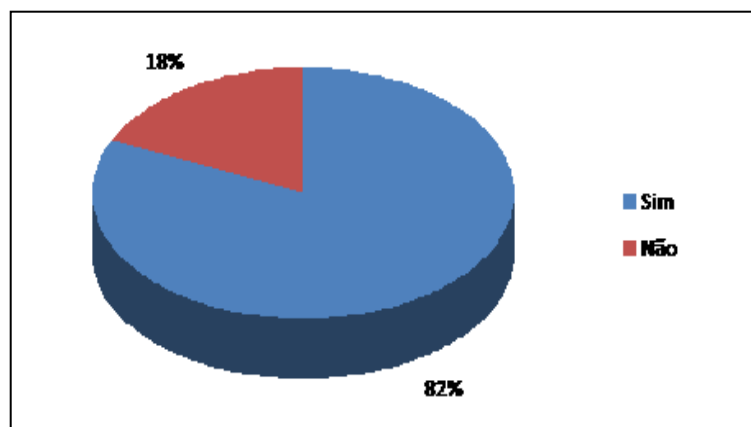
Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 25 - Entrevistados que possuem residência própria

	Nº. absoluto	%
Sim	64	82%
Não	14	18%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 3 – Entrevistados que possuem residência própria



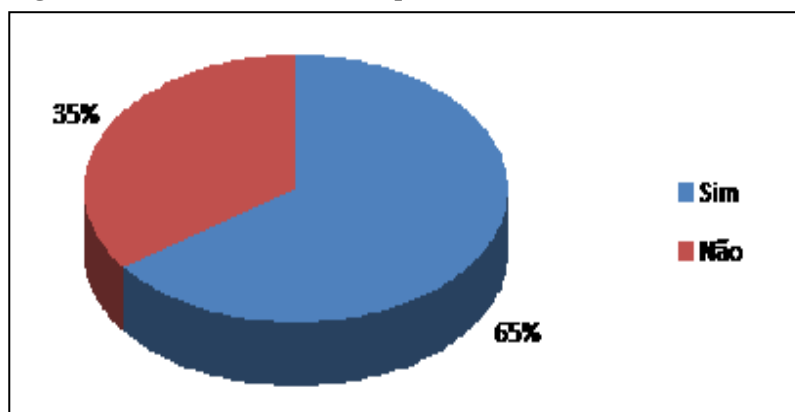
Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 26 - Número de familiares que trabalham

	Nº. absoluto	%
Sim	51	65%
Não	27	35%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 4 – Número de familiares que trabalham



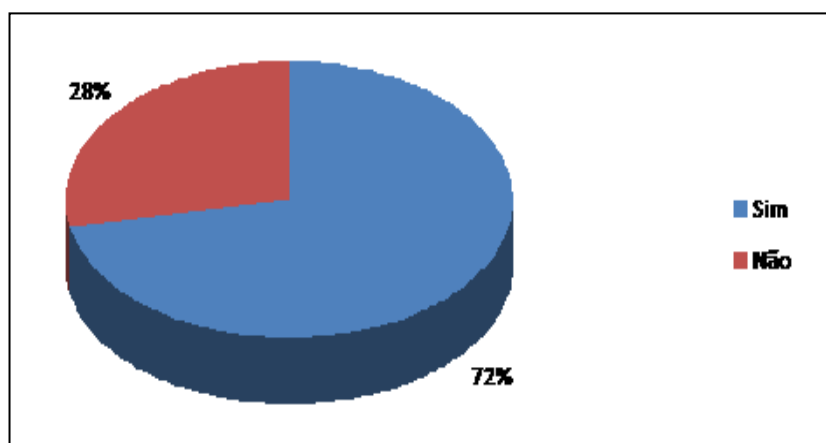
Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 27 - Quantidade de pessoas que se alimentam no trabalho

	Nº. absoluto	%
Sim	56	72%
Não	22	28%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 5 - Quantidade de pessoas que se alimentam no trabalho



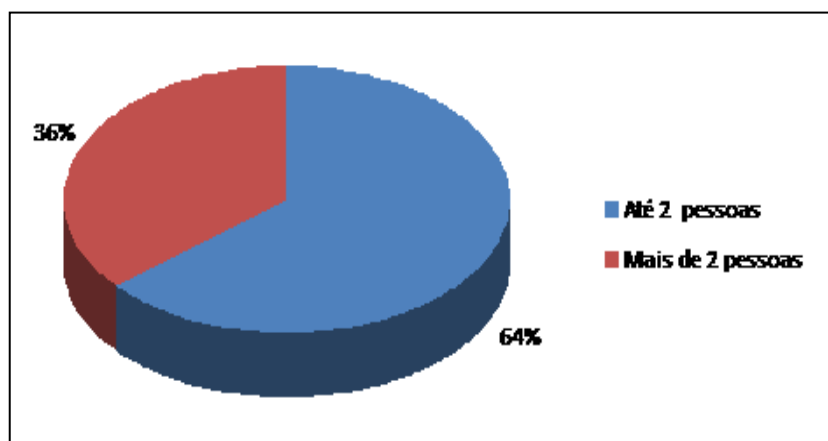
Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 28 - Quantidade de familiares que estudam

	Nº. absoluto	%
Até 2 pessoas	50	64%
Mais de 2 pessoas	28	36%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 6 - Quantidade de familiares que estudam

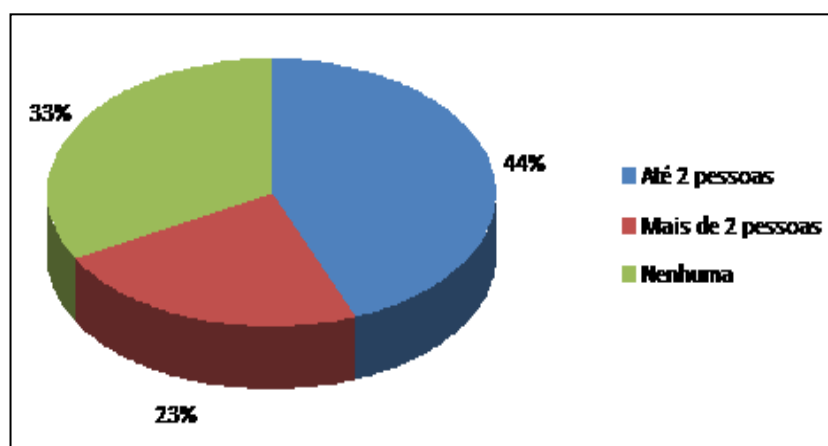


Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 29 - Quantidade de familiares que estudam no ensino fundamental

	Nº. absoluto	%
Até 2 pessoas	34	44%
Mais de 2 pessoas	18	23%
Nenhuma	26	33%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

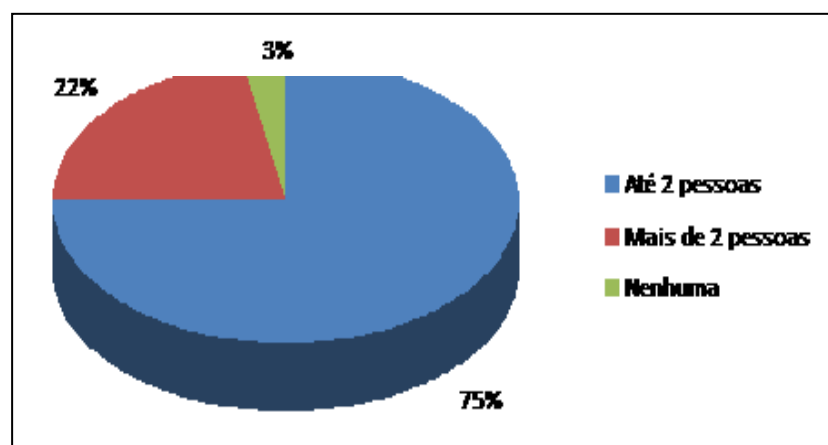
Figura 7 – Quantidade de familiares que estudam no ensino fundamental

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 30 - Quantidade de familiares que se alimentam na escola

	Nº. absoluto	%
Até 2 pessoas	58	75%
Mais de 2 pessoas	17	22%
Nenhuma	2	3%
Total	77	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 8 – Quantidade de familiares que se alimentam na escola

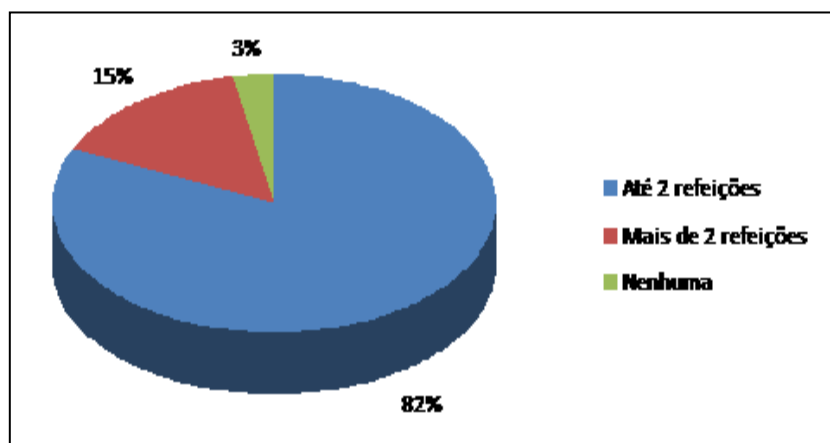
Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 31 - Quantidade de refeições feitas na merenda

	Nº. absoluto	%
Até 2 refeições	64	82%
Mais de 2 refeições	12	15%
Nenhuma	2	3%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 9 – Quantidade de refeições feitas na merenda



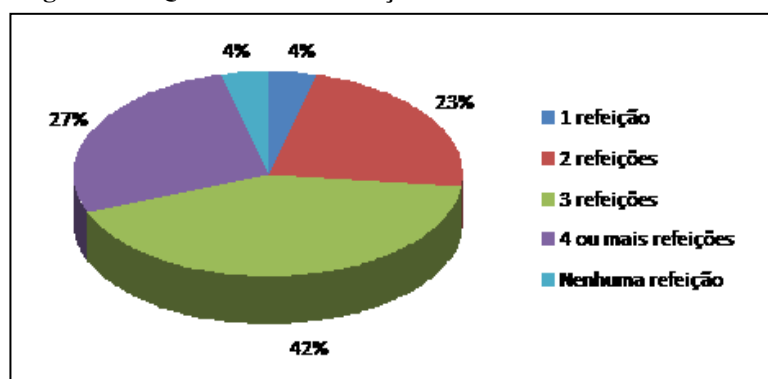
Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 32 - Quantidade de refeições feitas em casa

	Nº. absoluto	%
1 refeição	3	4%
2 refeições	18	23%
3 refeições	33	42%
4 ou mais refeições	21	27%
Nenhuma refeição	3	4%
Total	78	100%

Fonte: Dados do autor, 2010

Figura 10 – Quantidade de refeições feitas em casa

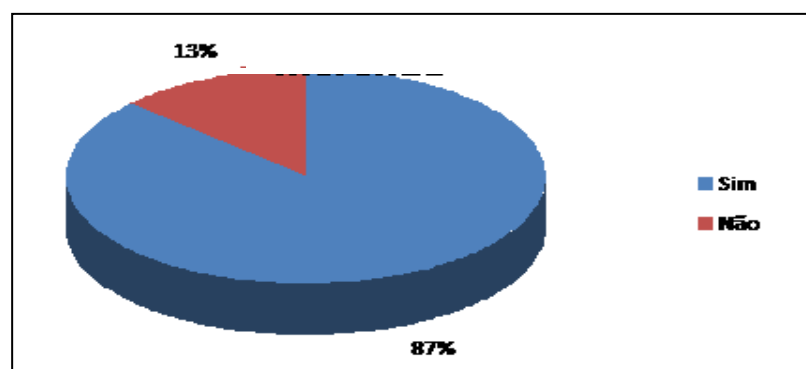


Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 33 - Entrevistados que gostam da alimentação da merenda

	Nº. absoluto	%
Sim	68	87%
Não	10	13%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

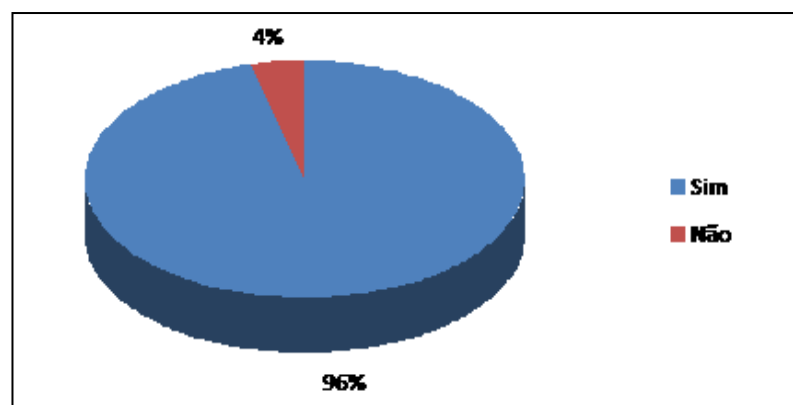
Figura 11 – Entrevistados que gostam da alimentação da merenda

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 34 - Entrevistados favoráveis à mudança de alimentação na merenda

	Nº. absoluto	%
Sim	77	96%
Não	1	4%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

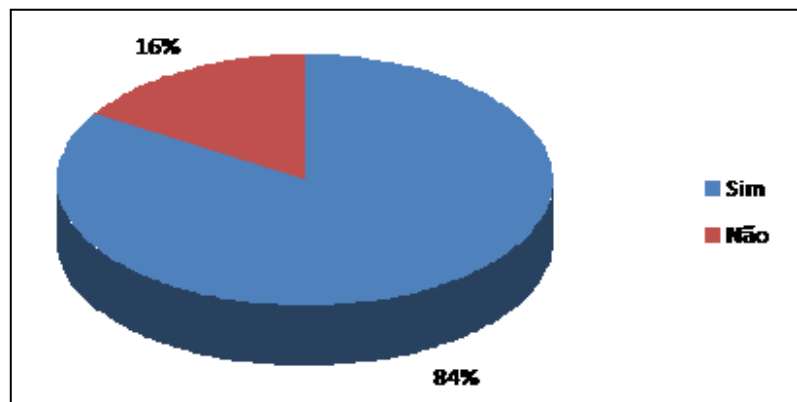
Figura 12 - Entrevistados favoráveis à mudança de alimentação na merenda

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 35 - Quantidade de entrevistados que gostam do lanche servido

	Nº. absoluto	%
Sim	49	84%
Não	9	16%
Total	58	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

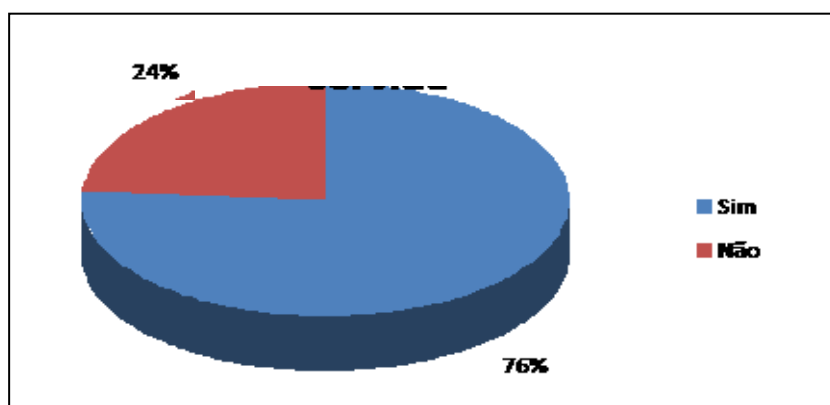
Figura 13 - Quantidade de entrevistados que gostam do lanche servido

Fonte: Elaboração do autor, 2013

Tabela 36 - Quantidade de entrevistados que gostam da sobremesa servida

	Nº. absoluto	%
Sim	59	76%
Não	19	24%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 14 - Quantidade de entrevistados que gostam da sobremesa servida

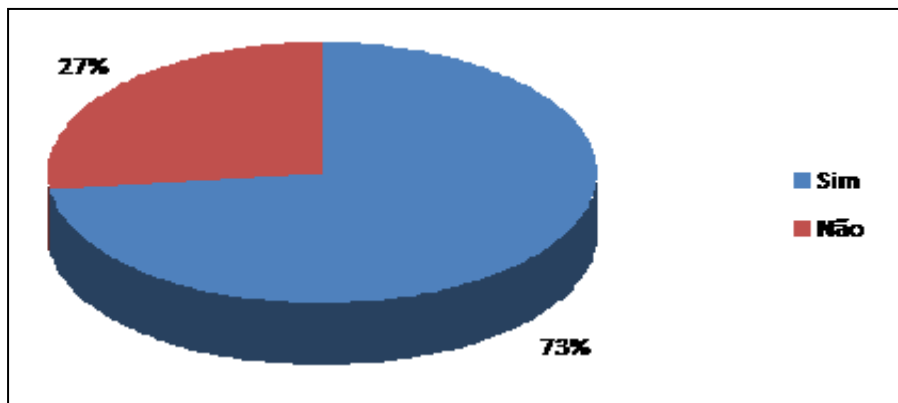
Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 37 - Quantidade de entrevistados que gostam do suco servido

	Nº. absoluto	%
Sim	60	73%
Não	22	27%
Total	82	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 15 – Quantidade de entrevistados que gostam do suco servido



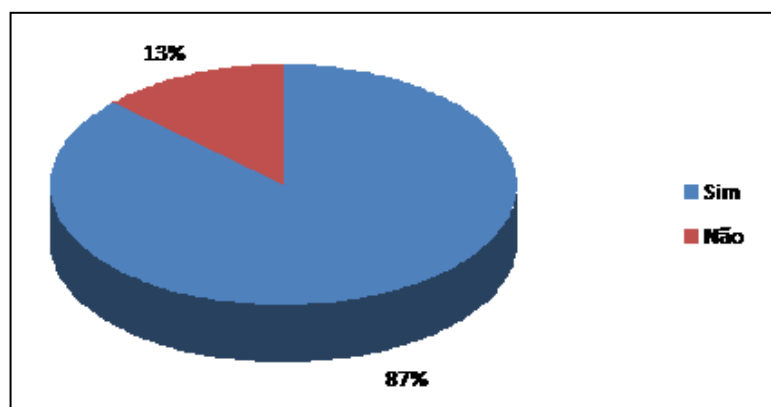
Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 38 - Quantidade de entrevistados que gostam de estudar

	Nº. absoluto	%
Sim	68	87%
Não	10	13%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 16 – Quantidade de entrevistados que gostam de estudar



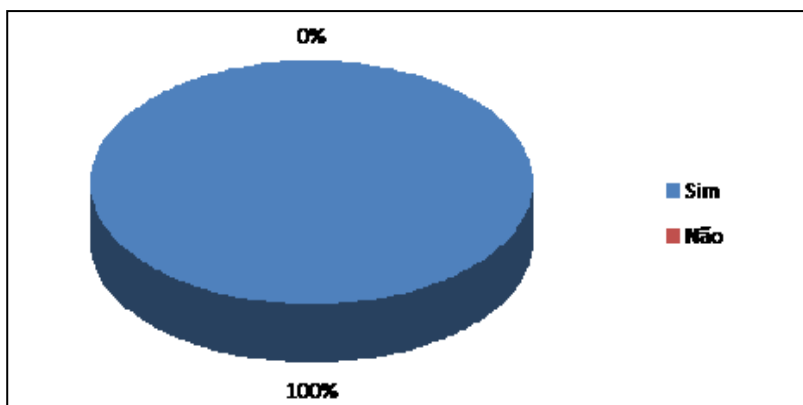
Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 39 - Quantidade de entrevistados que gostam das refeições de casa

	Nº. absoluto	%
Sim	78	100%
Não	0	0%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 17 – Quantidade de entrevistados que se sentem bem após as refeições



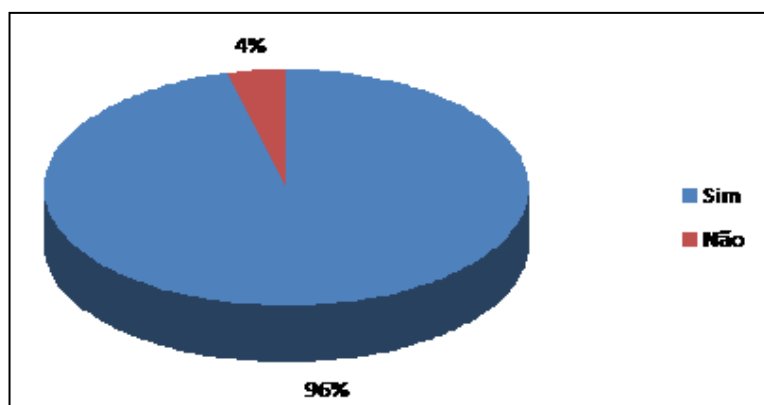
Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 40 - Quantidade de entrevistados que se sentem bem após as refeições

	Nº. absoluto	%
Sim	75	96%
Não	3	4%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 18 – Quantidade de entrevistados que se sentem bem após as refeições

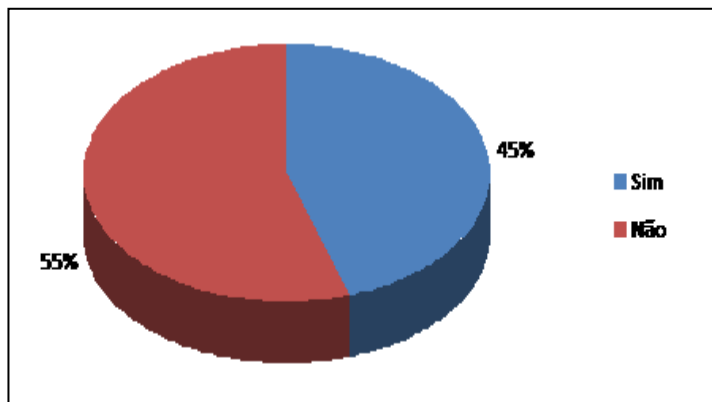


Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 41 - Conhecimento de crianças que passam fome

	Nº. absoluto	%
Sim	35	45%
Não	43	55%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

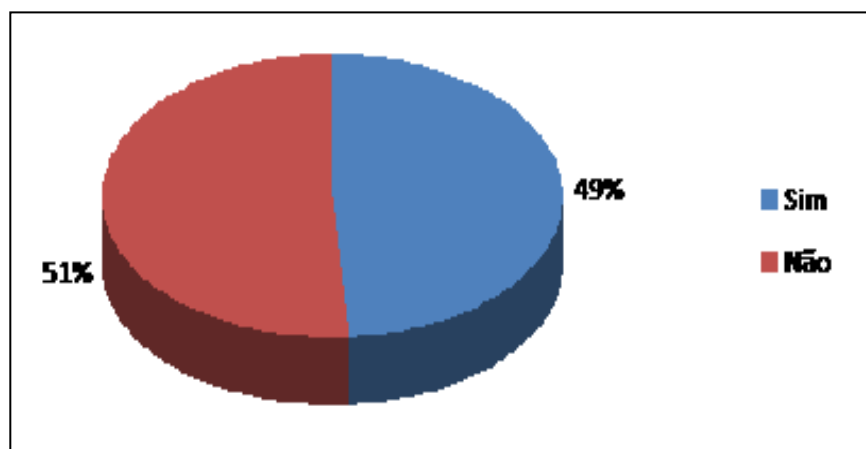
Figura 19 – Conhecimento de crianças que passam fome

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 42 - Conhecimento de alunos que não faltam às aulas por causa da merenda

	Nº. absoluto	%
Sim	38	49%
Não	40	51%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

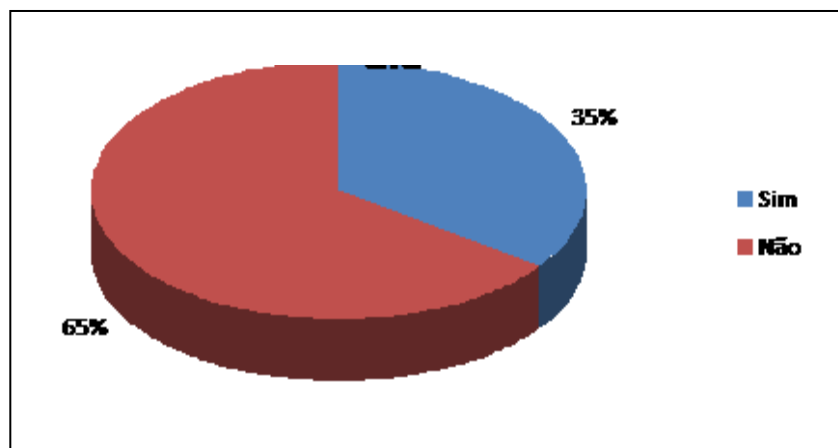
Figura 20 – Conhecimento de alunos que não faltam às aulas por causa da merenda

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 43 - Conhecimento de pessoas que tomam apenas uma refeição ao dia

	Nº. absoluto	%
Sim	27	35%
Não	51	65%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

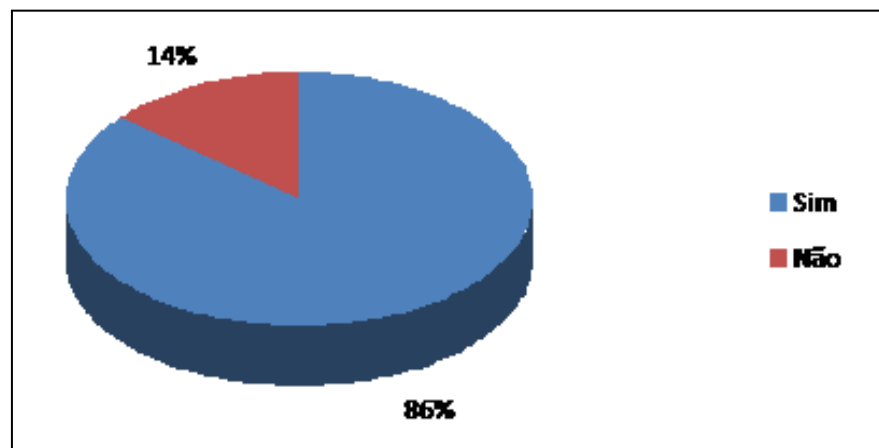
Figura 21 – Conhecimento de pessoas que tomam apenas uma refeição ao dia

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 44 – Entrevistados que gostariam de comer alimentos diferentes na merenda

	Nº. absoluto	%
Sim	67	86%
Não	11	14%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Figura 22 – Entrevistados que gostariam de comer alimentos diferentes na merenda

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Tabela 45 - Sugestões dos entrevistados para a alimentação da merenda

	Nº. absoluto	%
Lasanha	32	22%
Pizza	25	17%
Cachorro quente/Lanche	16	11%
Doce	14	10%
Refrigerante	13	9%
Sorvete	13	9%
Suco	12	8%
Bolo	8	6%
Churrasco	7	6%
Fruta	7	5%
Pastel	6	4%
Carne Vermelha	6	4%
Batata frita/Batata Recheada	6	4%
Macarrão	6	4%
Feijoada	6	4%
Estrogonofe	6	4%
Torta	5	3%
Panquecas	5	3%
Inhoque	4	3%
Salada	4	3%
Comida japonesa	3	2%
Salgado	3	2%
Peixe	2	1%
Gelatina	2	1%
Arroz doce	2	1%
Ovo	1	1%
Arroz temperado	1	1%
Maionese	1	1%
Água	1	1%
Canjica	1	1%
Frango	1	1%
Total	145	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2010

Apêndice D: Questionário de (In) Segurança Alimentar dos alunos de Escolas Públicas do Município de Catanduva/SP

QUESTIONÁRIO
(In) Segurança Alimentar dos alunos de Escolas Públicas do Município de Catanduva/SP

Nº do questionário:	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Data: _____/_____/_____

(nome do entrevistador)				

(local da entrevista)				

Apresentação da Pesquisa

Bom Dia/Boa Tarde,

Meu nome é _____ e estou realizando uma pesquisa para conhecer melhor a situação dos familiares/produtores aqui residentes. Procuro saber informações sobre as condições de moradia, renda, trabalho, saúde, alimentação, escolaridade, proteção social, entre outras para avaliar como o(s) programa(s) de que fazem parte atendem vocês, principalmente em relação à situação alimentar domiciliar. As informações repassadas serão sigilosas e os dados dos moradores não serão divulgados. Posso contar com sua atenção por alguns minutos?

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

Nome do entrevistado:

A(O) Sr.^a. (Sr.) é a(o) responsável pela família?

() Sim () Não (Neste caso, inicie o quadro abaixo pelo chefe da família)

1. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DO RESPONSÁVEL DA FAMÍLIA:

Anote, com os códigos correspondentes, as informações de todos os moradores do domicílio.

A. Número de ordem:

B. Primeiro nome do morador:

C. Sexo: () M () F

D. Idade (anos ou meses):

E. Raça/Cor:

() Branca () Negra () Amarela () Parda () Indígena () Não sabe/Sem resposta

F. Relação de parentesco com o chefe do domicílio:

() Chefe () Pai, mãe, sogro(a) () Nora/genro

() Esposo(a)/companheiro(a) () Irmão(ã) () Outro parente

Filho(a)/enteado(a) Neto(a), bisneto(a) Agregado(a)

G. Situação conjugal do chefe da família:

Solteiro(a) Separado(a) Casado(a) Divorciado(a) Amasiado(a) Viúvo(a)

H. Quantidade de moradores na residência:

I. Renda total familiar: R\$ _____.

J. K) Fontes da Renda:

Salário Fixo Mensal – Renda Safra Sazonal – Rendimento Informal – Ajuda Terceiros

2. CARACTERÍSTICAS REFERENTES À ESCOLARIDADE DOS MORADORES MENORES DE 21 ANOS:

A. Frequenta(m) creche ou escola: Não Sim, pública Sim, privada

B. Se frequenta(m) creche ou escola, em qual nível está(ão) matriculado(s)?

Creche Supletivo do E. Fundamental Mestrado/Doutorado
 Pré-escola Supletivo do E. Médio Não sabe
 Ensino Fundamental Pré-vestibular
 Ensino Médio Ensino Superior

C. Qual a série/ano que frequenta(m):

Não frequenta 5º série 2º ano do ensino médio
 1º série 6º série 3º ano do ensino médio
 2º série 7º série Educação de Jovens e Adultos
 3º série 8º série
 4º série 1º ano do ensino médio

D. Se frequenta(m), qual é o período do dia que fica(m) na escola?

Dia todo (manhã e tarde) Apenas um período (manhã ou tarde) Período Noturno

E. Quantas refeições realiza(m) na escola?

F. Tipo de refeição:

Pouco Diversificada Diversificada apenas no tipo
 Diversificada apenas no cardápio Diversificada no tipo e no cardápio

G. Relevância da Alimentação Escolar para a Segurança Alimentar do aluno:

Muito Relevante (acima de 70% de sua alimentação total)
 Relevante (50 a 70%)
 Nenhuma Relevância (abaixo de 20%)

3. CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS COM CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS:

A. A escola/creche oferece alguma refeição:

Não Sim, 1 vez/dia Sim, 2 vezes/dia Sim, mas não come porque não gosta

B. O que acontece com a alimentação das crianças durante as férias escolares:

Melhora Piora Não há alteração

C. (Menores de 2 anos) A criança ainda é amamentada com leite materno: Sim Não

D. (Menores de 2 anos) Além do leite materno a criança toma outros líquidos ou come algum alimento:

Sim Não

E. Relevância da alimentação escolar para a Segurança Alimentar do aluno:

- () Muito Relevante (acima de 70% de sua alimentação total)
 () Relevante (50 a 70%)
 () Pouco Relevante (20 a 50 %)
 () Nenhuma Relevância (abaixo de 20%)

CARACTERIZAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR/FOME*Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA)***REFERIR OS ÚLTIMOS 3 MESES PARA A RESPOSTA DO ENTREVISTADO.**

1. Nos últimos 3 meses, a(o) Sr^a.(Sr.) teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar mais comida?
 () Sim () Não () Não sabe ou recusou responder
2. Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que a(o) Sra.(Sr.) tivesse dinheiro para comprar mais ?
 () Sim () Não () Não sabe ou recusou responder
3. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
 () Sim () Não () Não sabe ou recusou responder

QUESTÕES 4 A 15 - APENAS EM DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 18 ANOS.

4. Nos últimos 3 meses a(o) Sr^a.(Sr.) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para alimentar os moradores menores de 18 anos porque o dinheiro acabou ?
 () Sim () Não () Não sabe ou recusou responder
5. Nos últimos 3 meses a(o) Sr^a.(Sr.) não pôde oferecer a algum morador menor 18 anos uma alimentação saudável e variada porque não tinha dinheiro?
 () Sim () Não () Não sabe ou recusou responder
6. Nos últimos 3 meses algum morador com menos de 18 anos não comeu em quantidade suficiente porque não havia dinheiro para comprar a comida?
 () Sim () Não () Não sabe ou recusou responder
7. Nos últimos 3 meses a(o) Sr^a.(Sr.) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos ou pulou refeições porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida a todos?
 () Sim () Não () Não sabe ou recusou responder
8. Nos últimos 3 meses a(o) Sr^a.(Sr.) alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro o suficiente para comprar comida ?
 () Sim () Não () Não sabe ou recusou responder
9. Nos últimos 3 meses a(o) Sr^a.(Sr.) alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente ?
 () Sim () Não () Não sabe ou recusou responder
10. Nos últimos 3 meses a(o) Sr^a.(Sr.) perdeu peso por não se alimentar bem devido a falta de dinheiro para comprar comida ?
 () Sim () Não () Não sabe ou recusou responder

11. Nos últimos 3 meses a(o) Sr^a.(Sr.), ou qualquer outro adulto em sua casa, ficou um dia inteiro sem comer ou teve apenas uma refeição ao dia porque não havia dinheiro para comprar comida a todos?

Sim Não Não sabe ou recusou responder

12. Nos últimos 3 meses a(o) Sr^a.(Sr.) alguma vez diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de algum morador menor de 18 anos porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida ?

Sim Não Não sabe ou recusou responder

13. Nos últimos 3 meses alguma vez algum morador com menos de 18 anos deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?

Sim Não Não sabe ou recusou responder

14. Nos últimos 3 meses algum morador com menos de 18 anos teve fome e a(o) Sr^a.(Sr.) simplesmente não podia comprar mais comida?

Sim Não Não sabe ou recusou responder

15. Nos últimos 3 meses algum morador com menos de 18 anos ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar a comida?

Sim Não Não sabe ou recusou responder

16. Definir o grau de satisfação sobre o Programa de Merenda Escolar do qual participa:

- Insatisfatória
- Pouco satisfatória
- Satisfatória
- Muito satisfatória

17. Informações Complementares (reivindicações, sugestões, reclamações, etc.):

Muito obrigada(o) pela sua participação e colaboração!

ANEXOS

Anexo A: Cardápios para Berçário

CRIANÇAS ATÉ 6 MESES DE IDADE:

- Legumes com arroz e frango desfiado (peneirado ou liquidificado);
- Legumes com arroz e carne moída (peneirado ou liquidificado);
- Legume com macarrão frango desfiado (peneirado ou liquidificado);
- Legumes com macarrão e carne moída (peneirado ou liquidificado).

CRIANÇAS DE 06 A 07 MESES DE IDADE:

- Legumes com arroz e carne moída (legumes bem amassados e carne bem cozida);
- Sopa de macarrão com legumes e carne moída (legumes bem amassados e carne bem cozida);
- Sopa de fubá com legumes e frango desfiado (legumes bem amassados e carne bem cozida).

NOTA: Para crianças acima de 06 meses deve ser acrescentado na papinha:

1. Três vezes por semana meia gema de ovo
2. Diariamente caldo de feijão
3. Quinzenalmente acrescentar fígado

As combinação mais comuns de legumes são:

- Batata, cenoura, chuchu, beterraba;
- Cenoura, chuchu, mandioquinha;
- Batata, cenoura, abobrinha;
- Mandioquinha, abobrinha, cenoura;
- Batata, chuchu, abobrinha, beterraba.

ORIENTAÇÕES:

- Pode acrescentar na papa 2 vezes por semana beterraba – para os bebês irem se acostumando com a mudança de cores da alimentação;
- Pode acrescentar tomate sem pele e sem sementes para cozinhar junto aos legumes;
- Acrescentar uma folha de repolho, couve ou espinafre na papa, é muito saudável;
- Acrescentar na papa dos bebês de 8 a 12 meses 1 gema de ovo 3 vezes por semana, e a papa já não precisa ser nem peneirada e nem liquidificada bastando amassar com garfo, assim o bebê exercita a sua mastigação que nessa época já começa a se desenvolver com o surgimento dos primeiros dentinhos;

- Para os bebês acima de três meses que têm alimentação artificial (sem aleitamento materno) deve ser oferecida:
 1. Papa de legumes;
 2. Suco de frutas (laranja, limão, maçã, mamão, laranja com cenoura e outros);
 3. Papa de frutas ou a fruta raspadinha (pera, maçã, banana maçã, mamão etc.).

Anexo B: Cardápio para o Ensino Fundamental (período integral)**1ª SEMANA DE CADA MÊS**

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
LEITE COM ACHOCOLATADO, BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA
ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA EM MOLHO COM BATATA, SALADA DE REPOLHO, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM LEGUMES, SALADA DE TOMATE, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA REFOGADA COM TOMATE E CENOURA, SALADA DE PEPINO, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, FRANGO REFOGADO, FAROFA, SALADA DE PEPINO, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, PURÊ DE BATATA, MOLHO DE CARNE MOÍDA (com cenoura ralada), SALADA, SUCO
PÃO COM CARNE MOÍDA, SUCO	BEBIDA LÁCTEA, BISCOITO DOCE	MACARRONADA	ARROZ- DOCE	CACHORRO QUENTE

2ª SEMANA DE CADA MÊS

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
LEITE COM ACHOCOLATADO, BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA
ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA COM TOMATE E CENOURA, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM BATATA, SALADA DEREPOLHO	ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA EM MOLHO, SALADA DE OVOS, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, QUIBE DE ASSADEIRA, SALADA DE TOMATE, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, LINGUIÇA ASSADA COM BATATAS, TOMATES E CEBOLA, SUCO
PÃO COM MARGARINA, BEBIDA LÁCTEA	BOLO E SUCO	PÃO COM CARNE MOÍDA EM MOLHO, SUCO	MACARRONADA	BEBIDA LÁCTEA, BISCOITO DOCE

3ª SEMANA DE CADA MÊS

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
LEITE COM ACHOCOLATADO, BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA
ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA REFOGADA COM TOMATE, CEBOLA E REPOLHO, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EMPEDAÇOS COM LEGUMES, SALADA, SUCO	GALINHADA, SALADA, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, ALMÔNDEGAS AO MOLHO, PURÊ DE BATATA, SALADA, SUCO	ARROZ/FEIJÃO. SALSICHA COM BATATA, SALADA, SUCO
PÃO COM MARGARINA, CHÁ	BEBIDA LÁCTEA, BISCOITO	MACARRONADA, GELATINA	ARROZ-DOCE	PÃO COM MARGARINA, LEITE COM ACHOCOLATADO

OBS: AS ALMÔNDEGAS DEVERÃO SER ASSADAS (não precisa untar a assadeira).

4ª SEMANA DE CADA MÊS

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
LEITE COM ACHOCOLATADO, BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA
ARROZ/FEIJÃO, FAROFA DE CARNE MOÍDA COM OVOS, SALADA, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, FRANGO DESFIADO COM CENOURA E TOMATE, SALADA, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM LEGUMES, SALADA, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA REFOGADA, SALADA, SUCO	ARROZ/ FEIJÃO, FILÉ DE PEIXE FRITO, ASSADO OU EM MOLHO, SALADA SUCO
PÃO COM CARNE MOÍDA, SUCO	BISCOITO DOCE, BEBIDA LÁCTEA	PÃO COM MARGARINA, CHÁ MATE	MACARRONADA	CACHORRO QUENTE, SUCO

5ª SEMANA DE CADA MÊS

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
LEITE COM ACHOCOLATADO, BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA
ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA EM MOLHO COM BATATA, SALADA, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA REFOGADA COM LEGUMES, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, QUIBE DE ASSADEIRA, SALADA, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM LEGUMES, SALADA, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, PURÊ DE BATATA COM MOLHO À BOLONHESA, SUCO
PÃO COM MARGARINA, BEBIDA LÁCTEA	GELATINA	MACARRONADA	ARROZ-DOCE	PÃO COM CARNE MOÍDA EM MOLHO, SUCO

Anexo C: Cardápio para o Ensino Supletivo (período noturno)**1ª E 3ª SEMANA**

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
ARROZ BRANCO, SALSICHA EM MOLHO COM BATATA	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM LEGUMES	RISOTO DE CARNE MOÍDA COM LEGUMES, SALADA DE BERINJELA	ARROZ/FEIJÃO, FRANGODESFIADO COM BATATAS	MACARRONADA À BOLONHESA

2ª E 4ª SEMANA

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
ARROZ BRANCO, QUIBE ASSADO, SALADA DE TOMATE	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM PEDAÇOS COM BATATAS, FAROFA COM OVOSCOZIDOS	ARROZ/FEIJÃO, FRANGO EM MOLHO COM QUIABO, SALADA	MACARRONADA, SALSICHA EM MOLHO	SOPA DE FEIJÃO COM LEGUMES, CARNE, MACARRÃO

Anexo D: Cardápio para o Ensino Fundamental (projetos)**1ª SEMANA DE CADA MÊS**

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
LEITE COM ACHOCOLATADO, BISCOITO DOCE	CHÁ MATE, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	BEBIDA LÁCTEA/ LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA EM MOLHO COM BATATA, SALADA DEREPOELHO, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM LEGUMES, SALADA DE TOMATE, GELATINA	RISOTO DE FRANGO COM LEGUMES, SALADA	MACARRÃO AO MOLHODE SALSICHA, SALADA DE MAIONESE (de leite), FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA REFOGADA COM BATATAS E OVOSCOZIDOS

2ª SEMANA DE CADA MÊS

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
LEITE COM ACHOCOLATADO, BISCOITO DOCE	BEBIDA LÁCTEA/ LEITE COMACHOCOLATA DO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	CHÁMATE, PÃO COM MARGARINA
ARROZ/FEIJÃO, FAROFA COM CARNE MOÍDA E OVOS COZIDOS, SALADA DE REPOLHO, SUCO	POLENTA COM MOLHO À BOLONHESA, PUDIMCAREMELADO OU MINGAU DE CHOCOLATE	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COMLEGUMES	ARROZ/FEIJÃO, LINGUIÇA ASSADA COMBATATAS, TOMATES E CEBOLA, FRUTA	MACARRÃO COM FRANGO DESFIADO EMMOLHO, GELATINA

3ª SEMANA DE CADA MÊS

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
LEITE COM ACHOCOLATADO, BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	CHÁMATE, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
ARROZ / FEIJÃO SALSICHA ACEBOLADA OU EM MOLHO SALADA DE TOMATE SUCO	RISOTO DE FRANGO COM LEGUMES, GELATINA OU ARROZ-DOCE	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM MANDIOCA OU BATATAS, SALADA	MACARRÃO À BOLONHESA, MAIONESE (de leite), FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, ALMÔNDEGAS ASSADAS, PURÊ DE BATATAS

4ª SEMANA DE CADA MÊS

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
LEITE COM ACHOCOLATADO, BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	CHÁMATE, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
ARROZ/FEIJÃO, FAROFA COM CARNE MOÍDA E OVOS, SALADA DE REPOLHO, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM LEGUMES	ARROZ/FEIJÃO, FRANGO DESFIADO COM LEGUMES	MACARRÃO COM MOLHO À BOLONHESA, SALADA DE REPOLHO, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, FILÉ DE PEIXE FRITO COM FUBÁ OU ASSADO OU EM MOLHO, SUCO

OBS: OS LEGUMES OU VERDURAS UTILIZADOS PARA A SALADA PODERÃO SER SUBSTITUÍDOS PELOS PRODUTOS DA ÉPOCA. EX: O REPOLHO SUBSTITUÍDO PELA ALFACE OU PELA ACELGA, ETC. O FILÉ DE PEIXE FOI APRESENTADO EM VÁRIAS OPÇÕES DE PREPARO PARA QUE CADA ESCOLA INVESTIGUE QUAL A MAIOR ACEITABILIDADE DOS ALUNOS. AS ALMÔNDEGAS DEVERÃO SER ASSADAS (não precisa untar a assadeira).

5ª SEMANA DE CADA MÊS (QUANDO HOVER)

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
LEITE COM ACHOCOLATADO, BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	BEBIDA LÁCTEA, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	CHÁMATE, PÃO COM MARGARINA
ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA EM MOLHO COM PURÊ DE BATATAS, SALADA E SUCO	ARROZ/FEIJÃO, SALADA DE LEGUMES COM OVOS, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM LEGUMES, SALADA	MACARRÃO COM FRANGO EM MOLHO FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA REFOGADA COM TOMATE, CENOURA EMILHO, SUCO

Anexo E: Cardápio para a Educação Infantil (período parcial)**1ª SEMANA DE CADA MÊS**

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
CAFÉ DA MANHÃ	LEITE COM ACHOCOLATADO E BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO E PÃO COM MARGARINA	BEBIDA LÁCTEA, PÃO COMMARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO E PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO E PÃO COM MARGARINA
MERENDA MANHÃ	ARROZ/FEIJÃO, OMELETE, SALADA DE REPOLHO, ½ MAÇÃ	ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA COM BATATA, SALADA DE TOMATE, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM PEDAÇOS COM LEGUMES, MAMÃO	MACARRÃO COM MOLHO À BOLONHESA, SALADA DE PEPINO	ARROZ/FEIJÃO, PURÊ DE BATATA, FRANGO EM MOLHO, SUCO
LANCHADA TARDE	ARROZ/FEIJÃO, OMELETE, SALADA DE REPOLHO, ½ FRUTA	PÃO COM CARNE MOÍDA REFOGADA COM CENOURA, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM LEGUMES, GELATINA	MACARRONADA AOMOLHO DE SALSICHA, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, PURÊ DE BATATA, FRANGO EM MOLHO
SAÍDADA TARDE	PÃO DE LEITE, MARGARINA	BOLO	FRUTA	BISCOITO DOCE	CACHORRO QUENTE

2ª SEMANA DE CADA MÊS

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
CAFÉ DA MANHÃ	LEITE COM ACHOCOLATADO, BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	BEBIDA LÁCTEA, PÃO COMMARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
MERENDA MANHÃ	ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA EM MOLHO COM PURÊ DE BATATAS, ½ FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, CARNE COM BATATA, SALADA DE TOMATE, SUCO	MACARRÃO COM MOLHO À BOLONHESA, SALADA DE REPOLHO, ½ MAÇÃ	ARROZ/FEIJÃO, LINGUIÇA ASSADA COM BATATAS, TOMATES E CEBOLA	ARROZ/FEIJÃO, FRANGO DESFIADO COM BATATA, FAROFA, SUCO
LANCHE DA TARDE	ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA EM MOLHO COM PURÊ DE BATATAS, ½ FRUTA	TORTA DE CARNE MOÍDA OU DE FRANGO, SUCO	MACARRÃO COM MOLHO À BOLONHESA, SALADA DE REPOLHO, PUDIMOU MINGAU DE CHOCOLATE	ARROZ/FEIJÃO, LINGUIÇA ASSADA COM BATATAS, TOMATES E CEBOLA, SALADA DE FRUTAS	CACHORRO QUENTE, SUCO
SAÍDADA TARDE	BISCOITO DOCE	BOLO	1 FRUTA	BISCOITO DOCE	1 FRUTA

3ª SEMANA DE CADA MÊS

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
CAFÉ DA MANHÃ	LEITE COM ACHOCOLATADO BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	BEBIDA LÁCTEA, PÃO COMMARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
MERENDA MANHÃ	ARROZ/FEIJÃO, OMELETE, SALADA, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA REFOGADA COM TOMATE E CENOURA, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM BATATA, SALADA, FRUTA	MACARRÃO COM MOLHO À BOLONHESA, SALADA DE REPOLHO, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, TORTA COM SALSICHA OU CARNE, SUCO
LANCHE DA TARDE	ARROZ/FEIJÃO, OMELETE, SALADA, SUCO	PÃO COM CARNE MOÍDA, GELATINA	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM BATATA, SALADA	MACARRÃO COM MOLHO À BOLONHESA, SALADA DE REPOLHO, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, TORTA COM SALSICHA OU CARNE, SUCO
SAÍDA TARDE	PÃO COM MARGARINA	BISCOITO DOCE	1 FRUTA	BOLO	FRUTA

4ª SEMANA DE CADA MÊS

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
CAFÉ DA MANHÃ	LEITE COM ACHOCOLATADO BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	BEBIDA LÁCTEA, PÃO COMMARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
MERENDA MANHÃ	ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA EM MOLHO COM PURÊ DE BATATAS, ½ FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, ALMÔNDEGAS NO MOLHO DE TOMATE E PURÊ DE BATATAS, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, FRANGO DESFIADO COM LEGUMES, SALADA, FRUTA	MACARRÃO COM MOLHO À BOLONHESA, SALADA, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, FILÉ DE PEIXE FRITO COM FUBÁ OU ASSADO OU EMMOLHO, SUCO
LANCHE DA TARDE	ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA EM MOLHO COM PURÊ DE BATATAS, ½ FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, ALMÔNDEGAS NO MOLHO DE TOMATE E PURÊ DE BATATAS, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, FRANGO DESFIADO COM LEGUMES, SALADA, FRUTA	MACARRÃO COM MOLHO À BOLONHESA, SALADA, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, FILÉ DE PEIXE FRITO COM FUBÁ OU ASSADO OU EMMOLHO, SUCO
SAÍDA TARDE	½ PÃO COM MARGARINA	BISCOITO DOCE	BOLO	BISCOITO DOCE	BISCOITO RECHEADO

5ª SEMANA DE CADA MÊS (QUANDO HOVER)

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
CAFÉ DA MANHÃ	LEITE COM ACHOCOLATADO BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	BEBIDA LÁCTEA, PÃO COMMARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
MERENDA MANHÃ	ARROZ/FEIJÃO, OMELETE, SALADA DE TOMATE, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM BATATA, GELATINA	ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA EM MOLHO COM CEBOLA, SALADA, FRUTA	MACARRONADA COM MOLHO À BOLONHESA, SALADA, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA REFOGADA COM TOMATE, CENOURA E MILHO, SUCO
LANCHE DA TARDE	ARROZ/FEIJÃO, OMELETE, SALADA DE TOMATE, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM BATATA, GELATINA	ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA EM MOLHO COM CEBOLA, SALADA, FRUTA	MACARRONADA COM MOLHO À BOLONHESA, SALADA, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA REFOGADA COM TOMATE, CENOURA E MILHO, SUCO
SAÍDADA TARDE	½ PÃO COM MARGARINA	BISCOITO DOCE	BOLO DE CHOCOLATE	½ PAO COM MARGARINA	BISCOITO RECHEADO

Anexo F: Cardápio para a Educação Infantil (Período integral)**1ª SEMANA DE CADA MÊS**

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
CAFÉ DA MANHÃ	LEITE COM ACHOCOLATADO BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
MERENDA MANHÃ	ARROZ/FEIJÃO, OMELETE, SALADA DE REPOLHO, ½ MAÇÃ	ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA COM BATATAS, SALADA DE TOMATES, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM LEGUMES, FRUTA	MACARRÃO COM MOLHO À BOLONHESA, SALADA, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, PURÊ DE BATATA COM FRANGO EM MOLHO, SUCO
LANCHE DA TARDE	SUCO, PÃO COM MARGARINA	BOLO, LEITE GELADO COM CHOCOLATE	BANANA	BEBIDA LÁCTEA OU LEITE COM ACHOCOLATADO	GELATINA, ½ FRUTA
SAÍDA DA TARDE	SOPA DE LEGUMES COM CARNE MOÍDA E MACARRÃO	SOPA DE FEIJÃO	SOPA DE FUBÁ COM LEGUMES E CARNE MOÍDA	SOPA DE LEGUMES COM CARNE E MACARRÃO	CANJA (FRANGO, LEGUMES E ARROZ)

2ª SEMANA DE CADA MÊS

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
CAFÉ DA MANHÃ	LEITE COM ACHOCOLATADO BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
MERENDA MANHÃ	ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA COM MOLHO OU CEBOLADA, SALADA DE REPOLHO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE COM BATATA, SALADA DE TOMATE, SUCO	MACARRÃO COM MOLHO À BOLONHESA, SALADA, ½ MAÇÃ	ARROZ/FEIJÃO, LINGUIÇA ASSADA COM BATATAS, TOMATES E CEBOLA, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, FRANGO DESFIADO COM BATATA E FAROFA, SUCO
LANCHE DA TARDE	SUCO, PÃO COM MARGARINA	LEITE GELADO COM CHOCOLATE, BOLO	BEBIDA LÁCTEA OU LEITE COM ACHOCOLATADO	BANANA, BISCOITO DOCE	GELATINA
SAÍDA DA TARDE	SOPA DE LEGUMES COM CARNE MOÍDA E MACARRÃO	RISOTO DE FRANGO COM LEGUMES RALADOS, SUCO	SOPA DE FEIJÃO COM LEGUMES, CARNE MOÍDA E MACARRÃO	SOPA DE LEGUMES COM CARNE E MACARRÃO	CACHORRO QUENTE, SUCO

3ª SEMANA DE CADA MÊS

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
CAFÉ DA MANHÃ	LEITE COM ACHOCOLATADO BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
MERENDA MANHÃ	ARROZ/FEIJÃO, OMELETE, SALADA DE REPOLHO, ½ MAÇÃ	ARROZ/FEIJÃO, ROCAMBOLE DE CARNE MOÍDA, SALADA DE REPOLHO, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM MANDIOCA OU BATATA, SALADA DE PEPINO, SUCO	MACARRÃO COM MOLHO DE SALSICHA, SALADA DE REPOLHO, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, ALMÔNDEGAS, PURÊ DE BATATA, SUCO
LANCHE DA TARDE	BEBIDA LÁCTEA OU LEITE COM ACHOCOLATADO	PÃO COM MARGARINA, SUCO	GELATINA, ½ BANANA	BOLO DE CHOCOLATE, SUCO	PUDIM DE LEITE CONDENSADO CARMELADO OU ARROZ-DOCE
SAÍDADA TARDE	SOPA DE LEGUMES COM CARNE MOÍDA E MACARRÃO	POLENTA À BOLONHESA	CANJA COM LEGUMES, FRANGO E ARROZ	RISOTO DE FRANGO	SOPA DE FEIJÃO

OBS: AS ALMÔNDEGAS DEVERÃO SER ASSADAS (não precisa untar a assadeira).

4ª SEMANA DE CADA MÊS

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
CAFÉ DA MANHÃ	LEITE COM ACHOCOLATADO BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
MERENDA MANHÃ	ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA COM MOLHO OU CEBOLADA, SALADA DE REPOLHO	ARROZ/FEIJÃO, QUIBE DE ASSADEIRA, SALADA DE TOMATE, SUCO	MACARRÃO COM MOLHO À BOLONHESA, MAIONESE DE LEGUMES (maionese de leite), FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, FILÉ DE PEIXE FRITO COM FUBÁ OU ASSADO OU EM MOLHO, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, PURÊ DE BATATA COM FRANGO DESFIADO EM MOLHO, SUCO
LANCHE DA TARDE	SUCO, PÃO COM MARGARINA	BOLO DE CENOURA, SUCO	BISCOITO DOCE, BEBIDA LÁCTEA OU LEITE COM ACHOCOLATADO	SALADA DE FRUTAS	GELATINA OU MINGAU DE CHOCOLATE
SAÍDADA TARDE	SOPA DE LEGUMES COM CARNE E MACARRÃO	SOPA DE FEIJÃO	POLENTA COM MOLHO À BOLONHESA	RISOTO DE SALSICHA, SUCO	SOPA DE LEGUMES COM CARNE MOÍDA E MACARRÃO

OBS: O FILÉ DE PEIXE FOI APRESENTADO EM VÁRIAS OPÇÕES DE PREPARO. CADA ESCOLA DEVE INVESTIGAR QUAL A MANEIRA QUE HÁ MAIOR ACEITABILIDADE ENTRE OS ALUNOS.

5ª SEMANA DE CADA MÊS

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
CAFÉ DA MANHÃ	LEITE COM ACHOCOLATADO BISCOITO DOCE	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA	LEITE COM ACHOCOLATADO, PÃO COM MARGARINA
MERENDA MANHÃ	ARROZ/FEIJÃO, OMELETE COM SALSICHA, SALADA, SUCO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA REFOGADA COM CENOURA, SALADA DE REPOLHO	ARROZ/FEIJÃO, TORTA DE FRANGO COM LEGUMES, FRUTA	MACARRÃO COM MOLHO DE SALSICHA, SALADA, FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, ROCAMBOLE DE CARNE MOÍDA, SALADA, SUCO
LANCHE DA TARDE	BEBIDA LÁCTEA, PÃO COM MARGARINA	PUDIM OU BOLO, SUCO	FRUTA	GELATINA	BISCOITO DOCE, LEITE GELADO COM CHOCOLATE
SAÍDADA TARDE	SOPA DE LEGUMES COM CARNE MOÍDA E MACARRÃO	SOPA DE FUBÁ COM LEGUMES E CARNE MOÍDA	SOPA DE FEIJÃO	RISOTO DE FRANGO SUCO	SOPA DE LEGUMES COM FRANGO DESFIADO E MACARRÃO

Anexo G: Opção de cardápio do 6º ao 9º ano e Ensino Médio**1ª SEMANA DE CADA MÊS**

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA EM MOLHO COM BATATA, SALADA DE REPOLHO	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM LEGUMES, SALADA	ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA COM BATATA E LEGUMES, SUCO	MACARRÃO AO MOLHO DE FRANGO, MAIONESE DE LEGUMES(leite), FRUTA	ARROZ DOCE OU MINGAU DE CHOCOLATE

2ª SEMANA DE CADA MÊS

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
ARROZ/FEIJÃO, FAROFA COM CARNE MOÍDA E OVOS, SALADA	POLENTA COM MOLHO À BOLONHESA (consistente), ARROZ, SALADA	ARROZ/FEIJÃO, QUIBE DE ASSADEIRA, SALADA, FRUTA	MACARRÃO COM SALSICHA EM MOLHO, SALADA	ARROZ/FEIJÃO, LINGUIÇA ASSADA COM BATATAS, TOMATE E CEBOLA, SUCO

3ª SEMANA DE CADA MÊS

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA REFOGADA COM OVOS COZIDOS E BATATAS	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COZIDA COM LEGUMES	ARROZ/FEIJÃO, FRANGO DESFIADO COM LEGUMES	ARROZ/FEIJÃO, ALMÔNDEGAS COM PURÊ DE BATATAS SALADA DE TOMATE	MACARRÃO COM SALSICHA EM MOLHO SALADA DE REPOLHO

4ª SEMANA DE CADA MÊS

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
ARROZ/FEIJÃO, SALSICHA FATIADA EM MOLHO NA ASSADEIRA COM PURÊ DE BATATAS	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM LEGUMES SALADA	RISOTO DE FRANGO COM OVOS COZIDOS SALADA FRUTA	ARROZ/FEIJÃO, QUIBE DE ASSADEIRA SALADA DE TOMATE	CACHORRO QUENTE SUCO

OBS: AS ALMÔNDEGAS DEVERÃO SER ASSADAS (não precisa untar a assadeira)

5ª SEMANA DE CADA MÊS (QUANDO HOVER)

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
ARROZ BRANCO CARNE MOÍDA REFOGADA COM OVOS COZIDOS E BATATAS	ARROZ/FEIJÃO, CARNE EM CUBOS COM LEGUMES SALADA	ARROZ/FEIJÃO, FRANGO EM MOLHO SALADA FRUTA	MACARRONADA COM SALSICHA EM MOLHO SALADA DE MAIONESE (maionese de leite)	ARROZ/FEIJÃO, CARNE MOÍDA ASSADA COM RODELAS DE TOMATE SUCO

Anexo H: Evidências, entraves e eficácias na merenda escolar de Catanduva/SP (2008 a 2010)

Quadro 4 – Dados brutos: evidências, entraves e eficácias na merenda escolar em Catanduva/SP (2008 a 2010)

Evidências	Entraves	Eficácias	Atores / Consequências
Pesquisa “ <i>In Loco</i> ”	Após protocolo de requerimento para visita, aprovado não houve entraves	Foram disponibilizadas as pessoas ligadas à Merenda do Município, que de imediato se colocaram à disposição para a pesquisa a ser realizada	Secretária de Educação do Município, Coordenadora da Merenda, Diretora Escolar, Nutricionista e Merendeiras
Entrevista para aplicação do questionário	Falta de tempo para atendimento e resposta às perguntas.	Quando do efetivo atendimento a grande maioria dos questionamentos foram respondidos.	Coordenadora da Merenda no Município de Catanduva
Aplicação de questionário junto a 87 alunos	Dificuldade em responder por vergonha dos demais alunos em virtude do questionário ser respondido em sala de aula	No final, entendo que o objetivo foi alcançado e percebível após a conclusão dos dados e elementos levantados	Alunado das 1ª e 2ª séries e da 6ª e 7ª série
Aplicação de questionário sobre (in) segurança alimentar em 100 residências no entorno da escola	Atores com dificuldade de responder sobre a (in) segurança alimentar e sobre a renda e condições de convivência familiar.	Como se comprova pela apuração dos índices quantitativos dos questionários observamos as condições de (in) segurança alimentar	Chefes de família ou pessoas responsáveis pela família.
Complemento sobre (in) segurança alimentar das crianças e jovens nestas 100 famílias entrevistadas	Dificuldade em responder sobre o tema, por vergonha ou pelas dificuldades que as famílias atravessam	As respostas apresentadas levaram a índices quantitativos próximos a pesquisa realizada com os alunos.	Chefes e familiares entrevistados.

Fonte: Elaboração do autor, 2013

Quadro 5 – Dados brutos: outras evidências na merenda escolar de Catanduva (2008 a 2010)

Outras evidências (2008 a 2010)	
Unidades atendidas ano de 2009	57
Número Total de Beneficiários	2008 = 19.789; 2009 = 20.537; 2011 = 19.214; 2012 = 19.605
Numero médio de refeições dia mês agosto 2009	33.714
Forma de Compra de Produtos não Perecíveis	Licitação – Pregão eletrônico
Forma de Compra de Produtos Perecíveis	Licitação bimestral – produtos de época
Espaço Físico de Preparação das Refeições	Nos estabelecimentos de Ensino
Custo médio das refeições servidas	
Número de Nutricionistas Envolvidas com a Merenda	1
Auxiliares Externos Envolvidos com a Merenda	5
Merendeiras	57
Auxiliares de Cozinha Envolvidas com a Merenda	27
Veículos Utilizados com a Merenda Escolar	6
Percentual de Consumo de Alunos Entrevistados	97%
Aporte Calórico médio nas refeições servidas	20% do Valor Calórico Total diário (VCT) e aos alunos do período integral 70% do VCT diário
Aporte Protéico médio das refeições	23% das necessidades diárias
Houve Compra direta de Produtores vinculados a agricultura familiar	Inicialmente no ano de 2008 não, posteriormente com a criação da Associação dos Produtores da Agricultura Agro Familiar, iniciou a Prefeitura do Município a Compra destes Produtores.

Fonte: Elaboração do autor, 2013